

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ELIZA RIBAS GRACINO

**A INFLUÊNCIA DO *ETHOS* PROTESTANTE NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA AMERICANA DE
SÃO PAULO (1870-1920)**

PONTA GROSSA

2021

ELIZA RIBAS GRACINO

**A INFLUÊNCIA DO *ETHOS* PROTESTANTE NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA AMERICANA DE
SÃO PAULO (1870-1920)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração História e Política Educacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Isabel Moura
Nascimento

PONTA GROSSA

2021

G731 Gracino, Eliza Ribas
A influência do *ethos* protestante na institucionalização da educação brasileira: um estudo sobre a Escola Americana de São Paulo (1870-1920) / Eliza Ribas Gracino. Ponta Grossa, 2021.

152 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento.

1. História da educação. 2. Instituição escolar. 3. Protestantismo. 4. Ethos protestante. 5. Escola americana de São Paulo. I. Nascimento, Maria Isabel Moura. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

ELIZA RIBAS GRACINO

“A INFLUÊNCIA DO ETHOS PROTESTANTE NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA AMERICANA DE SÃO PAULO (1870-1920)”.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a) Prof.^a Dra. Maria Isabel Moura Nascimento - UEPG

Prof. Dr. Adelino Inacio Assane - UNIROVUMA, MZ

Prof. Dr. Arlindo Cornelio Ntunduatha Juliasse - UNIROVUMA, MZ

Prof.^a Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto - UEPG

Prof.^a Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG

Prof.^a Dra. Maria Cristina Gomes Machado - UEM - Suplente Externo

Prof.^a Dra. Vera Lúcia Martiniak - UEPG - Suplente Interno



Documento assinado eletronicamente por **Maria Isabel Moura Nascimento, Professor(a)**, em 16/10/2021, às 21:24, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carina Alves da Silva Darcoletto, Professor(a)**, em 26/11/2021, às 10:51, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia da Silva Oliveira, Professor(a)**, em 29/11/2021, às 20:40, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **0721676** e o código CRC **DABB4AEC**.

Dedico este trabalho à minha família: Éberson, Elias, Eloisa, Emanuel, Matheus, Lizias (*in memorian*), Isabel, Flávio (*in memorian*) e Maria Aparecida, vocês sempre foram, são e serão minha base, fonte de inspiração e encorajamento e a razão de tudo.

AGRADECIMENTOS

É comum ouvirmos, quando alguém realiza grandes empreendimentos a expressão, “essa pessoa tem estrela”. Essa sentença, não faz jus à minha trajetória acadêmica, uma vez que na realidade, tive uma constelação, a das Três Marias. Minhas orientadoras e eternas mestras, Maria das Graças, Maria Virgínia e Maria Isabel. Embora as Três Marias tenham significados diferentes em cada tradição, as que mais se adequam à minha estrada é a Guarani, que as denomina Joykexo, símbolo de fertilidade e orientação; pois é o que essas mulheres representam na minha história de pesquisa, com seu incentivo para que eu sempre buscasse mais além do que os olhos ou as fontes indicassem, orientando e permitindo meu crescimento.

Aos professores membros da banca de qualificação e defesa Prof. Adelino, Prof. Arlindo, Profa. Carina e Profa. Rita, pelas contribuições para o amadurecimento da pesquisa e aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação, pelo compartilhar do conhecimento. O compromisso político com a educação, demonstrados em sua seriedade e respeito no exercício docente e as sugestões que permitiram desenvolver essa tese.

A amiga Maria Luzia, e a todos os colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação dos Campos Gerais no Paraná - HISTEDBR Campos Gerais e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular e Cotidiano Escolar - GEPECE UniRovuma, pelas discussões sobre o método, pelo apoio e auxílio, que foram determinantes em minha trajetória.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa.

À liderança da Igreja Presbiteriana do Brasil e do Instituto Presbiteriano Mackenzie, pela colaboração nas fontes, biografias e bibliografia desta pesquisa.

Àquelas que compartilharam segredos de angústias e inseguranças, mas também risos, alegrias e vitórias: Carla, Evelline, Karen, Regina, Rosana, Valéria, Viviane e ao amigo Danilo, vocês trouxeram beleza e leveza a todo o processo de amadurecimento pessoal e acadêmico. foi um privilégio ser uma das oito mulheres desse grupo.

Aos meus pais Isabel e Lizias (*in memorian*) que estabeleceram as primeiras bases de tudo o que sou, me dando coragem para conquistar tudo o que tenho hoje, e à meus ancestrais, sou grata pela herança que me legaram. O valor do que me deram é muito maior do que prata e ouro, nenhuma riqueza certamente poderia comprar.

Ao meu esposo Éberson, mestre, companheiro, amigo e amor; você sempre será o maior encanto do meu pensamento.

Aos meus filhos: aos filhos gerados em meu ventre, Elias e Eloisa; não sei se na escola da vida foram meus alunos ou professores, mas com certeza, meu maior tesouro, melhor obra de arte e investimento, minhas flechas e galardão. Ao filho amado, gerado em meu coração e meu melhor presente, Emanuel, seu nome realmente expressa o que você significa em minha vida. E, ao filho que a vida me deu, Matheus. Amores, vocês são a melhor parte de mim. Graças por tudo o que compartilhamos.

A meus sogros Maria Aparecida e Flávio (*in memorian*), que me acolheram como filha; aos meus irmãos, cunhado, cunhadas, sobrinho e sobrinhas, sou imensamente agradecida por tê-los em minha vida.

Por mais voltas que o mundo dê, um dia todos nós iremos nos encontrar em algum ponto. Um ponto pacífico, onde estaremos falando a mesma língua, bebendo o mesmo vinho, contando nossas histórias e rindo, um riso leve e sincero. Assim, estaremos prontos para percorrer juntos este longo caminho; em que simplesmente falamos de nossos dias, vendo o futuro com olhos livres.

Charles Chaplin

RESUMO

GRACINO, Eliza Ribas. **A influência do *ethos* protestante na institucionalização da educação brasileira: Um estudo sobre a Escola Americana de São Paulo (1870-1920)**. 2021. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

Esta tese, apresenta um estudo sobre a influência protestante na educação brasileira a partir da institucionalização e consolidação da Escola Americana de São Paulo, desde sua fundação no ano de 1870 até o ano de 1920. A escolha desse recorte se justifica por ser 1870 a data de organização da escola; pelas modificações nas ideias pedagógicas de 1920 e, pelo auxílio dado pelos educadores estadunidenses, neste período, às reformas educacionais paulistas, a pedido do Estado. Elencamos como objetivo geral: Analisar o processo de institucionalização da Escola Americana de São Paulo (1870-1920) e sua importância para o desenvolvimento da educação brasileira e, e específicos: Identificar os elementos ideológicos intrínsecos na ética protestante, que se perpetuam na cultura organizacional de suas instituições; Discutir a influência da Igreja no Estado Brasileiro; Analisar o contexto da educação paulista e a influência do modelo educacional que norteou a prática educativa da Escola Americana de São Paulo e sua influência nas reformas educacionais paulistas e brasileiras. As discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação dos Campos Gerais, nos Campos Gerais, Paraná - HISTEDBR Campos Gerais/UEPG, colaboraram para a condução deste estudo, cuja tese defendida é a de que a referida instituição implantou em solo brasileiro um outro modelo de educação e de procedimentos didático-metodológicos, influenciando a sociedade em outros diversos aspectos, dentre eles: sociais, econômicos e religiosos. Buscando a compreensão das contradições da totalidade, por meio da singularidade, adotamos o materialismo histórico, de origem marxista, como metodologia. As categorias que emergiram foram: Contradição (método), Hegemonia e Ideologia (conteúdo). O procedimento teórico metodológico da pesquisa constituiu-se da coleta e análise das fontes primárias e secundárias, documentais e iconográficas, como: Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, Relatórios, Atas de reuniões, fotografias, mapas, encontrados no Acervo da instituição e da Igreja Presbiteriana do Brasil, bem como das bibliografias sobre o tema, dentre as quais utilizamos como fonte primária os livros escritos para efeito de memória, por estudiosos da Instituição São eles: *Simonton (2002)*, *Ribeiro (1991)*, *Matos (1998;2008)*, *Mendes (2007)*, *Hack (2000; 2003; 2008)*. A tese foi estruturada em três capítulos: No primeiro capítulo, abordamos Jean Calvino, Max Weber e Karl Marx, para compreender suas percepções sobre a ética e como essa traz em si elementos ideológicos intrínsecos, especialmente no caso da ética protestante. No segundo capítulo, identificamos a influência da Igreja no Estado Brasileiro, a fim de compreender como a cultura religiosa e as tensões desse campo constituiu a instituição do protestantismo em nosso País, e como este difundiu os ideais liberais estadunidenses no Brasil. No terceiro capítulo, analisamos o movimento social =paulista e as condições reais e contradições existentes no momento da institucionalização da Escola Americana de São Paulo e o modelo educacional que norteou a prática educativa da Escola. As considerações finais intentarão responder as questões iniciais e aos objetivos da pesquisa.

Palavras-chave: História da Educação. Instituição Escolar. Protestantismo. Ethos Protestante. Escola Americana de São Paulo.

ABSTRACT

GRACINO, Eliza Ribas. **The influence of the protestant *ethos* on the institutionalization of brazilian education**: A study on the American School of São Paulo (1870-1920). 2021. 152 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

This thesis presents a study on the Protestant influence on Brazilian education from the institutionalization and consolidation of the American School of São Paulo, from its foundation in 1870 to 1920. The choice of this approach is justified by the fact that 1870 is the date of school organization; for the modifications in the pedagogical ideas of 1920 and, for the assistance given by the American educators, in this period, to the educational reforms in São Paulo, at the request of the State. We list as general objective: To analyze the institutionalization process of the American School of São Paulo (1870-1920) and its importance for the development of Brazilian education and, and specifics: Identify the intrinsic ideological elements in protestant ethics, that are perpetuated in the organizational culture of its institutions; Discuss the influence of the Church in the Brazilian State; To analyze the context of education in São Paulo and the influence of the educational model that guided the educational practice of the American School of São Paulo and its influence on educational reforms in São Paulo and Brazil. The discussions held in the Study and Research Group on History, Society and Education of Campos Gerais, in Campos Gerais, Paraná - HISTEDBR Campos Gerais/UEPG, contributed to the conduct of this study, whose thesis defended is that the aforementioned institution implemented on Brazilian soil another model of education and didactic-methodological procedures, influencing society in several other aspects, including: social, economic and religious. Seeking to understand the contradictions of totality, through singularity, we adopted historical materialism, of Marxist origin, as a methodology. The categories that emerged were: Contradiction (method), Hegemony and Ideology (content). The theoretical methodological procedure of the research consisted of the collection and analysis of primary and secondary, documentary and iconographic sources, such as: Laws, Decrees, Regulations, Ordinances, Reports, Minutes of meetings, photographs, maps, found in the Collection from the institution and from the Presbyterian Church of Brazil, as well as bibliographies on the subject, among which we use as a primary source the books written for memory purposes, by scholars of the Institution. They are: *Simonton (2002)*, *Ribeiro (1991)*, *Matos (1998;2008)*, *Mendes (2007)*, *Hack (2000; 2003; 2008)*. The thesis was structured in three chapters: In the first chapter, we approach Jean Calvino, Max Weber and Karl Marx, to understand their perceptions about ethics and how it brings intrinsic ideological elements, especially in the case of Protestant ethics. In the second chapter, we identify the influence of the Church in the Brazilian State, in order to understand how religious culture and tensions in this field constituted the institution of Protestantism in our country, and how it spread US liberal ideals in Brazil. In the third chapter, we analyze the São Paulo social movement and the real conditions and contradictions existing at the time of institutionalization of the American School of São Paulo and the educational model that guided the School's educational practice. The final considerations will try to answer the initial questions and the research objectives.

Keywords: History of Education. School Institution. Protestantism. Protestant Ethos. American School.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-	Principais nomes da Reforma Protestante	32
FIGURA 2-	A Primeira Missa no Brasil de Victor Meirelles - 1859	56
FIGURA 3-	São Pedro Claver – Evangelizando escravos africanos por décadas nos mercados escravistas da América do Sul	57
FIGURA 4-	Disposição das Capitanias Hereditárias	59
FIGURA 5-	Ilha de Villegagnon - Castagneto, 1897	70
FIGURA 6-	Divisão Territorial das Missões Presbiterianas no Brasil (1890)	78
FIGURA 7-	Capitania de São Vicente, de João Teixeira de Albernaz, 1631	92
FIGURA 8-	A fundação de São Paulo, por Oscar Pereira da Silva, 1907	93
FIGURA 9-	Residência do Casal Chamberlain, onde originou-se a Escola Americana	107
FIGURA 10-	Primeiro Prédio da Escola Americana, 1876	109
FIGURA 11 -	Sala de aula da Escola Americana – Kindergarten	109
FIGURA 12 -	Mackenzie Maria Antonia	111
FIGURA 13 -	Prospecto de divulgação da Escola Americana	112
FIGURA 14-	Corpo Docente da Escola Americana	114
FIGURA 15-	Capa do Relatório da Escola Americana, 1887	116
FIGURA 16-	Laboratório Mackenzie – Aula de Química, 1895	117
FIGURA 17-	Corpo Docente da Escola Americana, 1895	118
FIGURA 18-	Corpo Discente da Escola Americana, 1895	118

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-	Levantamento dos trabalhos produzidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisa HISTEDBR Campos Gerais no Eixo Instituições Escolares- UEPG	16
QUADRO 2 -	Levantamento de Teses e Dissertações – 2021	17
QUADRO 3 -	Síntese da Historiografia Protestante dos Programas de Pós Graduação em Educação	19
QUADRO 4 -	Síntese dos trabalhos sobre a Escola Americana de São Paulo	23
QUADRO 5 -	Síntese das tentativas de inserção protestante em solo brasileiro	58
QUADRO 6 -	Síntese das Escolas Protestantes Brasileiras fundadas nos séculos XIX e XX	80
QUADRO 7 -	Da imigração norte-americana nos anos de 1865 a 1869	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – <i>ETHOS</i> E RELIGIÃO EM MAX WEBER, JEAN CALVINO E KARL MARX	30
1.1 A ÉTICA SOB A ÓTICA REFORMADA E O PENSAMENTO DE JOÃO CALVINO	39
1.2 ÉTICA PROTESTANTE E CAPITALISMO OCIDENTAL.....	38
1.3 A ÉTICA E A CRÍTICA À RELIGIÃO EM MARX.....	45
1.4 BREVE NOTA SOBRE MODERNIDADE, VALORIZAÇÃO DO HUMANO E A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	49
CAPÍTULO 2 – A RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO NO ESTADO BRASILEIRO: O PROCESSO DE ALIENAÇÃO POR MEIO DA RELIGIÃO	53
2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A HERANÇA CULTURAL E EDUCACIONAL CATÓLICA.....	55
2.2 A INSERÇÃO DO PROTESTANTISMO EM TERRAS BRASILEIRAS E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PAÍS.....	67
2.3 CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: OS EMBATES ENTRE O CATOLICISMO E O PROTESTANTISMO EM TERRAS BRASILEIRAS.....	83
CAPÍTULO 3 - A INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA E PAULISTA	91
3.1 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO PAULISTA E A INSTRUÇÃO PÚBLICA	87
3.2 A ESCOLA AMERICANA E A PRÁXIS PROTESTANTE	119
3.3 AS ESCOLAS AMERICANAS PRESBITERIANAS.....	114
3.4 A INFLUÊNCIA DA ESCOLA AMERICANA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

Este trabalho de tese analisa a influência da igreja, especialmente a protestante na educação brasileira, por meio das instituições escolares, abrangendo os Períodos do Império e da Primeira República, buscando compreender a influência protestante na educação e cultura brasileira e também a resistência católica, Igreja oficial do Estado, de acordo com a Constituição brasileira de 1824.

Tendo como pressuposto teórico metodológico o materialismo histórico, por possibilitar a compreensão do homem como um ser essencialmente social e histórico, que faz sua história a partir das condições dadas, sendo que para Marx e Engels, o único pressuposto teórico é o de que os homens, para existirem, precisam fazer a história (criar as condições materiais de sua própria existência), buscaremos compreender as condições concretas em que a escola brasileira foi instituída. (MARX; ENGELS, 1998).

Elegemos como objeto desse estudo a Escola Americana de São Paulo, instituição privada, de origem protestante presbiteriana, implantada por missionários estadunidenses, defendendo a tese de que a referida instituição implantou em solo brasileiro um outro modelo de educação e de procedimentos didático-metodológicos, influenciando a sociedade em outros diversos aspectos, dentre eles: sociais, econômicos e religiosos.

Apesar de as relações entre Igreja e ideologia, no Estado e na educação brasileira, terem se tornado pesquisa sistemática na academia, as inquietações com relação ao tema, tem origens nas histórias ouvidas em minha infância, algumas narradas por minha bisavó, Maria Lídia, neta de imigrantes suíço-alemães, de origem protestante.

Dentre seus relatos sobre a origem de nossa família, da participação na fundação da Igreja de Porto Amazonas, no interior do Paraná (1917) e das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, dentre eles, do preço pago por não professar a fé católica; da discriminação religiosa, que afastava as crianças que não professavam a fé católica da escola e do cerceamento a outros direitos, como o de sepultamento em cemitérios públicos, que levou nossos ancestrais a serem enterrados no *Freistadt*¹. É muito forte em minha memória a tristeza com que relatava o incêndio à igreja, ocasionado por extremistas católicos, pouco antes de ser inaugurada (1928) e, de como isso aconteceu, com certa frequência em outras comunidades protestantes, o que também será abordado nesse texto.

¹ Palavra de origem alemã, que significa território livre. Designa a propriedade da família, perto da cidade de Palmeira, interior do Paraná, que serviu de moradia e também onde foi construído o cemitério, uma vez que o pároco da região não permitia o enterro dos protestantes no cemitério municipal.

Em minha trajetória escolar, na escola pública, além das rotineiras rezas matinais, das aulas de ensino religioso (católico), dos símbolos católicos em sala de aula e da capela católica na escola, anualmente todos os alunos eram conduzidos em caminhada rumo a uma missa pelo novo ano letivo, em uma Igreja Católica central, que distava aproximadamente 2,3 km da escola em que estudava. Certa feita, já adolescente, resolvi assumir minhas convicções e recusei-me acompanhar ao grande grupo para cumprir o rito. Infelizmente não foi surpresa a indignação da Direção e Coordenação de minha escola, que depois de praticamente insinuarem que eu era herege, me deixaram toda a manhã na biblioteca (como se isso fosse castigo), orientando aos responsáveis pelo meu atendimento que só poderia sair no horário do encerramento das aulas da manhã.

Demorei também um pouco para entender, mas a medida em que ia avançando nas séries escolares, percebi que a história importante, contada pelos livros didáticos, era a das missões católicas e a de suas cruzadas, em um box, muito resumidamente mencionava-se a Reforma Protestante, mas com o intuito de explicar a contra reforma, talvez isso justifique as poucas pesquisas sobre o assunto.

Desde a mais tenra idade soube o significado de pertencer a minoria. Fui orientada por familiares, a nunca me posicionar na escola quando o assunto fosse religião, segundo eles: “política, futebol e religião não se discute”. Minha mãe sempre falava dos perigos da exposição de nossas convicções, pois na casa de seus pais, devotos católicos, os protestantes não eram vistos com bons olhos, sua mãe fazia questão de dizer que jamais aceitaria filhos ligados ao protestantismo, se isso acontecesse, não seriam mais seus filhos. Cresci ouvindo seus relatos sobre o que habitava o “imaginário popular” a respeito daqueles que professavam outra fé, que não a da maioria.

Mesmo sem compreender muito bem o que esse silêncio significava no âmbito das relações sociais, sempre achei que não era correto. Como silenciar tantos absurdos? Algo me impelia a não ficar calada. Apesar da pouca maturidade, inclusive para nominar os acontecimentos, já percebia a luta de classes e a contradição e, que o silêncio dos grupos minoritários era interessante a alguns, para inculcar suas ideologias, que iam além da religião.

A partir do acima exposto e, tendo o local de fala da pesquisadora definido, amplia-se a compreensão a respeito da escolha do tema e do porquê de cada capítulo e de cada vírgula. Estes são o resultado de um compromisso político, com aqueles que não puderam falar, por vergonha ou medo.

Cabe salientar que as pesquisas e as produções do Grupo de Estudo e Pesquisa “História, Sociedade e Educação” dos Campos Gerais-PR, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (HISTEDBR Campos Gerais/UEPG), no eixo instituições escolares, e suas investigações sobre o processo histórico de constituição destas, retratando a escola, sua cultura e seu significado para a sociedade e para cada grupo social, corroborou nesse sentido.

A investigação sobre as produções, permitem melhor organização das informações e também a observação das lacunas nas pesquisas já realizadas, para que possamos avançar. (SOARES, 2000).

Ao estudar as instituições é preciso compreender que estas se consolidam a partir das necessidades humanas, e que se dão concomitantes a outros processos, dentre os quais de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal e espontânea. É necessário também percebê-la e examiná-la como instituição educativa, que relaciona-se de maneira diacrônica com as transformações históricas passadas e sincrônica com o presente. (SAVIANI, 2007).

No caso das instituições escolares, "é preciso ressaltar que a história das instituições escolares é a história da própria educação - e não uma mera subdivisão dela. Como toda parte se relaciona com o todo, ao compreendermos uma instituição, amplia-se a possibilidade de compreensão da Educação." (SANFELICE, 2006, p. 26).

Os autores Nosella e Buffa (2008) ponderam que as pesquisas sobre as instituições escolares em nosso País, passaram por momentos distintos, assim categorizados por eles:

- Período pré-criação dos Programas de Pós Graduação em Educação (1950-1960): Nesse período, as pesquisas em educação passam a adquirir caráter político, sociológico e histórico.

- Criação e expansão dos Programas de Pós Graduação em Educação (1970-1980): Caracterizados pela escolarização da produção da pesquisa e a reação à política dos governos militares.

- Consolidação dos Programas de Pós Graduação em Educação (1990): Caracterizado pela crise dos paradigmas, pluralismo epistemológico, ampliação das linhas de investigação, crescimento das pesquisas na perspectiva da nova história.

De acordo com os autores, outro fator responsável pelo avanço das pesquisas foi a institucionalização e crescimento dos grupos de Estudo e Pesquisa. No caso do Grupo HISTEDBR Campos Gerais, desde sua fundação, no ano de 1992 até o ano de 2020, foram produzidos pelos integrantes do grupo o total de 32 teses e dissertações, sendo 08 teses e 24

dissertações, das quais 12 dissertações integram o eixo da história das instituições escolares, conforme pode-se observar no quadro abaixo:

QUADRO 1 – Levantamento dos trabalhos produzidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisa HISTEDBR Campos Gerais no Eixo Instituições Escolares - UEPG²

Autor/Ano	Título da Dissertação
Maristela Iurk Batista. 2002.	Mãos e Mentes na Arte de Aprender: A Memória da Escola Profissional Ferroviária Prof. Cel. Tibúrcio Cavalcanti de Ponta Grossa (1940-1973).
Vera Lucia Martiniak. 2003.	A escola normal dos Campos Gerais: a atuação do diretor segundo as diretrizes do estado
Gislene Lössnitz Bida. 2006.	O Primeiro Jardim de Infância no Brasil: Emília Erichsen.
Sonia Valdete Aparecida Lima Cordeiro. 2006.	Escola evangélica de Carambei: uma instituição educacional da imigração holandesa na região dos Campos Gerais - PR.
Lucia Mara de Lima Padilha. 2010.	Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907)
Aline Cristina Schram. 2012.	Reconstrução Histórica da Primeira Escola Pública dos Campos Gerais: Vicente Machado.
Kelly Cristina Campones. 2012.	História, trabalho e educação: ensino profissionalizante do SENAI - Ponta Grossa, PR.
Maria Joselia Zanlorense. 2013.	Educação Para o Trabalho: A criação das escolas técnicas do Paraná-PR (1900-1950).
Luciana Kubaski. 2015.	Imigração e educação dos poloneses em Ponta Grossa, PR.
Eliza Ribas Gracino. 2016.	A Educação para o Trabalho no Processo de Institucionalização do Instituto de Artes Práticas de Castro.
Ronir de Fátima Gonçalves Rodrigues. 2017.	A expansão das escolas rurais no distrito de Itaiacoca, no município de Ponta Grossa-PR (1930-1960).
Luciana Nair Moretto. 2020.	Implantação da instituição escolar pública em Ipiranga-PR: a criação do Grupo Escolar Dr. C dos Santos (1914).

Fonte: Site do Grupo de Estudo e Pesquisa “História, Sociedade e Educação” dos Campos Gerais-PR (2021).

Nota: Dados organizados pela autora

Com relação ao total de trabalhos produzidos pelo grupo (32), 75% foram dissertações (24). Destas dissertações, 50% contemplaram o eixo História das Instituições Escolares. Esse texto é a primeira tese no eixo. Ela representa a continuidade dos esforços do grupo, em sistematizar pesquisas sobre as instituições escolares. É também um esforço da pesquisadora, em continuar a contribuir com a História da Educação, por meio da análise de como se deram as relações Estado, educação e Igreja (católica e protestante), na sociedade brasileira Imperial e Republicana, a partir da educação e das instituições educativas, tomando o cuidado de demonstrar as contradições da sociedade.

² Os trabalhos estão disponíveis no site do grupo: <https://histedbrcamposgera.wixsite.com/histedbrcg>.

O primeiro procedimento teórico metodológico adotado para a pesquisa foi a construção do estado do conhecimento, das teses e dissertações defendidas em nosso País, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e, nos sites dos Programas de Pós-graduação em educação do Brasil. A busca das teses e dissertações deu-se nos repositórios do Portal de Periódicos CAPES, devido a sua confiabilidade, dado o procedimento de avaliação pelos pares.

A partir das contribuições do grupo de estudos e pesquisa e do eixo a ser trabalhado, elencamos como descritores os termos: “Instituições Escolares, “Escola Americana de São Paulo”, "Educação Presbiteriana no Brasil”, “Presbiterianismo”, “Protestantismo”, “Protestantismo norte-americano”.

Dada a amplitude destes e, pelo fato de não termos encontrado outro trabalho sobre instituições escolares registrado na Plataforma Capes, depois do produzido por Moretto (2020)³, delimitamos somente aqueles que compunham as pesquisas dos Programas de Pós Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) a respeito da relação entre protestantismo e educação. Os resultados encontram-se no quadro abaixo:

QUADRO 2 – Levantamento de Teses e Dissertações - 2021

Descritor	Teses	Dissertações	Total
Escola Americana de São Paulo	02	02	04
Educação Presbiteriana no Brasil	05	12	17
Presbiterianismo	02	05	07
Protestantismo	05	09	14
Protestantismo norte-americano	01	03	04
Total de trabalhos mapeados	15	31	46

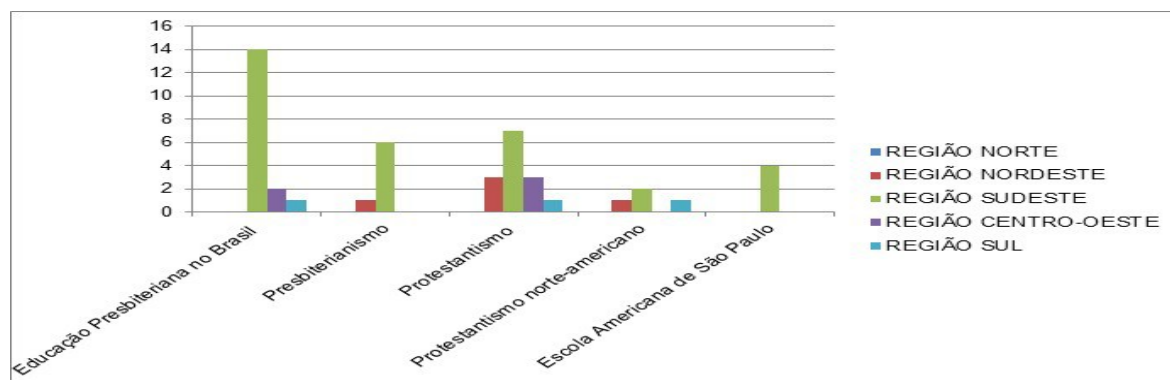
Fonte: Plataforma Sucupira (2021).

Nota: Dados organizados pela autora

Os gráficos abaixo sistematizam as pesquisas encontradas na construção do estado da arte, a partir das regiões:

³ Em sua dissertação, Moretto (2020) realizou o mapeamento das teses e dissertações na Plataforma Capes, dando continuidade aos estudos iniciados na dissertação de Padilha (2010) e, encerrando o mapeamento no ano de 2018. Os resultados observam que houve um significativo aumento dos trabalhos sobre instituições escolares nos últimos anos, atribuindo esse resultado ao aumento dos grupos de estudos e pesquisa em História da Educação, principalmente sobre o tema, resultado esse observado também por Nosella e Buffa (2008). Ao cruzar os dados da Capes com o relatório de pesquisa parametrizada por grupo do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ 2018), Moretto (2020), constatou que o crescimento das pesquisas em História da Educação estão intimamente ligadas a distribuição de grupos de trabalho e pesquisa brasileiros sobre História da Educação, totalizando vinte e nove grupos produzindo sobre a temática.

GRÁFICO 1: Teses e Dissertações sobre os temas pesquisados no Repositório da Capes, divididos por regiões brasileiras até 2021⁴



Fonte: Plataforma Sucupira (2021).

Nota: Dados organizados pela autora

Constatamos a partir do gráfico que os temas de maior adesão são Educação Presbiteriana no Brasil e Protestantismo e, sendo que a região sudeste há pesquisas sobre todos os temas, concentrando também o maior número de trabalhos. Na região sul, o maior interesse de pesquisa é a Educação Presbiteriana no Brasil, o Protestantismo e o Protestantismo norte-americano, não havendo nenhum trabalho a respeito dos temas na região norte.

Após levantar as teses e dissertações na plataforma, consultamos seus resumos e os referenciais bibliográficos, para verificar seus enfoques epistemológicos, objetos de estudo e, se estes assimilavam-se a esta pesquisa. No que diz respeito a historiografia sobre o protestantismo, observamos nos referenciais algumas obras recorrentes, mas que já não constam no Repositório pesquisado, devido a sua defesa ser anterior a Plataforma.⁵

Os autores convergem sobre a influência da educação de origem protestante no “*ethos*” social, político, econômico e religioso da sociedade brasileira. Na busca dos trabalhos, encontramos pesquisas nas áreas da sociologia, antropologia, ciências da religião, história e educação, mas selecionamos para análise somente os que pertenciam aos Programas

⁴ Os dados estão dispostos por números de trabalhos, havendo trabalhos que coincidem descritores.

⁵ Dentre as obras recorrentes encontradas nos referenciais bibliográfico durante o levantamento das teses e dissertações estão: A Realidade Social das Religiões no Brasil (PIERUCCI; PRANDI, 1960); Os pioneiros americanos no Brasil (GOLDMAN, 1972); Colégios Protestantes no Brasil: 1840-1940 (RAMALHO, 1975); Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: Um estudo de suas origens (BARBANTI, 1977); Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo, um estudo de suas origens (HILSDORF, 1977); A colônia perdida da Confederação (HARTER, 1987); O Celeste Porvir (MENDONÇA, 1995). Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: A Organização de associações de apoio à imigração de pequenos proprietários Norte-Americanos – Análise de uma colônia (ZORZETTO, 2000); Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e mudança social (BITTENCOURT FILHO, 2003); Escritos de Mary Dascomb: a atuação educacional feminina inapta no projeto presbiteriano do Brasil. (NICOLETE, 2016).

de Pós Graduação em Educação. Os resultados encontrados estão sintetizados no quadro abaixo:

QUADRO 3 – Síntese da Historiografia Protestante dos Trabalhos defendidos em Programas de Pós Graduação em Educação, até o ano de 2021 **Continua**

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Educação Presbiteriana no Brasil	
Autor/Tipo/Instituição/Ano.	Título
Lourival Correa de Freitas. Dissertação. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 1993.	Filosofia da educação presbiteriana: Sua função ideologia e suas possibilidades utópicas.
Adão Evilasio Vieira. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, 2000.	A educação do pastor presbiteriano na sua origem, experiência pioneira do Seminário Presbiteriano do Sul: 1888-1998.
Lindenberg Clemente de Moraes. Dissertação. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2002.	Educação como direito: um diálogo entre João Calvino e Anísio Teixeira.
Agemir de Carvalho Dias. Dissertação. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2003.	O papel educador do ecumenismo.
Viviane Ribeiro. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, 2005.	Da ética protestante à finalidade do trabalho: Os presbiterianos no contexto educacional do Alto Paranaíba MG (1964-1966).
Rones Alves Cândido. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, 2007.	A complexidade plural das "pedagogias" reformada-Presbiteriana e norte-americana no Brasil: Um estudo de suas origens.
Maria de Lourdes Scudeler Gomes. Dissertação. Universidade de Sorocaba, 2007.	Origem, fundação e consolidação de uma instituição escolar: o Colégio Presbiteriano Mackenzie-Tamboré: anos 80 do século XX.
Lucas Paulo de Freitas. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.	Entre o evangelho e o ensino: o Colégio Presbiteriano Buriti (1923-1965).
Edilson Aparecido Gutierrez. Dissertação. Universidade Estadual de Maringá, 2010.	Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) e o projeto educacional presbiteriano no Brasil.
Robson Silva Lima Dissertação. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.	O maestro e sua atuação artística na Igreja Evangélica Assembleia de Deus, sede do ministério do Belém, São Paulo - SP (1960-2010).
Carlos Augusto Loureiro Sampaio. Dissertação. Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.	O ato de cuidar em pequenos grupos: um estudo de caso da Igreja Presbiteriana Betânia do Brasil.
Kamila Gusatti Dias, Dissertação. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2016.	Educação Presbiteriana Em Jataí (Go): O Instituto Samuel Graham (1942-1971).
Jorge Uilson Clark. Tese. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.	Presbiterianismo do Sul em Campinas: primórdio da educação liberal.
Milton Ribeiro. Tese. Universidade de São Paulo, 2006.	Calvinismo no Brasil e organização: o poder estruturador da educação.
José Normando Gonçalves Meira. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.	Ciência e prática: ensino agrícola na educação presbiteriana em Minas Gerais (1908-1938).
Ivanilson Bezerra da Silva. Tese. Universidade de São Paulo, 2015.	A figura de Horace Lane: lutas de representações e formação da rede de Escolas Americanas no Brasil (1885-1912).
Jamilly Nicacio Nicolete. Tese. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 2016.	Escritos de Mary Dascomb: A atuação educacional feminina inupta no projeto presbiteriano do Brasil.
Trabalhos Consultados sobre a Educação Presbiteriana no Brasil	17

QUADRO 3 – Síntese da Historiografia Protestante dos Trabalhos defendidos em Programas de Pós Graduação em Educação, até o ano de 2021

(continuação)

Presbiterianismo	
Autor/Tipo/Instituição/Ano.	Título
Marcelo Barzola Tabraj. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.	Edifício Educacional Protestante: seminário teológico presbiteriano do Centenário.
José Felipe Sousa Pessanha de Brito Ferreira. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, 2004.	A evangelização pela educação escolar: Embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924-1933)
Viviane Ribeiro Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, 2005.	Da ética protestante à finalidade do trabalho: Os prebiterianos no contexto educacional do Alto Paranaíba - MG (1964-1966)
Rones Alves Cândido, Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, 2007.	A complexidade plural das "pedagogias" reformada-Presbiteriana e norte-americana no Brasil: Um estudo de suas origens.
Nicole Bertinatti Dissertação. Universidade Tiradentes, 2011.	A Escola Dominical Presbiteriana como Divulgadora de Sabres e Práticas Pedagógicas Religiosas (1909-1928).
Luiz Cândido Martins. Tese. Universidade Metodista de Piracicaba, 2008.	A relação entre protestantismo e sociedade brasileira no final do século XIX frente ao tema da educação e escravidão
Eduardo Carlos Cobra. Tese. Universidade Metodista de Piracicaba, 2011.	Julio Ribeiro: educação e religião no Brasil oitocentista'
Trabalhos Consultados sobre a Presbiterianismo	07
Protestantismo	
Autor/Tipo/Instituição/Ano.	Título
Mirianne Santos de Almeida. Dissertação. Universidade Tiradentes, 2013.	Livros e leitores: Saberes e práticas educacionais e religiosas na coleção folhetos evangélicos (1860-1938).
Lucas Paulo de Freitas. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.	Entre o evangelho e o ensino: o Colégio Presbiteriano Buriti (1923-1965).
Eder Aguiar Mendes de Oliveira. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.	"Um Bello Horizonte para o projeto educacional batista: o Collegio Baptista Americano Mineiro e a disputa pela oferta da educação privada na cidade (1948-1929).
Marcio Jose de Oliveira Rocha. Dissertação. Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.	Ana Wollerman: Educação E Evangelização Em Amambaí- Ms (1947-1954).
Rodrigo dos Reis. Dissertação. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.	Jornal expositor cristão: Educação e civilização, um olhar para o Sul de Mato Grosso (1925-1946).
Elaine da Silveira Ribeiro Ferrarese. Dissertação. Universidade Metodista de Piracicaba, 2016.	Práticas socializadoras da Igreja Sara Nossa Terra: Afinidades eletivas entre Neopentecostalismo e sociedade escolarizada.
Jonathan Douglas Pereira. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.	"A primeira cousa que se deve ler depois das escripturas": A dimensão pedagógica de O Jornal Baptista (1901-1905).
Loyde Anne Carreiro Silva Veras. Dissertação. Pontificia Universidade Católica do Paraná, 2017.	A construção de uma vida e produção de um lugar nas autobiografias e Eva Mills.
Bruna Marques de Oliveira. Dissertação. Universidade Tiradentes, 2019.	Circulação de impressos protestantes e a Implantação de Escolas Presbiterianas no Brasil (1818-1884).
Leandro de Proenca Lopes. Tese. Universidade Nove de Julho, 2013.	Protestantismo, Educação e Sociedade: Um estudo sobre o Seminário Teológico de São Paulo.

QUADRO 3 – Síntese da Historiografia Protestante dos Trabalhos defendidos em Programas de Pós Graduação em Educação, até o ano de 2021

(conclusão)

Sandra Cristina da Silva. Tese. Universidade Federal do Rio Grande Do Norte, 2013,	Guiando almas femininas: A educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890-1930).
Reginaldo Leandro Placido. Tese. Universidade Metodista de Piracicaba, 2014.	Uma leitura do Colégio Izabela Hendrix em Belo Horizonte no Início do Século XX: Implantação, Fixação e Consolidação.
Fernando Luis Oliveira Athayde. Tese. Universidade Federal De São Carlos, São Carlos, 2015.	Educar Mentes e Salvar Almas: Ação Missionária Protestante na escolarização de Indígenas no Sul de Mato Grosso (1928-1950).
Giovanna Camila da Silva. Tese. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.	A Associação Cristã de moços e experiências de escolarização da educação física no Brasil: Sujeitos, ideias e práticas acemistas em circulação.
Trabalhos Consultados sobre a Protestantismo	14
Protestantismo norte-americano	
Autor/Tipo/Instituição/Ano.	Título
Jorge Uilson Clark. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, 1998.	A imigração norte-americana para a região de Campinas: Análise de educação liberal no contexto histórico e educacional brasileiro.
Ester Fraga Villas-Boas. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2000.	Origens da Educação Protestante em Sergipe: 1884-1913.
Maria Elisa Leite Corrêa. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Curitiba, 2005.	O Propósito dos Alunos Adventistas: A transformação de uma Ideologia Religiosa em Sistema Educacional, sob a influência dos ideais liberais, e seu transplante para o Brasil, em Curitiba, em fins do século XIX e início do século XX.
Cesar Romero Amaral Vieira. Tese. Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.	Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na reforma Caetano de Campos - 1890.
Trabalhos Consultados sobre a Protestantismo norte-americano	04
Total de Trabalhos Consultados	42

Fonte: Plataforma Sucupira (2021).

Nota: Dados organizados pela autora

As décadas de 1990-2000 demarcam a intensificação pelo interesse em se compreender a influência educacional do protestantismo em solo brasileiro. Ao proceder a leitura dos resumos, observamos uma predominância narrativa, numa perspectiva descritiva e cronológica, que intencionam contribuir na perspectiva da memória.

Cabe também mencionar que os primeiros historiadores estudiosos do protestantismo preocupados em romper com as narrativas 'hagiográficas'⁶, demarcando as fontes e

⁶ Ciência que se relaciona com as coisas sagradas ou sobre os santos.

despontando para a análise a respeito das primeiras missões estrangeiras foram Émile G. Léonard⁷, e Lucien Febvre⁸, no período de 1960. (SOUSA, 2012).

A pesquisa de Mendonça (1995), centrada no final do século XIX e início do século XX também trouxe contribuições para a historiografia, ao delimitar as insistentes tentativas de ingresso de protestantes no Brasil, que tiveram início ainda na colônia (1555), sem êxito. De acordo com o autor, a influência protestante em solo brasileiro tem início no período imperial, o que pode ser observado nos termos do Tratado de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação (1810), que assegurava aos estrangeiros radicados em terras brasileiras liberdade de culto, desde que houvesse respeito a fé católica e que as edificações fossem edificadas de maneira a se diferenciar das residências. Contudo, o projeto missionário protestante em terras brasileiras tem início a partir de 1855.

Como integrante desse projeto missionário e com a finalidade de investir em educação religiosa, implantando escolas, desembarca no Brasil, no ano de 1859 o missionário Ashbel Green Simonton (1833-1867), enviado pela Board of Foreign Mission (Junta Presbiteriana de Missões Estrangeiras). Era hábito de Simonton registrar suas atividades em um diário. Nestes registros, o missionário relata a preocupação da missão com a educação, sendo que a priori o objetivo era de atendimento aos filhos dos imigrantes estadunidenses, por considerar a educação brasileira inadequada e atrasada, implantando-se para isto escolas rurais, cujo principal objetivo era a preservação da fé e das tradições.

Apesar da intenção de Simonton e instituir escolas de ensino formal, com padrão diferenciado, imprescindível para a difusão da fé protestante e sua consolidação no Brasil, esta escola só foi implantada em 1870, pelo casal de missionários George Whitehill Chamberlain e Mary Annesley, que iniciaram na sala de sua casa a Escola Americana.⁹ (MENDES, 2007).

Dos trabalhos encontrados sobre a historiografia do protestantismo (42), centramos nossa busca a princípio nos que tinham como objeto a Escola Americana de São Paulo (04).

7 O historiador francês, de origem huguenote, Guillaume Jules Émile Léonard (1891-1961), atuou no Brasil como professor da Universidade de São Paulo e foi o responsável por trazer o tema para a academia. Sua principais obras a respeito do tema foram: *Histoire du Protestantisme* (Paris, 1950, 128 p.; 4ª ed., 1963), da coleção “Que sais-je?”; *Le Protestant Français* (Paris, 1953, 316 p.; reeditada em 1955); *L’Iluminisme dans un Protestantisme de Constitution Récent* (Paris, 1953, 114 p.); *Histoire Générale du Protestantisme* (Paris, 1961-1964; reeditada em 1988); *O Protestantismo Brasileiro* (São Paulo, 1963, 354 p.; 3ª ed. em 2002) e *La Resistance Protestante en Normandie au XVIIIe Siècle* (CAEN, 2005).

8 O historiador francês Febvre (1878-1956), foi um importante nome na primeira geração da Escola dos Annales e na historiografia protestante, com sua obra *Martin Luther, un Destin*, publicado em 1928, na França.

9 Posteriormente a Escola Americana tornou-se Mackenzie College. Atualmente denomina-se Instituto Presbiteriano Mackenzie e atende a todos os níveis de ensino.

Para assegurar o ineditismo da tese, procedemos a leitura completa e a análise dos trabalhos encontrados. A síntese dos resultados está sistematizada no quadro abaixo:

QUADRO 4 – Síntese dos trabalhos sobre a Escola Americana de São Paulo, defendidos em Programas de Pós Graduação em Educação brasileiras, até o ano de 2021

PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO				
Autor/ Tipo/ Instituição/ Ano.	Título	Recorte Temporal	Fontes	Aporte Epistemológico
Shirley Puccia Laguna. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999.	Reconstrução Histórica do Curso Normal da Escola Americana de São Paulo (1889 - 1993).	1889-1933	Entrevistas e depoimento de ex-alunas e ex-professoras; Fotografias da Escola, do Internato, das turmas de alunos, da cidade de São Paulo Livros didáticos; livros de orações. Atas da Igreja Presbiteriana; relatórios anuais dos presidentes do Mackenzie; jornais e revistas.	História cultural. Paradigma indiciários.
Shirley Puccia Laguna. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.	Uma leitura dos livros de leitura da Escola Americana de São Paulo (1889-1993).	1889-1933	Livro de leitura dos programas dos Cursos Primário, Intermediário e Secundário desse estabelecimento escolar.	História Cultural. Teoria das Representações coletivas.
Cesar Guimarães do Carmo. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituição de Ensino: Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.	A Escola Americana: A idealização e construção de uma estratégia pedagógica protestante na província de São Paulo (1870-1912).	1870-1912	Atas, relatórios, utensílios diversos, biografias, correspondências, jornais, memórias, documentos pessoais, arquivos, relatórios do Presidente da Escola Americana encaminhados à Missão responsável pela Escola nos Estados Unidos e panfletos da Escola.	História Cultural.
Maria Aparecida Batista. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.	O primeiro “Kindergarten” na província de São Paulo: Visão de família e educação dos protestantes americanos e a metodologia Froebeliana.	Não conseguimos obter informações, Apesar de o trabalho aparecer na busca (trabalho n. 10), não constar seu resumo, por ser anterior a Plataforma Sucupira. Tentamos a busca em outros sites, inclusive no repositório de teses e dissertações da Universidade de São Paulo, mas sem sucesso.		
Trabalhos Consultados sobre a Escola Americana de São Paulo				04

Fonte: Plataforma Sucupira (2021).

Nota: Dados organizados pela autora

Os estudos acima mencionados evidenciaram a mesma perspectiva teórico-epistemológica e a importância da instituição, desde sua implantação e consolidação, não só para o protestantismo, mas para a educação paulista e brasileira, bem como da ampliação dos estudos sobre instituições escolares de origem protestante, para a História da Educação.

Os resultados encontrados por Laguna em sua tese (2003) e dissertação (1999), registraram que os princípios filosóficos e objetivos educacionais da instituição abrangiam a sociedade, buscando formar a professora e os cidadãos moral e intelectualmente fortalecidos para uma nação progressista. No que tange a educação, Carmo (2007) encontrou resultados similares, no que diz respeito aos princípios morais e éticos que norteavam a escola, sendo o diferencial de seu trabalho a relação estabelecida entre igreja-escola.

Conforme podemos observar, há ausência de sistematização de trabalhos científicos que interpretem o processo de institucionalização, consolidação, adaptação e influência da Escola Americana de São Paulo, fundada em 1870 por missionários de origem Calvinista, em uma realidade de hegemonia católico romana no viés materialista histórico. Todos os trabalhos foram construídos a partir da história cultural. Dada a importância da Escola Americana de São Paulo para a educação paulista e brasileira até os dias atuais justifica-se o interesse por esta pesquisa.

Em busca do amadurecimento acadêmico, iniciada por meio da dissertação de mestrado "A educação para o trabalho no processo de institucionalização do Instituto das Artes Práticas de Castro", tornamos o ponto de chegada a nova partida: a Escola Americana de São Paulo, fundada em 1870, sendo a primeira fundada por missionários estadunidenses da "Board of Foreign Missions", missão que instituiu o Instituto de Artes Práticas de Castro¹⁰, sendo a questão central que impulsionou esse estudo: Qual a importância da Escola Americana de São Paulo para a educação paulista e brasileira? Dessa questão, derivaram outras: Como os ideais reformados protestantes modificaram *ethos* social, político, econômico e religioso brasileiro? Qual a importância da igreja para o Estado brasileiro e como esta influência na ideologia dominante? Qual a política educacional adotada na Escola Americana de São Paulo e sua importância para a educação paulista e brasileira?

Para responder às questões acima elencadas, estabelecemos como objetivo geral: Analisar o processo de institucionalização e consolidação da Escola Americana de São Paulo

¹⁰ A Escola de Artes Práticas de Castro, atualmente denominada de Colégio Instituto Cristão, a exemplo da Escola Americana, integra as instituições vinculadas ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, desde o ano de 2018.

(1870 a 1920) e sua importância para o desenvolvimento da educação. E como objetivos específicos: (1) Identificar os elementos ideológicos intrínsecos na ética protestante, que se perpetuam na cultura organizacional de suas instituições; (2) Discutir a influência da Igreja no Estado Brasileiro; (3) Analisar o contexto da educação paulista e a influência do modelo educacional que norteou a prática educativa da Escola Americana de São Paulo e sua influência nas reformas educacionais paulistas e brasileiras. Delimitamos o período de 1870-1920 devido aos seguintes fatores:

- 1) O período de 1870, por ser a data de organização da Escola Americana;
- 2) O período de 1920 devido a modificação das ideias pedagógicas no Brasil;
- 3) Neste período delimitado, educadores estadunidenses auxiliaram nas reformas educacionais paulistas, por julgar que estes possuíam métodos e técnicas diferenciadas. Estas reformas vieram a refletir na educação brasileira.

Para melhor compreensão do processo de institucionalização da Escola Americana” e a influência do pensamento educacional estadunidense, implantada pela “*Board of Foreign Missions*”, este estudo será orientado pela análise da sociedade, de sua produção e reprodução da vida real, como princípio educativo mediador das relações entre os homens, determinando e condicionando a produção da vida, bem como as formas de organização (social, política, jurídica e ideológica). (MARX; ENGELS, 1963).

Nesse esforço investigativo, recorreremos a totalidade histórica, analisando parte-todo e, apontando suas contradições, seus fundamentos ideológicos e mediações com a totalidade social às instituições escolares, articulando o singular e universal¹¹, do objeto em estudo com base no real, a partir do contexto da época, esforçando-nos por abstrair as mediações sociais presentes na educação de nosso País.

A concepção de história presente nesse estudo é,

[...] antes de tudo, um guia para o estudo [...]. É necessário estudar novamente toda a história – e estudar, em suas minúcias, as condições de vida das diversas formações sociais – antes de fazer derivar delas as idéias políticas, estéticas, religiosas [...] etc. que lhes correspondem. (MARX; ENGELS, 1963, p. 283).

¹¹ Na dialética marxista o singular e o universal coexistem no fenômeno, sendo que o singular representa a parte, e o universal o todo, somente sendo possível conhecer o objeto por meio das relações entre parte e todo e vice-versa, ou seja, o singular não existe sem o universal, da mesma forma que o universal não se institui sem as contradições das múltiplas relações singulares. (MARX, 2013). Nesse estudo, a Escola Americana de São Paulo caracteriza-se como singular, sendo o universal a totalidade histórica.

A instalação e a consolidação de uma instituição escolar, está atrelada ao movimento de uma determinada sociedade que sincronicamente é influenciada pela instituição escolar, modificando as relações de produção da escola e da sociedade, havendo, portanto, uma íntima ligação entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a escola a que origina.

Na sociedade de classes, essa relação é conflituosa, uma vez que cada classe (oposta) luta por seus interesses. O método dialético permite avançar da mera consideração generalizada de termos (escola e sociedade), relacionados “*a posteriori*”, mas permite abstrair a a relação e os elementos essenciais e indispensáveis que existem entre eles.

Observar como a escola se relaciona com a sociedade em que se insere, demonstram a intencionalidade dos processos educativos, tanto no que diz respeito a individualidade dos alunos e do corpo docente, quanto a formação social bem como todos os demais envolvidos no, por esse motivo o procedimento teórico metodológico da pesquisa constituiu-se da coleta e análise das fontes primárias e secundárias, documentais e iconográficas, como: Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, Relatórios, Atas de reuniões, fotografias, mapas, encontrados no acervo da referida instituição, no Acervo da Igreja Presbiteriana do Brasil, bem como das bibliografias sobre o tema.

Dentre a bibliografia elencada, utilizaremos como fonte primária os livros escritos por estudiosos da Instituição para efeito de memória. São eles: *O Diário de Simonton* (SIMONTON, 2002), *Igreja Evangélica e República Brasileira: 1889-1930* (RIBEIRO, 1991), *Tempos de transição: A nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973)*. (MENDES, 2007), *Protestantismo e Educação Brasileira* (HACK, 2000), *Raízes Cristãs do Mackenzie e seu perfil confessional* (HACK, 2003), *Semeadura Presbiteriana no Sul do Brasil* (HACK, 2008).

Após a coleta das fontes, procedemos um estudo aprofundado e criterioso destas, correlacionando-as com as condições sociais emergentes do contexto histórico-geográfico e, de um contexto mais amplo, para melhor compreender o que estas fontes revelavam. (MIGUEL, 2007). Para possibilitar o estabelecimento de uma metodologia com base na dialética marxista, pautada na realidade, como um processo de unidade dos contrários, elegemos para a condução desse estudo, as categorias¹²: Contradição (método), Hegemonia e

12 Nas pesquisas que utilizam o método materialista, pautado na dialética marxista, as categorias são os fios condutores do estudo. Para Kuenzer (1998), a importância das categorias está no auxílio a organização e sistematização, permitindo maior rigor científico. A autora divide as categorias entre categorias do método, que expressam a relação do pesquisador com o objeto (contradição, mediação, práxis e totalidade), e categorias de

Ideologia (conteúdo). A compreensão das contradições da totalidade, por meio da singularidade só é possível mediante a atenção do pesquisador em “[...] captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal.” (SANFELICE, 2009, p. 198).

As citações decorrentes das fontes primárias foram mantidas, no decorrer do texto, em itálico, conservando sua grafia original. Para as fontes secundárias não se utilizará itálico. Para tornar possível a compreensão do objeto de estudo, dividimos esta pesquisa em três capítulos:

Com o objetivo de identificar os elementos ideológicos intrínsecos na ética protestante, que se perpetuam na cultura organizacional de suas instituições, o primeiro capítulo deste trabalho, sob o título "*Ethos*" e religião em Jean Calvino, Max Weber e Karl Marx abordaremos a ética na perspectiva dos autores mencionados.

No segundo capítulo, sob o título “A relação entre Igreja, Estado no Estado Brasileiro: O processo de alienação por meio da religião”, buscaremos identificar a influência da Igreja no Estado Brasileiro, a fim de compreender como a cultura religiosa e as tensões desse campo constituiu a instituição do protestantismo em nosso País.

No terceiro capítulo, que tratará da influência estadunidense no desenvolvimento e educação paulista, o objetivo é analisar o movimento social paulista e as condições reais e contradições existentes no momento da institucionalização da Escola Americana.

As considerações finais intentarão responder as questões iniciais e aos objetivos da pesquisa, verificando de que maneira protestantismo-imigração-educação se inter relacionam no processo de institucionalização da Escola Americana de São Paulo.

conteúdo, que emergem a partir do objeto (alienação, classes sociais, Estado, ideologia, mais valia, trabalho etc.).

CAPÍTULO 1

***ETHOS* E RELIGIÃO EM MAX WEBER, JEAN CALVINO E KARL MARX**

Neste primeiro capítulo abordaremos o "*Ethos*" protestante a partir da Reforma Protestante e das Institutas de João Calvino; verificando a crítica Max Weber, de que o calvinismo foi o principal responsável, enquanto partícipe da Reforma Protestante, pela disseminação do capitalismo moderno na obra weberiana "A ética protestante e o espírito do capitalismo" e, para terminar o capítulo, abordaremos as ponderações de Karl Marx e Engels em suas críticas a religião e a ética capitalista.

O objetivo deste capítulo é identificar os elementos ideológicos intrínsecos na ética protestante, que se perpetuam na cultura organizacional de suas instituições. A importância dessas reflexões sobre ética, se justificam nesta tese, devido a influência da ética reformada praticada nas instituições protestantes, buscando subsídios para as discussões da tese sobre a disseminação dos ideais liberais por meio da organização das instituições escolares, uma vez que percebe-se uma ética diferenciada, com princípios e valores que se perpetuam por gerações, em sua cultura organizacional.¹³

A cultura organizacional das instituições está permeada por intenções e por valores fundamentais implantados por seus fundadores, que sustentam tanto a organização quanto seus líderes, sendo transmitidos ao longo das gerações, legitimando e validando as ações e comportamentos. (SCHEIN, 1992).

A essas concepções e crenças comuns pautadas em valores, denominamos ética. A palavra grega "*Ethos*", designando o caráter e o modo de ser do indivíduo. Os filósofos gregos foram os primeiros a pensar sobre a ética, vinculando-a a ideia de moral e de cidadania, sendo estas qualidades importantes para o desenvolvimento do Estado. Como campo da atividade filosófica, a ética traz perspectivas para analisar e fornecer critérios de compreensão, embasando a discussão de ações e da causa motriz.

Vemos a ideia da ética presente desde a escola de pensamento dos filósofos antigos. Ela está presente em Platão, para o qual as principais virtudes eram a prudência ou sabedoria, a valentia e a temperança, ou autodomínio. (VÁZQUEZ, 1997). E também pode ser

¹³ Essas discussões passarão o texto, mas serão melhor aprofundadas no último capítulo, quando serão abordados os fundadores da Escola Americana e a preservação dos ideais da Reforma Protestante para a institucionalização e consolidação da escola.

facilmente percebido em Aristóteles, que escreveu sobre o tema em *Ética a Nicômaco*, *Ética a Eudemo* e a *Grande Ética*, obras nas quais demonstra que a finalidade era o principal fim da existência humana, podendo ser esta alcançada pela virtude, sabedoria e prazer. Em sua obra “*Ética a Nicômaco*”, Aristóteles escreve sobre as instituições públicas e as formas de governo capazes de suscitar as melhores formas de viver.

Os adventos ocorridos nos séculos XVI e XVIII, período da Reforma Protestante e da Revolução Científica foi palco de transformações radicais. A modernidade surge através da proclamação de um novo caminho no pensar a ciência e a relação do homem com Deus e com a natureza. Apesar de a natureza continuar a ser objeto e lugar da ação do ser humano, esta perdeu seu lugar de respeito, passando a ser explorada, desequilibrando não só as relações do homem com a natureza, mas também com o próximo e consigo.

Intrinsicamente ligado a ética está a moral, que nada mais é do que os costumes e valores de uma cultura, um conjunto concreto de preceitos e normas que organizam a vida das pessoas, das comunidades e das sociedades, ou seja, a moral é a vivência da ética. O principal filósofo a estudar a moral foi Immanuel Kant (1724-1746),¹⁴ Em sua obra *Ética e filosofia moral*, Kant busca estabelecer moralmente o que é certo ou errado, por meio da universalização regras subjetivas de ação, apregoando que ação moral pode ser expressa por uma lei moral universal. (BORGES; DALL’AGNOL; DUTRA, 2002). Também demarcam os estudos sobre a ética, os contratualistas John Locke (1632-1704)¹⁵ e Jean Jacques Rousseau (1712-1801),¹⁶ que partem do pressuposto de que o homem assume junto a seus semelhantes

14 Nascido na Prússia Oriental, o filósofo fundador do idealismo transcendental, pertencia a uma tradicional família protestante, Kant formou-se em teologia, contudo sua relação com a religião era contraditória, uma vez que postulava só acreditar naquilo que é tangível. (MAYOS, 2008).

15 De origem inglesa, o filósofo, idealizador do liberalismo e considerado pai da teoria empirista do conhecimento, foi um nome importante na construção da teoria do contrato social, auxiliando a consolidar o pensamento político moderno. Dentre suas principais ideias estão os ditos morais, as leis naturais e os direitos naturais do homem, que regulam o comportamento moral humano e o impacto, ou consequência de suas escolhas, que podem trazer prêmio ou castigo. Em seu estado de natureza, o homem possui direitos naturais que são fundamentais à sua felicidade, sendo, portanto, a vida, a liberdade e a propriedade de si e de bens, direitos inalienáveis, que justificam a origem e o fundamento da sociedade civil. Para Locke o estado de natureza do homem pressupõe liberdade e igualdade, uma vez que Deus dotou todos os homens com as mesmas faculdades, estando o bem e o mal a sua disposição, para que escolha e colha as consequências, uma vez que “[...] o bem e o mal moral consistem, pois, apenas no acordo ou desacordo de nossas ações voluntárias com certa lei, por meio da qual o bem e o mal nos são impostos pela vontade e poder do legislador”. (LOCKE, 1978, p. 215).

16 De origem suíça, Rousseau, foi um importante idealizador do contrato social, que vislumbrou a constituição do Estado Moderno, como organizador da sociedade civil. Para ele, o homem em seu estado natural é dotado de bondade e liberdade, sendo corrompido pela sociedade e acorrentado pelas desigualdades. Para ele, a liberdade e a igualdade são fatores de humanização. De acordo com Rousseau, era necessário o surgimento do Estado a fim de garantir as liberdades civis e evitar o caos criado pelo aparecimento da propriedade privada e desigualdades sociais.

um compromisso de respeitar as regras morais, permitindo a paz e harmonia do grupo social o qual está inserido. Os filósofos, a seu tempo propuseram paradigmas e desafios éticos.

1.1 A ÉTICA SOB A ÓTICA REFORMADA E O PENSAMENTO DE JOÃO CALVINO

Desde o advento do Cristianismo, a Igreja Católica Apostólica Romana foi a única igreja do Ocidente, até que no século XI (1050) houve a primeira cisão, surgindo os Católicos Ortodoxos, predominantes neste período na Grécia, Rússia, Turquia e em determinados países do Leste Europeu, contudo a Igreja Católica Romana ainda era a mais influente até o século XV.

As crises geradas pelo período medieval, reavivaram a teologia, pensamento com o qual Senarcles (1989, p. 103) corrobora ao afirmar que: “[...] os períodos de crise são mais propícios para a teologia do que os tempos de riqueza espiritual e moral.”¹⁷

Essas crises tornaram a Europa do século XVI cética, secularizada e crítica, especialmente do Império Romano. A disparidade econômica, o aumento de poder da aristocracia, a prosperidade das instituições, das indústrias, das artes, a crescente atividade da burguesia tanto mercantil quanto comercial e a extrema miséria dos desfavorecidos da Alemanha somada as transformações advindas de alguns movimentos teológicos, culturais e intelectuais como o humanismo renascentista¹⁸, o escolasticismo e o misticismo contribuíam contra a ordem vigente. (GREN, 1984; GEORGE, 1993).

O rompimento com o pensamento medieval, sintetizado no lema humanista "*ad fontes*" (para as fontes), o retorno a cultura clássica, a valorização do humano e de seu livre pensamento e desenvolvimento intelectual, o fim das tutelas e a confluência entre a cultura clássica e o cristianismo (filosofia e religião) foram importantes elementos para a gestação de um anticlericalismo, trazendo “positivas contribuições para o estabelecimento e a afirmação da Reforma Protestante.” (SANTANA, 2017, p. 27).

17 Cabe salientar, que houveram movimentos anteriores à Reforma Protestante, que também fizeram denúncias contra a Igreja Católica, tentando obter modificações, dentre eles estão: no Séc. XI, os Catáros; no Séc. XII; os Valdenses; no Séc. XIV e XV, movimentos na Inglaterra, sob a liderança de João Wycliff (1327-1384), na Boêmia, liderado por João Hus (1372-1415), na Itália, com Jerônimo Savonarola (1452-1498) e na Holanda, os humanistas bíblicos, com Erasmo de Roterdã (1466-1536). (SANTANA, 2017; GEORGE, 1993).

18 Movimento cultural nos Séculos XIV-XVI, iniciado na Itália, teve como o ícone Erasmo de Roterdã, autor da edição crítica do Novo Testamento grego, com tradução latina, obra essencial à outras traduções Reformadas.

Esse novo olhar sobre o homem e a mudança de paradigmas, dentro e fora dos muros da igreja trouxeram novas perspectivas intelectuais, políticas, econômicas e eclesiais, possibilitando vislumbrar o homem por outra perspectiva.

O movimento protestante¹⁹, que iniciou na Alemanha, teve como principal nome o do monge agostiniano Martinho Lutero, por ocasião da afixação de 95 teses (1517) que questionavam as práticas do Papa de cobrança de indulgências, mercantilização da fé e de seus símbolos, abuso de poder, corrupção e ensinamentos equivocados, foi gestada anteriormente advindo das inquietações e insatisfações com a exploração do povo pela Igreja, portanto, apesar da importância de Lutero para a Reforma, “A reforma não estava em Lutero somente; seu século a devia produzir.” (D’AUBIGNÉ, s.d., p. 305). Pensamento esse com o qual Gren (1984, p. 123) corrobora ao ponderar que

[...] determinado conjunto de circunstâncias criou uma situação que tornou possível e provável o seu aparecimento. Muitos dos fatores que deram origem à Reforma não eram novos, nem houve qualquer causa única que lhes desse existência. Foi uma particular correlação de acontecimentos que produziu a situação em que a doutrina dos reformadores provocou uma reação ativa. Os reformadores não foram os instrumentos através dos quais ela se exprimiu.

Dentre essas circunstâncias está também a insatisfação da monarquia com o poder político alcançado pela Igreja, o que pode ser comprovado a partir da proteção dada pelos príncipes alemães à Martinho Lutero. A moralização religiosa e o valor instituído à subjetividade e à racionalidade fazem emergir uma nova estrutura social e econômica, substituindo o feudalismo pelo capitalismo comercial, amparando o advento da Modernidade e, tornando-se a expressão religiosa moderna que respondeu ao desafio de preparar os sujeitos para um novo momento histórico. (FERREIRA, 2008).

Até o advento da Reforma, a igreja dominante apregoava que o homem deveria ter como alvo de sua ética o céu, contudo, para Lutero, a ética consistia na preservação da criação divina, no investimento no aperfeiçoamento individual, que para o reformador deveria possibilitar a crítica reflexiva, em busca do bem estar e da paz. No “*ethos*” de Lutero, o cristão deveria ter engajamento religioso e social, formando e sendo formado para a “*polis*”²⁰. (SOUZA, 2008).

19 O termo protestantismo será utilizado para designar um dos principais ramos do cristianismo, desta feita, o termo ‘protestante’ designa as igrejas originárias da Reforma, ou que guardam seus princípios: luteranas, presbiterianas, metodistas, congregacionais e batistas. (MENDONÇA, 2005).

20 O termo “*polis*” designa cidade.

FIGURA 1 – Principais nomes da Reforma Protestante

Fonte: André Toma/Mundo Estranho

Disponível em <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-a-reforma-protestante/>

O fato é que os desdobramentos da Reforma Protestante, precipitado pela ação de Martinho Lutero, ao propagar seu pensamento por meio das teses foram os precursores não somente de mudanças teológicas, mas também na organização cultural, institucional, científica, artística, educativa, social e política, iniciando pela Europa (ocidente e países baixos) e posteriormente a América e o mundo e contribuíram com o rompimento do pensamento Medieval, contribuindo com o Renascimento e com o Humanismo.

O investimento no estudo da Bíblia em sua língua original, levaram a sociedade a busca pelo conhecimento e compreensão dos textos bíblicos, trazendo uma nova visão a respeito da religião. Ao se voltar à cultura clássica, quebrou-se o monopólio intelectual da Igreja e sua influência filosófica. (SCHAEFFER, 1982).

Apesar de contribuir com a difusão do pensamento humanista, o pensamento reformado diferia no sentido de que a valorização do homem estava em seu relacionamento com o transcendente, mas sob uma ótica diferente do catolicismo, uma vez que ao mesmo tempo que o homem não era considerado a medida de todas as coisas, era um ser notável, distinto e digno por ter sido criado à imagem de Deus, e regido por uma lei moral universal, dada pelo próprio Deus a seu povo. (CALVINO, 1994).

A posição geográfica privilegiada alemã (centro do continente europeu) favoreceu sua atividade mercantil e, fez com que os livros e ideias luteranas se expandissem e que as mudanças propostas por Martinho Lutero rapidamente alcançassem o mundo, permitindo que novos reformadores se juntassem a ele. Entretanto, sua expansão só foi possível devido ao apoio de príncipes e governantes.

A Reforma Protestante impactou fortemente à Suíça, tornando-a um importante centro religioso, sob a liderança do reformador Ulrich Zwinglio (1484-1531), sua praticidade e objetividade conquistaram a simpatia e o apoio da burguesia mercantil suíça. Zwinglio foi o responsável pela Reforma na Confederação Helvética²¹, estabelecendo as bases teológicas e intelectuais.

Os ideais reformistas alcançaram a França, mas desde o início foram reprimidos. Em 1521 o Parlamento parisiense proibiu a impressão e venda de qualquer material que fosse relacionado à Reforma Protestante, o que despertou a curiosidade dos parisienses, aumentando a procura pelos escritos de Lutero. Posteriormente (1526) o parlamento proibiu inclusive a alusão ao protestantismo em conversas, sendo que em 1530, para manter a unidade religiosa na França, o rei Francisco I (1515-1547) ordenou que se aplicassem duas bulas papais que se posicionavam contrárias aos ideais protestantes.

As bulas consideravam as práticas religiosas não católicas hereges, sendo sua punição a fogueira, havendo subsequentes normativas que intensificavam as proibições e punições a outras práticas religiosas, aprovadas pelo rei. Em 1547, Henrique II assume o trono, intensificando a inquisição.

Mesmo diante da perseguição, no ano de 1555 a primeira Igreja reformada de Paris foi organizada, composta por artesãos, fazendeiros, comerciantes e também por aristocratas.²² Com apoio de Genebra, o movimento reformado francês cresceu, especialmente nas regiões oeste e sudoeste, tornando-se conhecidos como huguenotes.²³

Esse crescimento tornou os huguenotes um grupo partidário político religioso, dividindo espaço com o grupo católico e gerando conflitos. Houveram diversas perseguições, ocasionando massacres de protestantes por radicais católicos e, precipitando guerras religiosas, que duraram várias décadas (1562-1598).²⁴

Apesar das disputas religiosas e da não aceitação dos reformados, o país foi o berço de um dos principais reformadores, João Calvino (1509-1564), precursor do movimento

21 A Confederação unia municípios da Suiça em uma aliança, para gerir interesses comuns.

22 Dentre os membros da aristocracia francesa estavam o rei de Navarra, o príncipe de Condé (irmão do rei) e o almirante francês Gaspar de Coligny, o almirante foi intermediário na expedição huguenote no Brasil. (LÉRY, 2017).

23 Cabe lembrar que o termo huguenote foi utilizado também para caracterizar os Reformados das Igrejas implantadas na Holanda, Escócia e América, durante o século XVI.

24 A rixa entre protestantes e católicos era acirrada, dentre os mais brutais massacres estão "O massacre de Vassy" (01 de março de 1562) e o "Dia de São Bartolomeu" (18 de agosto de 1572), comemorado pelo Papa Gregório XIII como um evento.

Calvinista²⁵, cuja formação acadêmica (graduação em Direito), auxiliou as discussões sobre política e religião. O movimento reformado calvinista, herdou as bases teológicas e intelectuais de Lutero e Zwinglio, derivando também da vertente humanista teocêntrica, baseando-se nas doutrinas de Agostinho de Hipona.

As perseguições aos protestantes levaram Calvino a Genebra, na Suíça, no ano de 1536, e para possibilitar a formação de líderes para a Igreja Protestante este fundou a Academia de Genebra, que tornou-se referência para o sistema universitário suíço. Calvino também foi o responsável pela organização e sistematização da Igreja de Genebra, participou do Conselho da Cidade, auxiliando nas questões jurídicas.

No século XVI John Know, um dos discípulos de Calvino, levou os ideais reformados para a Escócia, berço do presbiterianismo. Apesar de os primeiros protestantes a chegarem aos Estados Unidos, foram os puritanos ingleses, que se radicaram em Massachusetts no início do século XVII, o grupo responsável pela introdução das ideias protestantes presbiterianas foram os Escoceses, no século XVIII, radicando-se em Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia, nas Carolinas (do Norte e do Sul) e no oeste da Pensilvânia, onde fundaram Pittsburgh, a cidade estadunidense com maior número de presbiterianos. Posteriormente, missionários e protestantes estadunidenses instalaram-se no Brasil fundando igrejas, hospitais e escolas. (MENDONÇA, 1995; LESSA, 1938).

De acordo com Delacroix (1972), o rompimento com o tradicionalismo e a responsabilização do sujeito por sua via pessoal advindas da Reforma Protestante foi um importante marco no desenvolvimento do Capitalismo moderno, com o que McGrath (2004), corrobora ao apontar que

[...] vários fatores, que culminaram no início do século 16, levaram a uma crescente insatisfação com a Igreja ao final da Idade Média. Deve-se enfatizar que estes fatores não eram somente religiosos, mas envolviam, também, questões sociais, políticas e econômicas. Para que se possa entender a Reforma e, especialmente, o papel crucial que João Calvino desempenhou neste drama, é necessário que se considere o caráter multifacetado do apelo que ela possuía para o povo da Europa ocidental no início do século 16, particularmente na França. (McGRATH, 2004, p. 20).

O autor reforça a afirmação de que a Reforma, que teve como estopim as questões religiosas, trazia em si outras necessidades humanas, para além da espiritualidade. Outro

25 Por iniciativa de Calvino, Genebra acolheu refugiados protestantes que espalharam-se por toda a Europa e posteriormente em todo o mundo. Em momento oportuno, falaremos mais sobre Calvino, bem como sobre o movimento Calvinista e também sua influência na Educação e Sociedade.

ponto importante a ser considerado é que não há como dissociar atividade humana e trabalho, sendo que “a ética calvinista do trabalho está firmada em três pilares fundamentais: vocação, austeridade e honestidade”. (STOKER, 1938, p. 21).

No pensamento católico medieval, o trabalho tinha como função a subsistência e a redenção do homem, sendo a pobreza de origem divina e a abnegação das riquezas o caminho para o céu. De acordo com Alborno, etimologicamente o vocábulo trabalho origina-se do latim “*tripalium*”, designando um “instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, nas quais agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los.” (ALBORNOZ, 1994, p.10). Como tortura, certamente a concepção de trabalho era a de maldição.

Diferentemente da concepção medieval do trabalho e de sua desvalorização, para Calvino este é bom, digno e necessário, uma bênção legada ao homem pelo Criador, um meio de subsistência concedido pela providência divina, a primeira vocação humana que permite ao homem imitar o divino, sendo muito mais do que uma atividade laboral, uma atividade moral e ética, que confere sentido a existência humana, compreendidas como serviço e ofício, cuja origem é transcendental. Apoiando-se em textos bíblicos, a teologia de Calvino apregoava que o trabalho é um dom e uma responsabilidade.²⁶ (BIÉLER, 2005).

O ócio também era condenado, pois para Calvino, o trabalho era ordenança divina e estava intrínseco à vida humana,²⁷ devendo esse usufruir do ganho material como parte da vocação humana, interligando fé e atividade humana, conferindo ao trabalho e ao dinheiro um lugar diferenciado a partir da percepção do potencial do lucro para a intensificação da produtividade futura. (BIÉLER, 2005).

Calvino manifestava-se contrário a exploração da mão de obra e a violência contra o trabalhador, pois acreditava que a ausência de pagamento defraudava o homem, que era digno de receber salário e desagradava ao Criador.²⁸ Condenava o penhor de instrumentos utilizados e também pelo trabalhador no exercício de sua função e àqueles que possuindo recursos

²⁶ “Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar.” (Gn. 3:15).

²⁷ “Porque, quando ainda convosco, vos ordenamos isto: se alguém não quer trabalhar, também não coma. Pois, de fato, estamos informados de que, entre vós, há pessoas que andam desordenadamente, não trabalhando; antes, se intrometem na vida alheia. A elas, porém, determinamos e exortamos, no Senhor Jesus Cristo, que, trabalhando tranquilamente, comam o seu próprio pão.” (II Tessalonicenses 3.10-12).

²⁸ “O trabalhador é digno do seu salário.” (1 Timóteo 5:18).

negassem a emprega-lo²⁹ e, contrário a violência e a opressão do trabalhador, pondera que mesmo que legais, as situações de injustiça seriam cobradas do homem. (BIELER, 1990).³⁰

Os princípios da ética e moral calvinistas apoiam-se no decálogo e estão registrados nas Institutas da Religião Cristã, o fragmento abaixo, extraído do primeiro livro, demonstra o pensamento de Calvino sobre a Lei e a liberdade:³¹

Resulta ahora fácil entender que és lo que debemos aprender de la Ley; a saber, que siendo Dios nuestro Creador, con todo título hace con nosotros de Padre y Señor; y que por esta razón nosotros debemos glorificarle, amarle, reverenciarle y temerle. Asimismo, que nosotros no somos libres para hacer todo aquello a que nuestros apetitos nos inclinan, sino que estando pendientes de Su voluntad, solamente hemos de insistir en lo que a Él le place. Que Él ama la justicia y la rectitud; y por el contrario, aborrece la maldad. Por lo tanto, si no queremos apartarnos de nuestro Creador mediante una perversa ingratitud, es necesario que todos los días de nuestra vida amemos la justicia y vivamos de acuerdo con ella. (CALVINO, p 1994, p. 262).³²

Para Calvino, a exemplo dos liberais, o homem deveria gozar de liberdade, contudo esta não poderia ser usada para satisfazer todas as suas vontades, seu padrão ético e moral deveria ser a justiça, devendo ser reprimidas as inclinações para a maldade e injustiça, que eram considerados para o reformador pecado de ingratidão contra Deus.

A qualificação do trabalhador para o exercício da profissão, provendo por meio da educação as condições de obter emprego, eram preocupação de Calvino, este chegou a intervir solicitando o desenvolvimento da indústria de tecelagem, para ampliar a oferta de emprego (1544). (BIÉLER, 2005). A modificação Reformada no pensamento sobre o trabalho, permitiu o desenvolvimento econômico.

Pioneiro ao buscar estabelecer o lugar da ética na vida privada e pública, por meio da separação entre Igreja e Estado. A vocação em Calvino, diz respeito a valoração do trabalho e

29 “Não se tomarão em penhor as duas mãos, nem apenas a de cima, pois se penhoraria, assim, a vida.” (Deuteronômio 24:6).

30 “Não oprimirás o jornaleiro pobre e necessitado, seja ele teu irmão ou estrangeiro que está na tua terra e na tua cidade. No seu dia, lhe darás o seu salário, antes do pôr-do-sol, porquanto é pobre, e disso depende a sua vida; para que não clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado.” (Deuteronômio 24.14).

31 Calvino escreveu noventa e seis obras entre sermões (mais de 2000), cartas, exortações, tratados, comentários bíblicos (de todos os livros), em latim e em francês, mas sua principal e mais difundida obra foram As Institutas, sendo a primeira edição publicada em 1536, com seis capítulos, sendo revisada e ampliada no ano de 1539, contando a segunda edição com 17 capítulos.

32 Agora é fácil entender o que devemos aprender com a Lei; a saber, que sendo Deus nosso Criador, atua como Pai e Senhor conosco; e que por isso devemos glorificá-lo, amá-lo, reverenciá-lo e temê-lo. Da mesma forma, não somos livres para fazer tudo o que nossos apetites nos inclinam, mas estando cientes de Sua vontade, só temos que insistir no que Ele quiser. Ele ama a justiça e a retidão; e pelo contrário, abomina o mal. Portanto, se não queremos nos separar de nosso Criador por meio de perversa ingratidão, é necessário que todos os dias de nossas vidas amemos a justiça e vivamos de acordo com ela. (Tradução nossa).

da compreensão que ao desenvolver um trabalho secular, esse deve ser feito como o cumprimento de um dever. Essa concepção alcança o papel da política, encontrados nas Institutas, opõe-se aos governos abusivos, protestando “[...] contra a onicompetência do Estado, contra a ideia medonha de que não há direito algum acima e além das leis existentes, e contra o orgulho do absolutismo, que não reconhece nenhum direito constitucional.” (KUYPER, 1953, p. 85).

De acordo com o escrito nas Institutas, Deus instituiu o governo terreno “De três partes consta este poder, conforme pode-se observar:

La primera es el magistrado, guardián y conservador de las leyes. La segunda, las leyes conforme a las cuales el magistrado ordena. La tercera es el pueblo que debe ser gobernado por las leyes y ha de obedecer al magistrado. Tratemos ahora primeramente del magistrado; es decir, si es una vocación legítima e aprobada por Dios; cuál es su obligación y debel y hasta dónde se extiende su autoridad y poder. En segundo lugar veamos con qué leyes debe ser gobernada la sociedad cristiana. Finalmente, de qué manera puede servirse el pueblo de las leyes, y qué obediencia debe a los superiores.” (CALVINO, p 1994, p.1170).³³

Conforme pode-se observar no texto escrito por Calvino, toda vocação é legítima e aprovada por Deus, devendo ser exercida de maneira a permitir a liberdade e a religião. Para a proteção do povo, tanto os reis como o povo devem lançar mão da espada. Calvino, em suas Institutas também escreve sobre a importância do respeito as autoridades, apregoando a obediência aos superiores, suas ordens e constituições, pagando os impostos.

O grande cerne das religiões cristãs é o pecado, entendido como tudo o que afasta o homem do Criador, devendo, portanto, o homem fugir dele, no pensamento católico medieval, a aquisição de bens materiais era considerado pecado de avareza, para Calvino, não existia pecado nas coisas ou bens, desde que utilizadas com moderação e sem prejudicar ao próximo. Os recursos materiais permitem ao homem o domínio sobre a terra, para cultivá-la e enche-la, possibilitando ao homem ser agente cultural de Deus e, responsável por cobrar do Estado o atendimento aos necessitados, especialmente os órfãos. (CALVINO, 1994).

O tópico mais polêmico da doutrina calvinista diz respeito a doutrina da predestinação, contudo, ao longo de sua obra, Calvino não deu a esta a ênfase de seus críticos, pois localiza-

³³ Este poder consiste em três partes. O primeiro é o magistrado, guardião e conservador das leis. A segunda, as leis segundo as quais o magistrado ordena. O terceiro são as pessoas que devem ser regidas pelas leis e devem obedecer ao magistrado. Tratemos agora primeiro do magistrado; ou seja, se é uma vocação legítima e aprovada por Deus; qual é o seu dever e dever e até onde se estende sua autoridade e poder. Em segundo lugar, vamos ver por quais leis, a sociedade cristã deve ser governada. Finalmente, de que forma as pessoas podem usar as leis e que obediência devem aos seus superiores. (Tradução nossa).

se nos últimos capítulos (XXI a XXIV) do terceiro livro das Institutas e destina-se a explicar porque a mensagem pregada não alcança a todos, ao que Calvino explica:

En la diversidad que hay en el modo de ser predicado el pacto a todos los hombres, y que donde se predica no sea igualmente recibido por todos, se uestra un admirable secreto del juicio de Dios; porque no hay duda que esta diversidad sirve también al decreto de la eterna elección de Dios. Y si es evidente y manifesto que de la voluntad de Dios. Y si es evdente y manifesto que de la voluntad de Dios depende el que a unos les sea ofrecida gratuitamente la salvación, y que a otros se les niegue, de ahí nacen grandes y muy árduos problemas, que no es posible explicar ni solucionar, si los fieles no comprenden lo que deben respecto al misterio de la elección y predestinación. (CALVINO, 194, p. 724-725).³⁴

Como pode-se observar, o capítulo XXI a respeito da doutrina da eleição e/ou predestinação, denominado “*La elección eterna con la que Dios ha predestinado a unos para salvación e otros para perdición*”,³⁵ diz respeito a salvação. Os próximos capítulos que abordam o assunto, têm por títulos: Capítulo XXII “*Confiración de esta doctrina por los testimonios de la Escritura*”; Capítulo XXIII “*Refutación de las calumnias con que esta doctrina ha sido siempre impugnada*”; Capítulo XXIV “*La elección se confirma con el llamamiento de Dios*”; por el contrario, los réprobos atraen sobre ellos la justa perdición a la que están destinados”,³⁶ tendo como foco a mesma questão.

Não há nos escritos de João Calvino menção a doutrina da prova. Sua preocupação doutrinária relativa a predestinação é soteriológica e, visava tranquilizar os recém convertidos, ameaçados por Cipriano de que a salvação só alcançaria aqueles que professassem a fé católica, afastando muitos da fé protestante, por medo da condenação eterna. (CALVANI, 1994).

As inquietações da Reforma e a Institucionalização da Igreja Protestante perpassaram séculos, de maneira dinâmica, buscando dentre seus ideais o de atingir o objetivo *Ecclesia Reformata et Semper Reformanda est*, cujo significado é: Igreja Reformada, sempre se

34 Na diversidade da maneira como a aliança é pregada a todos os homens, e onde é pregada não é igualmente recebida por todos, um admirável segredo do julgamento de Deus é revelado; pois não há dúvida de que essa diversidade também serve ao decreto da eleição eterna de Deus. E se for evidente e manifesto que da vontade de Deus. E se é evidente e manifesto que a vontade de Deus depende se a salvação é oferecida gratuitamente a alguns, e que a salvação é negada a outros, daí surgem problemas grandes e muito árduos, que não é possível explicar ou resolver, se os fiéis não entendem o que devem em relação ao mistério da eleição e predestinação. (Tradução nossa).

35 A eleição eterna com a qual Deus predestinou alguns para a salvação e outros para a perdição. (Tradução nossa).

36 Capítulo XXII "Confirmação desta doutrina pelos testemunhos da Escritura"; Capítulo XXIII "Refutação das calúnias com as quais esta doutrina sempre foi contestada"; Capítulo XXIV “A eleição é confirmada pelo chamado de Deus”; pelo contrário, os réprobos atraem sobre eles a justa perdição a que estão destinados.” (Tradução nossa).

reformando. De acordo com a tradição protestante, esta sentença teria sido proferida por Gilbertus Voet (1589-1676), por ocasião do Sínodo de Dort, realizado no ano de 1619, em Dordrecht, na Holanda.

Os conflitos históricos que perpassam a Reforma, geraram crises e inseguranças aos indivíduos. Essas inseguranças, se perpetuadas pela cultura e pela religião, trazem desencanto religioso. A religião na perspectiva cultural mais ampla foi objeto de estudo de Max Weber, conforme veremos à seguir.

1.2 ÉTICA PROTESTANTE E CAPITALISMO OCIDENTAL

A interrelação entre protestantismo e desenvolvimento capitalista já havia sido objeto das reflexões de outros autores, dentre eles Montesquieu,³⁷ contudo, o diferencial na tese de Max Weber³⁸ foi a análise comparativa a partir da inserção de dados históricos, concebendo a religião como uma dimensão da cultura, que demonstra os costumes cotidianos. Como categoria mais ampla, cada religião demonstra individualidades históricas.

Para Max Weber, a partir da modernidade, a religião, especialmente o Protestantismo, teve grande influência no processo de desenvolvimento do Capitalismo Ocidental. Seu espírito empreendedor, seu autocontrole e a importância dada ao trabalho como gerador de

37 O francês Charles Louis de Secondat (1689-1755), mais conhecido como Barão de Montesquieu foi um filósofo, escritor e político importante em seu tempo. Seus ideais de tolerância religiosa e suas críticas ao Estado e a Igreja influenciaram outros filósofos, dentre eles Hegel. Para Montesquieu, o crescimento do Cristianismo e os desdobramentos e da Reforma Protestante, com seus ideais de liberdade, somados a todo o pano de fundo germânico que a envolviam criaram as condições para a Revolução Francesa, redefinindo a liberdade. De origem religiosa judaica, se opunha veementemente a Igreja Católica, sobrepondo os os princípios e valores morais das religiões judaico-cristãs às demais religiões. Com relação à política, para ele não havia sistema de governo ideal (monárquico, republicano e despótico), rejeitando completamente o despotismo. (MONTESQUIEU, 1996). O filósofo opunha-se ao Absolutismo francês, tanto do Estado quanto da Igreja e as ideias cartesianas. Em sua obra Cartas Persas (1721), o filósofo critica o Estado francês, demonstrando o conflito existente nele, ao que escreve que haviam na França “[...] três espécies de estados: a Igreja, a espada e a toga. Cada um deles dedica um soberano desprezo aos outros dois; e assim, tal que deverá ser desprezado por ser um parvo, muitas vezes só o é por ser togado. Até os mais ínfimos artífices contendem acerca da excelência da arte que escolheram; cada um se sobrepõe ao que abraçou outra profissão, segundo a ideia que para si formou da superioridade da sua”. (MONTESQUIEU, 1960, p. 92).

38 De origem alemã, Maximilian Karl Emil Weber (1864-1920), era integrante de uma família da elite cultural e política alemã, viveu em um período em que a Alemanha se unificava. Seus pais possuíam elevado nível sócio-econômico-cultural; seu pai foi um industrial têxtil, político integrante do partido liberal-conservador, magistrado, de origem protestante e sua mãe, liberal humanista, descendia dos huguenotes franceses (calvinista). Provável motivo pelo qual passou a se interessar pelos temas que explorou. Weber exerceu grande influência nos campos do conhecimento da Administração, Ciência Política, Economia, Direito, Filosofia, História e Sociologia e seu pensamento impactou: Thorsten Veblen, Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Arnol Gehlen, Max Scheler, Karl Jaspers, Leopold von Wiese, Karl Mannheim, Alfred Schütz, Evin Goffman, Eric Voegelin, Norbert Elias, Ernest Gellner e Anthony Giddens. (BARBOSA, 2009).

riquezas, permitiram o desenvolvimento econômico, social, educacional e tecnológico. (WEBER, 2001).

Para dar início as reflexões sobre o Espírito do Capitalismo, é importante clarificar o significado do termo Capitalismo. Para Weber, "[...] a mais decisiva força da nossa vida moderna" (WEBER, 2001, p. 4). Essa força transformou o homem em meio descartável, em instrumento de produção, portanto de acumulação do maior valor: O capital. Para Weber,

[...] O impulso para o ganho, a persecução do lucro, do dinheiro, da maior quantidade possível de dinheiro, não tem, em si mesma, nada que ver com o capitalismo. Tal impulso existe e sempre existiu. [...] O capitalismo, porém identifica-se com a busca do lucro, do lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional. Pois assim deve ser: numa ordem completamente capitalista da sociedade, uma empresa individual que não tirasse vantagem das oportunidades de obter lucros estaria condenada à extinção. (WEBER, 2001, p. 5).

A partir dessa constatação ganho, lucro e dinheiro, observa-se que o capitalismo é anterior ao protestantismo, mas segundo o pensamento weberiano, desenvolveu-se a partir do “*ethos*” próprio do comportamento disciplinado protestante, que moldou sujeitos economicamente resignados, provenientes de uma vocação profissional mundana de inspiração divina, sem nenhuma ética.

O autor observa em sua obra que os a presença de protestantes trouxe riquezas a alguns países, principalmente os ingleses, nórdicos e estadunidenses, fazendo emergir a questão: “[...] porque os lugares de maior desenvolvimento econômico foram, ao mesmo tempo, particularmente propícios a uma revolução dentro da Igreja?” (WEBER, 2001, p. 12).

Para o autor, a submissão protestante ao *ethos* e a racionalização capitalista estão simbioticamente relacionadas, sendo que a Reforma Protestante legitimou a dominação eclesiástica e isso deu-se a partir do conceito de profissão como vocação, demonstrando uma tendência específica para o racionalismo econômico, o que deriva de suas crenças religiosas. Ele pondera que “na queixa dos reformadores, nestas regiões de grande desenvolvimento econômico, não era o excesso de controle da vida por parte da Igreja, mas a sua falta.” (WEBER, 2001, p. 13).

Como parte do método de investigação weberiano, o “espírito do capitalismo” remete a uma individualidade histórica, guarnecida por significação cultural e, orientado aproximativa e regularmente por uma compreensão mais ampla, histórica e processual de alguns conceitos, que formados por vários elementos sociais, econômicos, políticos e religiosos combinados solidificou-se enquanto sistema.

É importante esclarecer que Weber enfatiza que o surgimento do capitalismo, ou do espírito capitalista, não data da Reforma Protestante, até porque, a maneira de negócios capitalista é mais antiga do que a Reforma, mas de fato, esta foi o rastilho para o sucesso de sua disseminação, devido a potencialidade da religião agregar valores e precipitar a formação de novos comportamentos, examinando como a influência religiosa corroborou para a cunhagem qualitativa e o alastramento quantitativo do espírito.

Apesar de o pensamento racional, o capitalismo, o dinheiro e a troca já existirem em outras culturas e em civilizações antigas, como a babilônica, esse *ethos* racional é próprio do mundo moderno.

Ao escrever sobre o Espírito do capitalismo, Weber relembra os mandamentos econômicos postulados por Benjamin Franklin,

“Lembre-se que o tempo é dinheiro. Para aquele que pode ganhar dez shillings por dia pelo seu trabalho e vai passear ou fica ocioso metade do dia, apesar de não gastar mais que seis pence em sua vadiagem ou diversão, não deve ser computada apenas essa despesa; ele gastou, ou melhor, jogou fora, mais cinco shillings.

“Lembre-se que o crédito é dinheiro. Se um homem deixa seu dinheiro em minhas mãos por mais tempo que o devido, está me dando os juros, ou tudo o que eu possa fazer com ele durante esse tempo. Isto atinge somas consideráveis quando alguém goza de bom e amplo crédito, e faz dele bom uso. “Lembre-se que o dinheiro é de natureza prolífica e geradora. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seu produto gerar mais, e assim por diante. Cinco shillings circulando são seis; circulando de novo são sete e três pence e assim por diante, até se tornarem cem libras. Quanto mais dele houver, mais produz a cada aplicação, de modo que seus juros aumentam cada vez mais rapidamente. Aquele que mata uma porca prenhe, destrói sua descendência até a milésima geração. Aquele que “mata” uma coroa, destrói tudo aquilo que poderia ter produzido, até muitas libras”.

“Lembre-se do ditado: O bom pagador é dono da bolsa alheia. Aquele que é conhecido por pagar exata e pontualmente na data prometida pode, a qualquer momento e em qualquer ocasião, levantar todo o dinheiro de que seus amigos possam dispor. Isso, por vezes, é de grande utilidade. Além da industriiosidade e da frugalidade, nada contribui mais para a subida de um jovem na vida que a pontualidade e a justiça em todos os seus negócios; por isso, nunca mantenha dinheiro emprestado uma hora sequer além do tempo prometido, para que o desapontamento não feche para sempre, à bolsa de teus amigos”.

“As menores ações que possam afetar o crédito de um homem devem ser levadas em conta. O som do teu martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, te o tornará favorável por mais seis meses; mas se te vir à mesa de bilhar, ou ouvir tua voz na taverna quando deverias estar no trabalho, cobrará o dinheiro dele no dia seguinte, de uma vez, antes do tempo.”

“Isto mostra, entre outras coisas, que estás consciente daquilo que tens; fará com que pareças um homem tão honesto como cuidadoso, e isso aumentará teu crédito.”

“Não te permitas pensar que tens de fato tudo o que possuis, e viver de acordo. Esse é um erro em que caem muitos que têm crédito. Para evitar isso, mantenha por algum tempo uma contabilidade exata de tuas despesas e tuas receitas. Se, de início te deres ao trabalho de mencionar os detalhes, isso terá este bom efeito: descobrirás que mesmo pequenas e insignificantes despesas se acumulam em grandes somas, e discernirás o que poderia ter sido e o que poderá ser, no futuro, poupado sem causar grandes inconvenientes”.

“Por seis libras anuais poderás desfrutar do uso de cem libras, desde que sejas um homem de reconhecida prudência e honestidade.”

“Aquele que gasta um groat por dia inutilmente, desperdiça mais de seis libras por ano, que seria o preço do uso de cem libras.”

“Aquele que desperdiça o valor de um groat de seu tempo por dia, um dia após o outro, desperdiça o privilégio de usar cem libras a cada dia.”

“Aquele que perde inutilmente o valor de cinco shillings de seu tempo, perde cinco shillings, e poderia com a mesma prudência tê-los jogados ao mar.”

“Aquele que perde cinco shillings, não perde apenas essa soma, mas também todas as vantagens que poderia obter investindo a em negócios, e que durante o tempo em que um jovem se torna um velho, se tornaria uma soma considerável”. (WEBER, 2001, p. 19-20).

O pensamento exposto acima, cuja lógica central é a de se ganhar cada vez mais dinheiro, demonstra o espírito do capitalismo, ou melhor dizendo, a inversão capitalista, que torna o ganho como finalidade de vida do homem fazendo da profissão um dever, e do *ethos* necessidade ao desenvolvimento das riquezas.

Em contraposição ao estilo de vida e a ética impostos pelo espírito do capitalismo está o tradicionalismo, a forma natural de vida humana, ou seja, sem interesse pelo acúmulo de lucro, corroborando com a tese weberiana de que a religiosidade favoreceu o desenvolvimento do capitalismo. Podemos compreender a partir do exposto, que a obstinação, a submissão, a disciplina ascética, o autocontrole, a luta pela aquisição de comportamentos desejáveis e aceitação de um destino designado pela ação divina, disseminadas pelo pensamento protestante, no qual espera-se que aquele que está em posição desprivilegiada (filho, esposa, fiel, trabalhador, governado, etc.), aceite de bom grado, como vontade divina, o que recebe daqueles que exercem posição de domínio sob suas vidas (pai, marido, líder religioso, patrão, cidadão, etc.), favoreceram a superação do pensamento tradicionalista.

Com relação a ascese, esta deve ser compreendida como a organização racional da vida, orientada pela vontade divina, assegurando a salvação e a possibilidade de vida em um futuro para além da existência corpórea e terrena. A Reforma Protestante libertou a religião dos muros do convento, trazendo-a para o cotidiano, assim sendo,

[...] O ascetismo cristão, que de início se retirava do mundo para a solidão, já tinha regrado o mundo ao qual renunciara a partir do mosteiro, e por mais da Igreja. Mas no geral, tinha deixado intacto o caráter naturalmente espontâneo da vida laica no mundo. Agora avançava para o mercado da vida, fechando atrás de si a porta do mosteiro; tentou penetrar justamente naquela rotina de vida diária, com sua metodicidade, para amoldá-la a uma vida laica, embora não para e nem deste mundo (WEBER, 2001, P. 72).

O protestantismo acético foi essencial para o desenvolvimento do “espírito do capitalismo” os movimentos calvinistas, do pietismo, do metodismo e do anabatismo, sendo que apesar de serem movimentos distintos, suas ideias se complementam.

A doutrina Calvinista precipitou grandes conflitos nas esferas “políticas e culturais dos séculos XVI e XVII nos países mais desenvolvidos – Holanda, Inglaterra e França” (WEBER, 2001, p. 43). Seu mais característico dogma, a doutrina da predestinação, de acordo com a qual o homem está condicionado a alcançar as metas para as quais foi de antemão escolhido, relacionando a disciplina de trabalho a fé religiosa, uma vez que não consegue saber para o que é, ou não predestinado, esforça-se por alcançar a salvação por meio da dignidade do trabalho, afastando-se do misticismo e aproximando-se ao ascetismo secular trouxe consequências históricas e culturais. Para Weber (2001, p. 56),

[...] A combinação da fé e normas absolutamente válidas como determinismo absoluto e a completa transcendência de Deus foi, do seu modo, um produto de um grande gênio. Ao mesmo tempo, era em princípio, muito mais moderna que a doutrina mais indulgente, fazendo maiores concessões aos sentimentos que sujeitavam Deus à lei moral.

Com relação a ética, o calvinismo a compreendia em seu caráter utilitário, sendo que as atividades seculares do indivíduo comprovariam ou não sua fé. Suas ideias sobre vocação também eram peculiares, o que o torna o exato oposto ao Catolicismo, bem como o motivo da “repugnância comum de católicos e luteranos” (WEBER, 2001, p. 38).

No que diz respeito as divergências entre católicos e protestantes, cabe lembrar que na análise de Weber, havia no catolicismo uma “predominância de interesses religiosos na conduta geral da vida de alheamento da matéria”, enquanto que o protestantismo encontrava-se absorvido “pelas atividades econômicas diuturnas e, nas suas camadas superiores, são muito indiferentes à religião” (WEBER, 2001, p. 15).

No pensamento weberiano, o pietismo, cisão do calvinismo, signatário da doutrina da predestinação demonstrava em seus princípios maior controle ascético no que diz respeito a conduta de vida, deixando sua ética religiosa e moral perceptível no cotidiano e também no exercício profissional. Distinta do movimento calvinista, os pietistas demonstravam maior ênfase nas manifestações espirituais por meio das emoções, desta maneira

[...] a emoção era capaz de tamanha intensidade que a religião assumia um caráter positivamente histérico, que resultava na alternância conhecida por exemplos incontáveis e compreensíveis neuropatologicamente, de estados semiconscientes de

êxtase religioso com períodos de exaustão nervosa, que eram sentidos como abandono por Deus (WEBER, 2001, p. 59).

Essas manifestações emocionais intensas, originavam-se do desejo de separação do mundo, tornando-os mais rigorosos no que diz respeito a sua vocação. Para o pietista, o dogma tem valor de verdade, não necessitando ser provado.

O metodismo foi um movimento pietista que combinou a religião emocional, o método utilizado foi a ênfase no sentimento, na doutrina da santificação e na busca por viver de acordo com a lei, acreditando que as obras são o meio pelo qual se alcançava a graça. Sua ética pietista, provida da "[...] aspiração a uma vida mais elevada, a uma segunda bem aventurança, serviu-lhe como um tipo de expediente para a doutrina da predestinação" (WEBER, 2001, p. 65).

Weber pondera que não houve nenhuma contribuição desse movimento no que diz respeito a vocação, mas de acordo com John Wesley, seu fundador, com o aumento das riquezas aumentariam também o orgulho, a vaidade e a cólera, tornando a religião vazia.

A busca pela riqueza teve como efeito o desenvolvimento econômico, mas em contrapartida, "[...] quando então a intensidade da busca pelo Reino de Deus começava a se transformar gradualmente em sóbria virtude econômica; as raízes religiosas esvaem-se lentamente para dar lugar à mundanidade econômica" (WEBER, 2001, p. 83).

Assim como os metodistas, os batistas derivam do puritanismo³⁹ e em sua ética diferem do Calvinismo, sendo que no início de seu movimento, os batistas apresentavam ideias opostas, rejeitando radicalmente a mundanidade e a doutrina da predestinação.

Na análise de Max Weber sobre a religião e a racionalização do capitalismo e de seu espírito, o autor contemplou o desenvolvimento histórico, social, econômico e institucional do capitalismo nas sociedades modernas, considerando a religião, especialmente a de cunho calvinista, como um importante instrumento cultural, que produziu sujeitos disciplinados e dispostos a utilizar-se de sua vocação para aumentar seu capital. A análise do capital e das relações de poder estabelecidas a partir do sistema capitalista, são o foco da análise de Karl Marx e Friedrich Engels, que observaremos no próximo tópico.

³⁹ Puritanismo é um movimento reformado que nasceu a partir dos primeiros colonizadores estadunidenses (1620). A primeira igreja fundada neste movimento foi a Igreja Congregacional.

1.3 A ÉTICA E A CRÍTICA A RELIGIÃO EM KARL MARX

A ética marxista,⁴⁰ não foi elaborada como um tratado moral e não aparece como objeto central de suas obras, sendo, contudo, pontuada em sua extensão como elemento recorrente da crítica ao modo de produção capitalista, em sua teoria social. Para extraí-la é preciso um esforço reflexivo e interpretativo de suas obras, buscando apreender do modo de produção e reprodução da vida material dos indivíduos, num dado momento histórico, a partir do contexto real do desenvolvimento das forças produtivas.⁴¹

Ao final da Idade Média há um levante da burguesia, tentando desconstruir os valores da sociedade feudal, reconstruindo uma nova organização, capaz de beneficiar sua classe. Para Engels (2015), a Reforma Protestante precipitada por Lutero foi um importante instrumento nesse sentido, uma vez que abalou as estruturas de um dos maiores, senão o maior representante do sistema feudal, a Igreja Católica, culminando com a derrocada da aristocracia, a partir da contribuição de Calvino.

A essa nova organização que supera o feudalismo, denomina-se capitalismo, que nada mais é do que o modo de produção que detém a apropriação privada do produto produzido coletivamente, assim, aquele que possui o capital torna-se controlador dos meios de produção, que para produzir a mercadoria para o acúmulo de capital, necessita da força de trabalho daqueles que nada mais tem a vender ao mercado. Assim sendo, a sociedade capitalista estrutura-se a partir da produção, sendo esse modo de produção a base da ordem social, dividindo o homem socialmente em classes ou camadas.

40 Denomina-se marxismo a uma estrutura de pensamento, que deu início a partir das ideias de Karl Marx e Friederick Engels, havendo dificuldades em situá-lo em um tempo e espaço, dada a extensão geográfica que atingiu. Karl Marx (1818-1883), nasceu em Trier (Prússia renana). O pai, advogado, israelita, converteu-se em 1824 ao protestantismo. Sua família era abastada e culta, mas não revolucionária. Depois de ter terminado os seus estudos no liceu de Trier, Marx entrou na Universidade de Bona e depois na de Berlim; aí estudou direito e, sobretudo história e filosofia. Em Berlim, Karl Marx teve uma breve participação no movimento dos jovens hegelianos (1836), corrente do pensamento hegeliano que rejeitava a aproximação entre a Filosofia e a Teologia, uma vez que esta ligação aprisionava a liberdade do pensamento crítico. Estes tiveram influência no pensamento do jovem Marx, demonstrado em sua tese de doutoramento, intitulada “Sobre as diferenças entre a Filosofia Natural de Demócrito e a de Epicuro” (1841), na qual posicionava-se a favor do ateísmo. A teoria social de Karl Marx teve pouca repercussão durante sua vida, contudo, após sua morte passou a crescer em influência, principalmente no movimento operário e nas ciências sociais. (BOTTOMORE, 1980).

41 Apesar de a Ética não ser o objeto central das obras de Marx e Engels, podemos encontrar ideias sobre o assunto em suas obras, das quais utilizaremos: A ideologia alemã; A Questão Judaica; Anti-Dühring; Contribuição à Crítica da Economia Política; Crítica do Programa de Gotha; Diferenças entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro; Grundrisse. Elementos de crítica à economia política; Manuscritos econômico-filosóficos; O Capital; O 18 Brumário de Luis Bonaparte; Para a crítica da economia política; Sobre a religião.

Em sua obra “O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte”, Marx pondera que “o processo em geral de vida social, político e espiritual”, a partir do modo de produção material da vida, o homem é condicionado nas diversas esferas da vida, desse modelo estrutural, o ser social tem sua consciência formada, derivando dessa consciência, a ética, sendo que a moral, a política e a religião, são movidos por interesses burgueses, sustentando seu modo de produção. Essas condições de produção da sociedade capitalista erguem-se a partir do elemento estrutural da sociedade, a saber, da infraestrutura, ou seja, do conjunto das relações de produção e, sobre ela a superestrutura, constituindo elementos jurídicos, morais, políticos e religiosos, e esse modo de produção material condicionando. (MARX, 1974, p. 130).

O primeiro sustentáculo sobre o qual se assenta a ética de Marx é a ontologia⁴², que vislumbra o homem como um ser social e histórico, condicionado pelas relações sociais e econômicas em classes antagônicas, sendo que sua principal especificidade é a produção de “[...] seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 11).

A ética de Marx também está envolta na dinâmica da realidade e de suas contradições, uma vez que a sociedade e o modo de produção são contraditórios e permeados por interesses sociais e econômicos. Marx posicionava-se contrário a exploração humana, postulando sobre a necessidade de intervenção para a transformação da história, em busca da emancipação humana⁴³ nas relações entre o homem, a natureza e a sociedade.

A lógica capitalista de exploração ocasiona a desumanização do homem e da sociedade, afastando-o das condições materiais fundamentais de existência. Entretanto, cabe salientar que o cenário sob o qual estão dominantes e dominados não é harmônico, mas sim um espaço de luta, dentre elas por melhores condições de vida e de novos valores morais por meio da ação transformadora social da luta de classes.

Em sua obra O Capital (2013), Marx buscou compreender a mais valia no processo de transformação do dinheiro em capital. De acordo com o autor, o primeiro aparecimento do dinheiro na circulação de mercadorias, pressupunha uma troca proporcional, contudo isso não aconteceu, uma vez que a mercadoria foi vendida por um preço maior do que foi comprada e,

42 Compreendemos a ontologia marxista a partir do exposto nas Teses contra Feuerbach e também nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, obras nas quais Marx pondera sobre a necessidade de se pensar o homem a partir das novas formas de existência, lembrando que o ser social é condicionado historicamente, pelas bases reais, forjadas nas relações de trabalho. Nas relações sociais do modo de produção capitalista, o homem se delinea a partir das condições materiais, na objetividade do trabalho.

43 Compreendemos a emancipação humana como a possibilidade de desenvolvimento das múltiplas potencialidades do homem, permitindo-lhe por meio de sua ação sobre a natureza ter condições de uma vida digna. O que não é possível na sociedade capitalista.

no processo de busca de lucro pelo capitalista, houve também a extorsão da produção da mão de obra assalariada, transformando, portanto, o trabalhador e sua mão de obra em mercadoria, gerando o mais valor, ou seja, nas palavras do autor, “da troca de equivalentes não resulta mais-valor, e tampouco da troca de não equivalentes resulta mais-valor.” (MARX, 2013, p. 308)

A circulação ou a troca de mercadorias por si só, não cria valor nenhum. Portanto, persiste o problema. A origem do valor da mercadoria está, principalmente, na força de trabalho, forjada na relação desigual entre classes, que aliena o fruto do trabalho do trabalhador, sem que este possa usufruir do fruto do seu trabalho, perdendo-se e mortificando-se em meio a atividade realizada, conforme pode-se perceber nas palavras do próprio Marx:

Em que consiste, então, a exteriorização do trabalho? Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. (MARX, 2010, p. 82-83).

O valor atribuído ao trabalho e o processo de alienação dão ao trabalho uma conotação negativa, desumanizada e antiética. Para que houvesse ética, seria necessário que “o livre desenvolvimento de cada um fosse à condição necessária para o livre desenvolvimento de todos.” (MARX, 2012, p.56).

Sobre os males econômicos gerados pelo capitalismo, Marx tece críticas aos que acreditavam ser a filantropia a solução dos problemas sociais, como se a exploração econômica fosse a única causa dos males sofridos pela classe dominada, quando esta é bem mais ampla, devendo a crítica a sociedade burguesa “deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais.” (MARX, 2004, p.18).

No que diz respeito a relação existente entre religião e ética, Marx e Engels tecem críticas a participação da religião no desenvolvimento do processo histórico, sendo o alicerce da ordem social e política da classe dominante, num processo de dualismo ético, regulando o

comportamento humano, legitimando o antagonismo de classes ao os princípios sociais do cristianismo apregoando “a necessidade de uma classe dominante e outra oprimida e para esta última só tem o desejo piedoso de que a primeira seja generosa.” (MARX; ENGELS, 1976, p. 95).

Ao tratar sobre “A Questão Judáica”, Marx pondera sobre a importância da evolução da ciência, para a emancipação do homem e também para a superação do misticismo religioso, que produz um homem alienado e ignorante, por meio do medo. Para Marx,

[...] O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meio, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele. (MARX, 2010, p. 40).

O autor também critica a relação Estado-religião, pelos motivos expostos acima e pela vinculação entre secular e teológico, “[...] sinal que a existência da religião não se opõe de nenhum modo à perfeição do Estado.” (MARX, 2010, p.42). O que nos leva a compreender que a religião também está a serviço do Estado e, portanto, da classe dominante.

Em sua obra, “Diferenças entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro,” Karl Marx aborda temas referentes à filosofia e religião, enaltecendo a ética de Epicuro, que vinculava ao homem a construção das boas dádivas, considerando a alienação religiosa como demência, rejeitando a existência da divindade, para ela considerada uma “projeção fantástica” humana. (MARX, 1972).⁴⁴

Como já visto, no pensamento marxista, o idealismo ético religioso integra a superestrutura funcional com uma base material, reproduzindo e consolidando a estrutura socioeconômica causando estranhamento religioso e econômico. (MARX, 2004).

A ética marxista pauta-se na classe trabalhadora, acreditando que esta tem o potencial de criar novos valores, a partir da superação do capitalismo, para a qual é necessário sua emancipação humana e a emancipação social. O alcance de uma moral “realmente humana” e sem "os antagonismos de classes" só será possível a partir de “[...] um tipo de sociedade na qual não somente se tenha abolido o antagonismo das classes, mas também tenha sido esse

44 O texto desta obra deriva da tese de doutorado de Karl Marx (1841)

antagonismo, além de abolido, esquecido e afastado das práticas da vida” (ENGELS, 2015, p. 79).

Esses antagonismos impedem o desenvolvimento de uma moral realmente humana (ENGELS, 1880), uma vez que ela só poderia existir quando os antagonismos forem também extintos. Para Marx a ética pauta-se nos interesses particulares da classe dominante em uma dada sociedade, embasando os valores morais que são de seu interesse veicular, sendo assim, instrumento de legitimação ideológica, cuja finalidade é reproduzir o “*ethos*” dominante, ao que Marx revelou o caráter ideológico da moral na sociedade de classes, quando atribuiu a sociedade capitalista o imoralismo da exploração do homem pelo homem, o acúmulo do capital e das riquezas, mortificando a consciência humana, em prol de um sistema que desumaniza o indivíduo, impondo-lhe toda forma de males. (MARX, 2012).

1.4 BREVE NOTA SOBRE MODERNIDADE, VALORIZAÇÃO DO HUMANO E PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

Os acontecimentos que precipitaram o rompimento com o pensamento Medieval e feudal, e com seu sistema social, econômico e político controlado pelos senhores e pela Igreja, amparados pelas ideias dos teólogos católicos Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, originou uma nova maneira de se pensar o homem.

Durante o período medieval, a Igreja Católica tinha grande influência religiosa, econômica e cultural. No âmbito religioso, tinham poder, por serem considerados representantes de Deus; no econômico, por serem os bispos e abades convertidos em senhores feudais, uma vez nesse período a economia tinha como base o cultivo rural e, no cultural, devido ao fato de somente os religiosos terem acesso a leitura e a escrita. Essa capacidade de domínio fez dos integrantes do clero, partícipes da administração pública. (SCHILLING, 1996).

O desenvolvimento econômico está diretamente relacionado, em muitos países ao desenvolvimento científico. Durante os séculos XVI e XVII, alguns teólogos, principalmente na Espanha, se posicionaram contrários ao desenvolvimento científico, inclusive levando cientistas à fogueira.

Somente a partir da Reforma Protestante essa hegemonia foi quebrada. A Reforma, auxiliou no rompimento o poder papal e da liberdade de expressão de pensamento e ação, permitindo o desenvolvimento científico.

A negação de tudo o que estava posto e o Renascimento do homem e das ideias, o desenvolvimento científico, tecnológico, administrativo e social, e a racionalização do pensamento repercutiu em várias esferas, transformando as crenças sobre a divindade e o homem, criando uma dualidade entre a ciência e a religião, pois não havia possibilidade de se pensar o homem se este não fosse liberto das amarras religiosas e do pensamento transcendente. (POURTOIS, 1999).

O Período Moderno, pode ser definido “[...] através da razão cada vez mais liberada da religião e através do humanismo e nas ênfases atribuídas às ciências e à política”. (ZAJDZNAJDER, 1999, p. 25).

Paralelo a esses acontecimentos, o mercantilismo possibilitou a ampliação da cultura, permitindo uma nova visão de mundo, abrindo as portas à Modernidade. Nessa nova maneira de se pensar o homem e o mundo, a partir da racionalidade, já não se concebia mais um sujeito preso as amarras do misticismo, nem a negação à liberdade. O avanço do desenvolvimento científico assegurou a autonomia e a laicização da sociedade europeia, trouxeram além da liberdade individual, a liberdade econômica e política.

A partir desse conceito de liberdade, vida, bens e propriedade, como direito natural, John Locke elaborou sua teoria política e auxiliou a fortalecer o pensamento moderno. Associado a esses conceitos, os de sociedade civil e contrato social (que regulamentava as relações), consolidaram o ideal de Estado Liberal e o Capitalismo Moderno. (BARRETO; PAIM, 1989).

Para permitir o exercício dos direitos naturais e viabilizar o contrato social, era preciso que a ordem fosse mantida, para isso, foi criado o Estado, mas para gozar de seus benefícios era preciso respeitar os acordos estabelecidos e pertencer à sociedade política. (LOCKE, 1963).

A motivação de se pensar em um contrato social era contemplar a classe que havia emergido na passagem do sistema feudal para o capitalista. Desde então, essa classe, denominada dominante, detém os meios de produção e dissemina sua ideologia.

Karl Marx, em sua crítica a economia política, explica que o nascimento e o desenvolvimento do capitalismo, foi precipitado pelo fim do feudalismo e definido pelas relações sociais de propriedade e a unidade dialética formada pelos modos de produção e forças produtivas, gerando a exploração do trabalhador pela classe burguesa, após esta apropriar-se do Estado.

Em seus estudos sobre Religião e desenvolvimento: Uma análise da influência do catolicismo e protestantismo no desenvolvimento econômico da Europa e América, Souza (2017) pondera que mesmo em face da resistência católica à ciência, em países católicos como a França e a Itália, esta se desenvolveu, ao que menciona que ao coletar dados para sua pesquisa no livro “Grandes Inventos”, elaborado por *Reader’s Digest*, verificou que

[...] dos 69 principais inventos até o ano de 1930. Havendo grande concentração de inventos na Inglaterra (18), Alemanha (13), França (13), Itália (9) e Estados Unidos (6). Os países católicos da Itália e França mantiveram-se entre as principais nações dos grandes inventos e da pesquisa científica, mesmo durante o período da Contra-Reforma, perdendo apenas para a Inglaterra, esta, favorecida pela Revolução Industrial e o forte capitalismo ali instaurado no século XVIII e XIX. (SOUZA, 2017, p.23).

Pautados comprovação histórica de que o desenvolvimento científico foi precursor do desenvolvimento econômico e, de acordo com estes dados, observamos que não foram somente os países de origem protestante que auxiliaram no desenvolvimento do capitalismo moderno, há também uma grande influência católica em sua difusão, apesar de posicionar-se contrária a ele, de acordo com a afirmação contida na Encíclica Quadragésimo Ano (1931, p. 161), escrita pelo Papa Pio XI, na qual afirma que “[...] na ética social católica existe uma tendência nitidamente anti-capitalista”.

Os países mais ricos e com maior desenvolvimento militar para colonizar outros povos ampliando seus domínios e riquezas no período mercantilista (séculos XV e XVI) Portugal e Espanha, países estes que povoaram o continente Americano.

Observamos contradição no pensamento católico, uma vez posicionava-se contrária ao Capitalismo e ao acúmulo de riquezas, mas o movimento da Contrarreforma intencionava retomar sua hegemonia sobre as nações e pessoas. Ao ver seu poder reduzido, os países de confissão católica investiram em modernização e no desenvolvimento da economia. (WILBER, 1980).

Com relação ao protestantismo, alguns fatores eminentes a Reforma Protestante de fato contribuíram com a difusão do capitalismo, dentre eles a permissão para a aquisição de riquezas e a importância dada para o trabalho, que já não era mais visto como castigo.

Em seu livro *Catolicesimo e Protestantismo nella formazione storica Del Capitalismo*, Amintore Fanfani (1953) pondera, que a economia europeia rumava para o capitalismo mesmo antes da Reforma Protestante, o que significa que os países de origem católica (Itália, Espanha, França), estabeleceram as bases do capitalismo e os países

protestantes (Holanda, Inglaterra e parte da Alemanha) o amadureceram e disseminaram.⁴⁵ No próximo capítulo, abordaremos a relação entre a Igreja e o Estado brasileiro, e como esta influenciou o desenvolvimento cultural, educacional, político e econômico do nosso País.

⁴⁵ De acordo com o autor, as bases do capitalismo moderno foram estabelecidas na Itália e Espanha nos séculos XV e XVI e na França nos séculos XVII e XVIII, disseminando-se pela Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, na Alemanha e na América nos séculos XIX e XX.

CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO NO ESTADO BRASILEIRO: O PROCESSO DE ALIENAÇÃO POR MEIO DA RELIGIÃO

Este capítulo tem por objetivo de discutir a influência da Igreja no Estado Brasileiro. Será apresentado primeiramente o catolicismo, que foi trazido ao Brasil nas primeiras naus portuguesas e que teve um importante papel no processo de colonização, no período imperial, sendo a igreja oficial do Estado e, também no processo que levou o país ao regime republicano, tentando mostrar sua herança cultural.

Partindo da relação entre o protestantismo e o Estado brasileiro, abordar-se-á a contribuição da Reforma Protestante para uma nova organização social, sua inserção em terras brasileiras, por meio do tratado imperial do comércio e navegação e, como os imigrantes protestantes originários dos Estados Unidos influenciaram nosso País, difundindo os ideais liberais estadunidenses no Brasil.

A permanência católica e protestante no mesmo espaço, principalmente após a Reforma Protestante provocou conflitos e resistências, havendo constantes embates. A aurora republicana e seus pressupostos liberais de laicidade trouxeram a separação entre Estado e Igreja, rompendo com o monopólio religioso católico e gerando animosidade no trato com os protestantes e a intolerância religiosa por parte de alguns.

A importância da análise consiste na provocação do debate sobre como a religião se impôs tacitamente por meio do Estado? Como foi utilizada pelo Estado como referência em universos sociais diversos? Qual seu uso pela classe dominante como instrumento de alienação, impedindo a emancipação humana?

Perceber a associação existente entre a Sociedade Política e Sociedade Civil são extremamente importantes para a apreender como ocorrem as relações de poder e manutenção da hegemonia, a dinâmica produtivista do capital e o domínio capitalista. Para Marx, a Sociedade Civil abrange o conjunto das relações econômicas e os interesses privados, que para assegurar e preservar a dominação e a exploração de classes, instituiu o Estado, como instituição máxima. Em havendo conflito, ou necessidade de se assegurar a hegemonia, o Estado assume o papel de mediador na luta de classes. (MARX, 1974; 2007).

A compreensão humana não pode ser dissociada do trabalho como estatuto ontológico, como resultado real da atividade humana, como agente de humanização, uma vez que as

relações sociais de produção são as responsáveis pela formação do ser enquanto ser que pensa, se organiza e transmite ideias, ou seja, seu sistema de ideias e ideologias. Esta atividade material e de interação entre os homens determina a consciência (MARX; ENGELS, 1979).

Em sua obra *Sobre a questão judaica*, Karl Marx (2010) aponta as diferenças entre emancipação política e emancipação humana, provocado pela questão da busca dos judeus pela liberdade religiosa, afirmando que a emancipação política⁴⁶ e o Estado laico tornam religião uma prerrogativa da esfera particular do indivíduo, permitindo a liberdade de exercer sua religião.

Marx analisava os fenômenos que circundavam o homem a partir da esfera material, compreendendo o homem como um ser, como matéria, corpo e não como consciência, no tocante ao fenômeno religioso não foi diferente. Apesar de a religião não ser objeto de sua preocupação essa compõe em seus escritos identificadas como alienação e ideologia. Com relação a ideologia, é salutar esclarecer que esta

[...] se produz nas relações de produção entre os indivíduos, inseparável do movimento global, tendo assim seu lado real. Não é uma representação imaginária desvinculada da realidade, ela se efetiva no interior das relações concretas. Também não é algo transcendente à vida prática, porque, se existe, constitui-se na materialidade e se institui, na sociedade capitalista, no interior das relações de produção. Tem o caráter de apresentar as ações humanas decorrentes das decisões livres dos indivíduos, naturalizando-as, sendo que, ao contrário, estas decorrem da maneira como está organizada a realidade social. (ZANLORENZI, 2014, p.31).

Na obra *Ideologia Alemã* (2007), a ideologia é abordada como falsa consciência, uma distorção, ou seja, o reflexo invertido do real na consciência, sendo as ideias como produtos da atividade material dos homens, da mesma maneira que produzem seus bens materiais, expressando “[...]os valores e a concepção de mundo propagados pela ideologia liberal: competitividade, sucesso conquistado pelo esforço individual, trabalho como valor máximo às classes subalternas, existência pautada no consumo em massa. (KRONBAUER, 2016, p. 85).

Assim sendo, a religião está condicionada as condições sociais engendradas pelos próprios homens, desviando sua atenção deste mundo, aniquilando as possibilidades de mudança.

⁴⁶ Para Marx a emancipação política na sociedade de classes é redução do ser humano, tornando-o um ser genérico. Suas relações são a de exploração, tanto da natureza, quanto do outro, tornando o ser humano abstrato e egoísta.

A partir da concepção da religião como alienação, Marx apregoa que o cristianismo exteriorizou as relações nacionais, naturais, morais e éticas do homem, investindo no fundamento para auto alienação humana e da natureza, produzindo objetos que subordinam toda criação e ação humana. A religião é uma criação humana, uma realização de sua essência e assim sendo, revela necessidades da existência humana buscando a liberdade em meio a opressão, fazendo da imagem divina apenas um reflexo do próprio homem, fruto de sua imaginação, autoconsciência e consciência de si, e também das vivências em sociedade, assim sendo "a emancipação política do homem religioso em geral, é emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo e à religião como um todo." (MARX, 2010, p.19).

A crítica da religião liberta o homem da fantasia, para que possa pensar, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e reconquistou a razão, para que ele gire em torno de si mesmo e, assim, em volta do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não circula em torno de si mesmo. (MARX, 2010, p.46).

O desenvolvimento do pensamento e da crítica, a todos os condicionantes, especialmente à religião, permite a liberdade de vislumbrar a humana essência, melhorando as condições de sua existência, alcançando a emancipação humana.

2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A HERANÇA CULTURAL E EDUCACIONAL CATÓLICA

Partindo da compreensão da educação como processo humano, é preciso em seus estudos abranger o contexto histórico e social, buscando "[...] no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais, que a constituem num largo período de tempo", encontrar a "[...] linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em uma ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação", a saber, de acordo com os interesses da classe dominante. (PRADO JR, 1972, p. 19).

Por compreendermos o período colonial como uma “chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele”, o “[...] início de um longo processo histórico que se prolonga até os nossos dias e que ainda não está terminado”. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 9-10). Dedicaremos nossos esforços, para a partir do processo de colonização das terras brasileira, compreender a relação entre Igreja e Estado no

País, buscando apreender na evolução dessa relação como a educação tornou-se privilégio das classes dominantes e, por esta controlada.

A estreita relação da igreja com nosso País origina-se desde a chegada de Cabral, por meio da ordem dos Franciscanos, da qual o frei Henrique Coimbra, celebrante da primeira missa no Brasil, era integrante. (SAVIANI, 2010).

FIGURA 2: A Primeira Missa no Brasil de Victor Meirelles – 1859



Fonte: ARTEPENSAMENTO

Dados: <https://artepensamento.com.br/item/primeira-missa-e-invencao-da-descoberta/>

Observa-se também na escola dos primeiros nomes dado a terra recém descoberta: Ilha de Vera Cruz e Ilha de Santa Cruz, demonstram a presença da Igreja Católica Romana, que predominava na Península Ibérica no período da Idade Média, agora já não mais com o poder centrado na sociedade feudal, mas com o poder diluído e fragmentado, sendo que o Estado Moderno dava espaço as particularidades de cada região, fazendo surgir um novo modelo econômico denominado capitalismo, que ganhava forças à medida em que o comércio intercontinental expandia-se, dependendo portanto do colonialismo.

O comércio europeu, que havia se estabelecido no mar mediterrâneo, sendo muito lucrativo nas Índias apresentava problemas. O interesse de expansão territorial, tanto da burguesia como da monarquia e o interesse da Igreja em conter a Reforma Protestante, impulsionaram a expansão marítima. Apesar das contradições dos três partícipes (Monarquia,

Burguesia e Igreja) do projeto de expansão e de seus interesses diversos, estes se uniram para conquistar cada qual seu objetivo, permitindo

[...] a formação e cristalização da etapa mercantil do capitalismo (capitalismo comercial); a dinâmica própria do desenvolvimento capitalista, por seu turno, ao ampliar as áreas de ação, intensificar o ritmo de crescimento econômico, tende a promover constantes reajustamentos. Antigo regime, política mercantilista, sistema colonial monopolista são, portanto, elementos da mesma estrutura global típica da Época Moderna, dinâmica no seu funcionamento que se reajusta passo a passo. (NOVAIS, 1986, pp.13-14).

Com esse novo ajuste e o alinhamento de interesses⁴⁷ da tríade Monarquia-Burguesia-Igreja, estes avançaram a passos longos em seu projeto civilizatório, atendendo aos interesses da metrópole na busca de metais preciosos. A Igreja Católica possuía forte influência social sendo partícipe com Estado do padroado⁴⁸ e do amoldamento da colônia. (BUENO, 1998; BURNEAU, 1974).

Para atingir seus objetivos, a tríade na qual se assentava o poder durante o período colonial, valeu-se da escravidão de pessoas para expansão das colônias, buscando freneticamente o lucro, ainda que ao preço do extermínio, da escravização, caçando seres humanos, para sustentar o ideal capitalista. (MELLO, 2001).

FIGURA 3 - São Pedro Claver – Evangelizando escravos africanos por décadas nos mercados escravistas da América do Sul.



Fonte: BBC Brasil

Dados: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/escravos-da-religiao-os-escravizados-pela-igreja-no-brasil/>

47 No Prefácio de sua obra *Contribuição à crítica da economia política*, escrito em 1859, Karl Marx explica que o Estado, a política e as formas ideológicas compunham uma superestrutura construída sobre a base de relações de produção, sendo esta última compatível com um nível definido dos meios de produção. (MARX; ENGELS, 1985).

48 O padroado refere-se “a concessão, por parte da Igreja de Roma, de certo grau de controle sobre uma igreja local ou nacional a um governante civil, em apreciação pelos seus esforços em difundir a religião, por seu zelo e dedicação e como estímulo para futuras ‘boas obras’”. Os monarcas portugueses foram por quatro vezes contemplados com bulas papais que concederam a estes os direitos de padroado. (BRUNEAU, 1974, p. 7).

Os escravos que iam se achegando ao País eram batizados de acordo com o rito católico e eram ensinados a Ave-Maria e o sinal da cruz, sendo o escravo “cristianizado não por catequese, mas por ‘imersão cultural’ no mundo devocional do engenho”, contudo, os escravos eram forçados a participar das missas, separados dos brancos. (HOORNAERT, 1992, p. 305).

Um dos argumentos utilizados para dominação dos escravos era o ensinamento dos preceitos da religião católica predominante no Brasil, trazida pelos portugueses e cultivada pelos jesuítas. O ensino na maioria das vezes era baseado na subserviência e obediência cega aos seus senhores, com a justificativa de que os obedientes teriam a recompensa no reino dos céus. (SILVA, 2017, p. 53).

No caso de Portugal “[...] os tempos, portanto, eram propícios ao estabelecimento do absolutismo monárquico que, contando ainda com a teoria cristã da origem divina do poder, estava destinado a brilhante futuro. Portugal não escapou a essa tendência predominante no Ocidente europeu.” (HOLLANDA, 2003, p.15). Nesse sentido, Mattos (2008, p. 37), pondera que

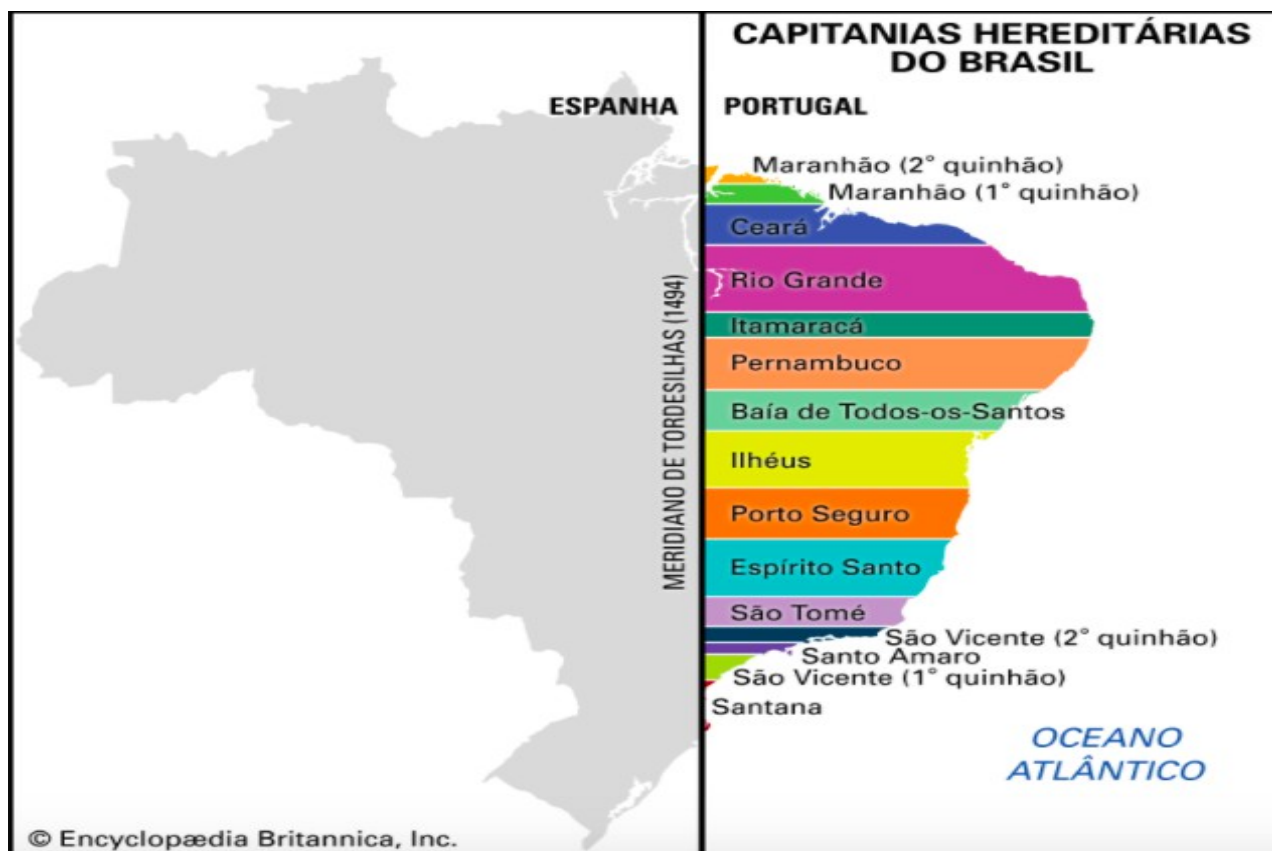
[...] a descoberta e posterior colonização do Brasil foi um empreendimento conjunto do Estado português e da Igreja Católica, no qual a Coroa desempenhou o papel preponderante. O Estado forneceu os navios, financiou a empreitada, construiu igrejas e pagou o salário dos clérigos, mas ao mesmo tempo teve o direito de indicar os bispos, recolher os dízimos dos fiéis, aprovar documentos eclesiásticos e interferir em quase todas as áreas da vida da igreja.

O mesmo autor pontua que a princípio o interesse da Coroa Portuguesa nas terras brasileiras era a exploração da colônia, entretanto, o interesse demonstrado pelos espanhóis e franceses pela colônia fez com que uma frota de navios fosse enviada para ocupar a terra. Os insistentes ataques franceses, [...] que desde os primeiros anos do descobrimento tinham estabelecido um tráfico intenso ao longo da costa brasileira, carregando para a Europa madeira e outros produtos.” (PRADO JÚNIOR, 1986, p.12), fizeram com que Portugal ocupasse a colônia, iniciando pelo litoral, adotando o sistema de Capitânicas Hereditárias (1534 a 1548).

As Capitânicas Hereditárias foram um sistema de concessões da terra, na qual os donatários detinham o direito sobre esta, mas responsabilizavam-se por seu cultivo, devendo desenvolver nela a agricultura e o comércio, cuidando dos moradores e da terra e protegendo-a de invasões. Contudo, os nobres donatários assumiam a responsabilidade pelas terras,

recebendo seu usufruto, mas não sendo seu proprietário, o rei português permanecia sendo o soberano das terras. (HERRING, 1968). Ao todo, foram constituídas 12 Capitânicas Hereditárias,⁴⁹ distribuídas entre 13 nobres, cuja divisão pode ser observada no mapa abaixo:

FIGURA 4 – Disposição das Capitânicas Hereditárias



Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc

Por questões de segurança, as terras foram distribuídas de maneira que todo o litoral fosse ocupado, formando núcleos urbanos, sendo proibido o avanço para dentro do continente, o que só poderia acontecer em expedições autorizadas pelo rei. (FARIA, 2009).

Cultivar terras tão vastas, nem sempre era possível aos donatários, por isso, para aumentar a produtividade da terra, garantir que estas não fossem invadidas e manter a

⁴⁹ Capitania do Maranhão: João de Barros e Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade; Capitania do Ceará: Antônio Cardoso de Barros; Capitania do Rio Grande: João de Barros e Aires da Cunha; Capitania de Itamaracá: Pero Lopes de Sousa; Capitania de Pernambuco: Duarte Coelho Pereira; Capitania da Baía de Todos os Santos: Francisco Pereira Coutinho; Capitania de Ilhéus: Jorge de Figueiredo Correia; Capitania de Porto Seguro: Pero do Campo Tourinho; Capitania do Espírito Santo: Vasco Fernandes Coutinho; Capitania de São Tomé: Pero de Góis da Silveira; Capitania de São Vicente: Martim Afonso de Sousa; Capitania de Santo Amaro: Pero Lopes de Sousa; Capitania de Santana: Pero Lopes de Sousa. (FLEIUSS, 1925, p. 11).

hegemonia da coroa, os territórios eram divididos em porções menores de terra, denominados concessão de Sesmarias, que era regida pela mesma Lei utilizada em Portugal.⁵⁰

As Capitânicas Hereditárias não foram profícuas, devido a vastidão do território. Por este motivo, gradativamente o império foi retirando a autoridade dos donatários das terras, unindo as capitânicas em uma Capitania Geral sob a responsabilidade de um governador, sendo Tomé de Souza nomeado por D. João III, limitando os poderes dos donatários das Capitânicas, sendo que os mais privilegiados em posses e abastados, com as maiores lavouras eram mais valorizados tanto pelo Estado quanto pela Igreja, por pagar mais impostos. (PRADO JR, 1986).

Com o Tomé de Sousa também desembarcou o padre Manoel da Nóbrega, acompanhado por mais cinco integrantes da Companhia de Jesus⁵¹, chamados jesuítas. Dentre os primeiros jesuítas estavam os Padres Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, António Pires, João de Azpilcueta Navarro, e os irmãos que depois se ordenaram Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, ou de Santiago, como foi chamado por Bartolomeu Guerreiro. (LEITE, 2004).

Vicente Rodrigues foi o encarregado de organizar as escolas bilíngues (tupi e português) para as crianças mamelucas, também frequentada por índios adultos, sendo que [...] na mesma missiva de abril de 1549, noticiava que “hum dos principaes (caciques) delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado, e em dous dias soube ho ABC todo”. (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2004, p. 3). O Padre Navarro também foi uma figura muito importante para a execução da catequese, uma vez que se dedicou a estudar a língua nativa. (NAVARRO, 1998).

A intenção da coroa portuguesa e dos jesuítas que aqui desembarcaram era a evangelização dos nativos à fé católica e a domesticação do corpo para o trabalho, catequizando primeiramente as crianças por meio da educação, para isso trouxeram consigo o Regimento que subsidiou a pedagogia e a criação das casas de bê-á-bá. (LEITE, 1954).

50 Cf. GRACINO, 2016, pp. 47-49

51 A referida Companhia surgiu no século XVI, num momento de crise da Igreja Católica devido a Reforma Protestante (que abordaremos posteriormente), tendo como base os ensinamentos de Santo Agostinho, para o qual a humanidade baseava-se nas potências básicas da alma (entendimento, memória e vontade). O principal líder e fundador da Companhia foi Inácio de Loyola, em 1534, que junto Favre e Lainez ofereceram seus serviços ao Papa, no ano de 1537. Três anos depois (1540), por meio de uma Bula Papal (*Bula Regimini militantis ecclesiae*), o Papa Paulo III torna a Companhia oficial. O interesse papal em sua criação tornava seus integrantes, os jesuítas livres da jurisdição dos bispos, o que significa que sua atuação, poderia se dar independentemente da hierarquia episcopal, mas obedecia ao Papa. (O'MALLEY, 2004; EISENBERG, 2000). A relação entre os integrantes da Companhia de Jesus e D. João III estreitou-se devido a intenção do monarca em tê-los junto para viabilizar o trabalho dos missionários junto às terras conquistadas pela coroa portuguesa. Em 1540 a Companhia instalou-se em Portugal, tendo completo apoio financeiro e material, bem como privilégios. (SABEH, 2009).

Manoel da Nóbrega proveu as condições materiais para que seus ideais obtivessem êxito. Com o apoio de Dom João III, os jesuítas também trabalhavam junto aos colonos afastados da fé, trazendo-os de volta à Igreja Católica. Dessa maneira, segundo Saviani (2010), colonização, catequese e educação se entrelaçam no período colonial brasileiro, havendo

“[...] uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil. Em verdade a emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua idéia-força, o que fica claramente formulado no Regimento de D. João III estatuído em 1549 e que continha as diretrizes a serem seguidas e implementadas na colônia brasileira pelo primeiro governo geral.” (SAVIANI, 2010, p. 31).

Essa catequese tinha caráter prático, religioso e também político, sendo fundamental para a expansão da coroa portuguesa em todos os aspectos (políticos, militares, agrícolas, mercantis e de território). Integrar os indígenas à Igreja Católica e convertê-los em súditos da Coroa era essencial para esse projeto.

O projeto de colonização abarca, de forma articulada, mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (ou incolos); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores. (SAVIANI, 2010, p.29).

O projeto colonizador era de interesse da Igreja Católica, da Coroa portuguesa e da burguesia, para que o mercantilismo fosse instalado, permitindo o desenvolvimento capitalista. A educação jesuítica foi um importante instrumento nesse processo. Essa pedagogia brasílica, no período de 1549 a 1759 era pública religiosa, mas de domínio privado. (SAVIANI, 2011).

Os jesuítas contavam com o financiamento do Estado e deu-se em três etapas. Em sua fase de implantação, a educação continha o ensino da língua portuguesa, a prática da leitura e escrita, mas também o “aprendizado profissional e agrícola”, contemplando a filosofia da educação (generalidade), a teoria da educação (organização) e a prática pedagógica (efetiva). Nóbrega influenciou a primeira fase da educação jesuítica por meio de seu plano de instrução para os índios. Sua escola de ler e escrever contemplava o ensino da língua portuguesa e da doutrina cristã. (SAVIANI, 2010).

Ainda na área da educação, Nóbrega foi o fundador da primeira escola brasileira, na qual haviam matriculados tanto meninos índios quanto mestiços e também foi reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Na política, foi nomeado provincial (1553), participou também da fundação das cidades de São Sebastião, Piratinga, Rio de Janeiro e São Paulo

No ano de 1553, Nóbrega ganhou o auxílio do padre José de Anchieta, tanto nas atividades da missão, quanto da fundação do Colégio de São Paulo em Piratinga. Ambos compartilhavam dos mesmos ideais educacionais, fruto da Contrarreforma. Dado a sua facilidade para aprender línguas e a interação com outros jesuítas, Anchieta rapidamente conseguiu se comunicar com os indígenas, organizando a gramática base para o trabalho pedagógico. Utilizando-se amplamente do vocabulário Tupi, produzindo uma poesia e teatro, marcados pelo que Saviani denomina como “um dualismo ontológico inteiramente estranho à visão de mundo indígena.”⁵²(SAVIANI, 2010, p. 46; HERNANDES, 2008).

A catequização jesuítica compôs-se de duas fases distintas e contraditórias: A coercitiva, denominada pelo autor como pedagogia do amor que consistia do ensino por meios doutrinários, religiosos e acadêmicos e a pedagogia da sujeição, para a qual utilizava-se da coação, medo e castigos em público, afim de corrigir maus costumes. (HANSEN, 2010).

Ao se referir a catequese jesuítica no Brasil, Hansen (2010, p. 14) pondera ser essas “práticas socioculturais do chamado ‘capitalismo monárquico português’”, o autor ainda menciona que apesar do apoio da Coroa, Nóbrega encontrou resistências, tanto dentro do clero,⁵³ que questionava os métodos de catequese, quanto com os colonos, devido ao conflito de interesses.

A situação da catequização dos indígenas também é dialética, pois uma vez que Nóbrega e Anchieta pareciam se preocupar com seu bem estar, sua separação dos demais em novos povoamentos e o processo de aculturação que sofreram auxiliaram na consolidação do sistema capitalista comercial, por meio da construção de costumes hegemônicos trazidos da Europa e da fé católica. (BOSI, 2002).

Também é importante pontuar que apesar de os jesuítas terem se posicionado contra a escravização dos índios, entretanto, "com o passar do tempo, os jesuítas se tornaram os maiores proprietários de terras e senhores de escravos africanos do Brasil colonial." (MATOS, 2008, p. 40).

⁵² Anchieta escreveu outras peças e é considerado fundador do teatro e da literatura brasileiras, por ter sido o primeiro a escrever peças com o intuito pedagógico e doutrinário, em terras brasileiras. (BOSI, 1992).

⁵³ De acordo com Hansen (2010), Nóbrega enfrentou resistências do bispo Pero Fernandes Sardinha e os padres Luís da Grã e Diogo Mirão defendiam outros métodos pedagógicos e de catequese.

Dentre os principais elementos de influência jesuítica e católica nas terras brasileiras, está a sistematização educacional, organizada por meio da “*Ratio Studiorum*”, que embasava o programa de estudos praticado pelos jesuítas, e junto com as obras literárias utilizadas, reforçavam os valores éticos e religiosos. (MIRANDA, 2011).

O “*Ratio Studiorum*” não foi a primeira sistematização ou orientação utilizada pelos jesuítas. As primeiras orientações seguidas foram o “*modus italicus*” e o “*modus parisiensis*”, sendo que o segundo pode ser considerado o esboço do “*Ratio Studiorum*”, esboçado pelo padre Nadal e conhecida como “*Most et ratio Collegii Romani*.” Em seu livro O método pedagógico dos Jesuítas, publicado em 1952, Leonel Franca diz que a fundação dos Colégios jesuíticos não foi intencional. A princípio os estudantes inteligentes oriundos de universidades públicas, com potencialidades para tornarem-se jesuítas eram acolhidos em residências, até que essas tornaram-se espaços de aula, originando o primeiro colégio, o Colégio Messina (1548). (SAVIANI, 2010)

Seu crescimento e a expansão pela Europa, tornou necessário a orientação para os estudos, redigindo-se o “*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*.” Para o Padre Leonel, a sistematização das normativas jesuíticas foi um instrumento importante e profícuo onde foi aplicado, cumprindo os objetivos da contra-reforma, trazendo contribuições significativas para a educação moderna. Nos anos de 1700, haviam aproximadamente 17 colégios e seminários, 25 residências e 36 missões, do Pará a São Paulo. (ALBUQUERQUE, 1993).

O plano jesuítico, adotado em todos os colégios da ordem, tornou-se excludente, pois priorizava os filhos dos colonos, em detrimento dos indígenas, transformando-se em “instrumento utilizado pela elite colonial. (SAVIANI, 2010).

As práticas dos jesuítas começaram a causar desconforto por parte da coroa, principalmente seu desenvolvimento econômico, insurgindo conflitos entre a ordem religiosa e o Estado, o que culminou com a expulsão dos jesuítas das terras brasileiras em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, dando início as Reformas Pombalinas, que destituíram o *Ratio Studiorum* e instituíram as aulas régias,⁵⁴ limitando a responsabilidade do Estado no tocante ao financiamento do ensino, sendo o professor subsidiado ora pelo Estado, ora pelos pais, mas responsável pelos materiais e local de ensino. (SAVIANI, 2011).

54 De acordo com as pesquisas de Lira Filho (2017) a educação jesuítica ainda é praticada nos colégios brasileiros, com algumas modificações. De acordo com Saviani (2011), no período de 1759 a 1827, a educação pública era estatal confessional.

A independência política de Portugal, em 1822 foi somente um ato político, mas sem implicações para o rompimento da estrutura social e econômica coloniais. Entretanto, a educação continuava excludente e a dualidade dos currículos entre os filhos dos trabalhadores e os filhos da elite mais acentuada e evidente. (FAUSTO, 2003).

Expulsos no ano de 1759, pelo Marquês de Pombal, os padres jesuítas, retornaram ao Brasil no ano de 1842, e no período de 1845 a 1886 organizaram colégios em Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. No ano de 1883, chegaram ao País os Salesianos, de D. Bosco, dedicando-se ao nível secundário e técnico-profissional, influenciaram a educação nacional.

Impulsionada pelos ideias de uma educação pública e laica, foi promulgada a “Lei das escolas de primeiras letras”, restrita aos preceitos positivistas e aos pensamentos pedagógicos tradicionais, liberais e científicos, contudo com investimentos em educação insignificantes a educação pública tornou-se ainda mais limitada, originando o “ensino livre” pela iniciativa privada, havendo concomitantes intervenções do Estado, visando equacionar a questão da educação pública, mas incentivando o ensino privado. (SAVIANI, 2011).

No Decreto 119 A, de 7 de janeiro de 1890, chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, estabelece:

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fê e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade juridica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continúa a prover á congrua, sustentação dos actuaes serventuarios do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminarios; ficando livre a cada Estado o arbitrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario. (BRASIL, 1890).

O texto acima descredencia a Igreja Católica do “*status*” de credo oficial brasileiro. Esse Decreto, contudo, não foi aceito sem manifestações contrárias. Inicialmente, o Padre Julio Maria deu início a uma “cruzada missionária e pedagógica em favor da Restauração da Igreja”, utilizando-se do púlpito para difundir a ideia de que, dada sua relevância, “a força missionária da igreja por meio, em especial, da educação” deveria ser preservada, em uma “tentativa de recuperação da hegemonia religiosa e de ação política denominado de ‘restauração’ [...] uma restauração romanizada”. (MESQUIDA, 2015, p. 38, 872).

A República trouxe avanços, mas também dificuldades, os intelectuais, políticos e jornalistas reformistas ansiavam por modificações, tanto na estrutura religiosa, quanto política. Temendo diminuir ainda mais o prestígio e a hierarquia, por conta do decreto que separava Igreja e Estado, o Bispo da Bahia contactou Deodoro da Fonseca por meio de um telegrama, com o seguinte texto: “Arcebispo da Bahia com seu clero saúdam na pessoa de V. Excia. novo regime estabelecido e imploram bençãos do céu sobre os esforços dos filhos da Terra de Santa Cruz pela prosperidade e felicidade da mesma.” (SCAMPINI *apud* RIBEIRO, 1991, p. 2).

Após a Proclamação da República, o aumento das escolas laicas, diminuiu a influência da Igreja na educação, mas não a eliminou, estando estas ainda presentes nas escolas dirigidas por religiosos de origem católica. A concepção apregoada de educação laica excluiu o ensino religioso nas escolas públicas, e assumiu a tarefa de organizar um sistema de difusão do ensino. (SAVIANI, 2010).

Os esforços do arcebispo não foram e vão, pois conseguiu que Rui Barbosa intervisse a seu favor na Constituinte de 1890, com propostas de Governo Provisório que amenizavam os danos, Estado e Igreja não “divorciaram-se”, mas houvera algumas perdas e muitos ganhos. A Companhia Jesuíta foi extinta, proíbe-se a fundação de novos conventos e ordem monásticas, seculariza-se os cemitérios e institui-se o casamento civil como o único válido para fins legais, o ensino público fica legado a leigos. Aboliu-se o padroado, mas os sacerdotes passaram a ser subsidiados pela República, permitindo-se que as Irmandades permanecessem com templos e bens, sendo desnecessária a licença para a compra dos posteriormente adquiridos. (RIBEIRO, 1991).

A extinção do padroado separou Igreja e Estado, contudo a cultura estava enraizada e não se libertou da influência da Igreja Católica. Os crucifixos permaneceram nos órgãos públicos e ainda haviam celebrações religiosas em cerimônias oficiais e por ser a religião da maioria continuaram recebendo subvenção para suas cerimônias e instituições. Preocupada

em não perder o “*status quo*”, a Igreja fundou dioceses entre os Estados brasileiros, cuidando para que as determinações de Roma fossem cumpridas e gradativamente foi retomando seu espaço na educação, em 1916, D. Sebastião Leme escreveu em sua Carta Pastoral:

[...] Somos a maioria absoluta da nação. Direitos inconcussos nos assistem com relação à sociedade civil e política, de que somos a maioria. Defendê-los, reclamá-los, fazê-los acatados, é dever inalienável. E nós não o temos cumprido. Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são nossas escolas; leigo, o ensino. Na força armada da República, não se cuida da Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública. Anticatólicos ou indiferentes são as obras de nossa literatura. (LEME, s/d)

A carta pastoral, D. Leme é um marco da resistência católica diante da perda de seu monopólio religioso e educativo e do desafio de reassumir a influência política e cultural no ambiente republicano, por meio das instituições. Na carta, D. Leme salientava a importância do Ensino Religioso para o País e conclamava os cristãos católicos a (re) assumirem uma posição de defesa aos princípios católicos, reclamando seus direitos, ganhando gradativamente seu espaço na educação brasileira.

Para possibilitar a propagação da fé e cultura católica, os religiosos brasileiros investiram na institucionalização de escolas confessionais católicas,⁵⁵ reagindo desta maneira a expansão do ensino leigo e protestante. Num primeiro momento, os esforços da Igreja Católica foi alcançar as elites sociais e culturais “estabelecendo uma rede importante de colégios em todo o país que a Igreja conta em cristianizar as elites, para que estas por sua vez ‘cristianizem’ o povo, o Estado, a Legislação”. (BEOZZO, 1984, p. 280).

Esses esforços começam a ter resultado a partir da década de 1930, com a promulgação do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que dispõe sobre a instrução religiosa nas instituições escolares e, posteriormente com a Constituição de 1934, que tornou o Ensino Religioso obrigatório.

⁵⁵ Embora o recorte cronológico desse trabalho encerre no ano de 1920, buscamos os dados sobre o crescimento das Escolas Confessionais Católicas para que seja possível dimensionar sua influência na educação Brasileira. Os dados foram extraídos do site da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), fundada em 2007. A ANEC reúne instituições educacionais católicas em todos os níveis, graus e modalidades, em todo o território nacional. De acordo com as informações registradas em seu site, conta atualmente com 1.100 Escolas e 89 Instituições de Ensino Superior. Para mais informações consultar <https://anec.org.br/>.

2.2 A INSERÇÃO DO PROTESTANTISMO EM TERRAS BRASILEIRAS E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PAÍS.

A historicidade do fenômeno educativo coincide com a origem do homem, estando intimamente entrelaçado ao significado de História. Como dimensão da vida humana, sendo transformada historicamente, a educação pode ser compreendida somente a partir da sociedade, por meio das condições materiais objetivas oferecidas e dos movimentos contraditórios da luta de classes. (SAVIANI, 2010; LOMBARDI, 2010).

O interesse de Calvino pela educação, o levou a investir seu tempo na fundação de uma escola que atendesse a todos a diversos níveis de ensino (primário, secundário e superior), a Academia de Genebra (1559), cujo principal objetivo foi o de instruir e preparar novas lideranças para a igreja e para a sociedade. O alcance e a influência da Academia auxiliaram a expansão da reforma, pois posteriormente, fugindo da perseguição religiosa, alguns de seus estudantes, vieram residir no continente americano. (CAIRNS, 1995).

A premissa de direito e dever do cidadão com relação a instrução, foi a motivação para a obrigatoriedade e gratuidade educacional. (CAMBI, 1999). Dentre os principais ideais defendidos pelos reformadores estão: a defesa da instrução universal; a instituição de escolas populares, distintas das escolas clássicas (para os ricos); controle educacional das autoridades civis e racionalidade da educação em diversos países. (ABBAGNANO; VISALBERGHI, 2001).

Dentre as modificações pedagógicas oriundas do pensamento educacional reformado estão "[...] a divisão de classes escolares por faixa etária, a nova compreensão sobre essas faixas, o novo currículo e a nova ordenação dos graus escolares". (JARDILINO, 2009, p. 71).

Um importante pensador na área da educação, influenciado pela Reforma Protestante está o educador e pastor morávio João Amós Comenius.⁵⁶ O interesse comeniano pela promoção da reforma na escolarização o fez importante para a história da educação. Em sua principal obra, *Didática Magna*, Comenius explicita seu ideal reformado. Segundo ele:

Nós ousamos prometer uma *Didática Magna*, ou seja, uma arte universal de ensinar tudo a todos: de ensinar de modo certo, para obter resultados; de ensinar de modo fácil, portanto, sem que docentes e discentes se molestem ou enfadem, mas ao

⁵⁶ O educador e pastor Comenius (1592-1670), pertenceu ao grupo dos Irmãos Morávios, para os quais a educação era a ferramenta mais importante de evangelização e salvaguarda da fé cristã. Os Irmãos Morávios foram responsáveis pela criação Universidade de Praga, frequentada pelo educador e da qual foi Reitor (1614). (CAULY, 1995).

contrário, tenham grande alegria; de ensinar de modo sólido, não superficialmente uma piedade mais profunda. (COMENIUS, 1997, p. 13).

O princípio fundamental da Didática Comeniana é a necessidade de ensinar tudo a todos (princípio pansófico), de maneira que o ensino não se torne um fardo. Em sua didática, Comenius apregoava a educação baseada no tripé educação, moral e piedade. Dentre os principais pressupostos educacionais de Comenius estão: a concepção de integralidade do indivíduo, sendo sua fragmentação prejudicial à aprendizagem; a aproximação do ensino à realidade da criança, partindo sempre do simples para o complexo; o uso de ilustrações e tecnologias como ferramenta educativa. (COMENIUS, 1997).

Nós ousamos prometer uma Didática Magna, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos. E de ensinar, com tal certeza que seja impossível não conseguir bons resultados. E de ensinar rapidamente, ou seja, sem nenhum enfado e sem nenhum aborrecimento para os alunos e para os professores, mas antes com o sumo prazer para uns e para outros. E de ensinar solidamente, não superficialmente e apenas com palavras, mas encaminhando os alunos para uma verdadeira instrução, para os bons costumes e para a piedade sincera. Enfim, demonstraremos todas estas coisas a priori, isto é, derivando-as da própria imutável das coisas, como de uma fonte viva que produz eternos arroyos que vão, de novo, reunir-se num único rio; assim estabelecemos um método universal de fundar escolas universais. (COMENIUS, 1954, p. 45).

Para Comenius, era importante que se buscasse desenvolver no trabalho, princípios éticos, mediante essa perspectiva, a escola deveria viabilizar a civilização do comportamento e a regeneração dos costumes, para a moralização da vida social e racionalização da vida pública.

Apesar das dificuldades impostas pela igreja oficial do Estado, para manter a hegemonia de sua confissão de fé, houveram diversas iniciativas de imigrantes protestantes em adentrar as terras brasileiras, conforme podemos observar no quadro abaixo:

QUADRO 5 – Síntese das tentativas de inserção protestante em solo brasileiro⁵⁷

Tipo	Período/Local	Responsáveis	Intenção/Desfecho
Protestantismo de Invasão	1555-1560 Bahia de Guanabara	Calvinistas Franceses - Huguenotes	França Antártica. Apoiados por comerciantes franceses, tentaram fundar uma colônia na baía da Guanabara. Alguns retornaram à França e outros foram assassinados.

⁵⁷ A citação sobre o auge do liberalismo teológico encontra-se na página 132

QUADRO 5 – Síntese das tentativas de inserção protestante em solo brasileiro

(conclusão)

Protestantismo de Invasão	1610-1612 Maranhão	Calvinistas Franceses - Huguenotes	França Equinocial.
Protestantismo de Invasão	1630-1654 Pernambuco	Calvinistas Holandeses	Nova Holanda. Colônia da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Exploração do açúcar. Em sua maioria foram expulsos.
Protestantismo de Imigração	1810-1855 Olinda e Pernambuco	Europeus e Estadunidenses/Confederados.	Sem projeto de evangelização consolidado, tinham somente a intenção de exercer sua liberdade religiosa no Brasil, sem ganhar mais adeptos
Protestantismo de Missão	A partir de 1855 Rio de Janeiro São Paulo	Europeus e Estadunidenses Metodistas, Batistas e Presbiterianos	Existência de um projeto de divulgação da religião. Os missionários vindos dos EUA adentravam os solos brasileiros.

Fonte: *Mendonça (2008); Ribeiro (1981)*.

Nota: Dados organizados pela autora

A primeira expedição empreendida, no período de 1555-1560, teve apoio do Rei Henrique II, que convencido pelo almirante Gaspar de Coligny (chefe do partido político huguenote), dispôs dois navios com suprimentos e também com dinheiro para as eventuais despesas, com a finalidade de expandir seu território e obter lucros. Ao aportar na Bahia da Guanabara, *construíram o Forte Colligny*, para defenderem-se dos nativos e dos portugueses. (SANTANA, 2017). Paralelo aos interesses da coroa na instituição da França Antártica, havia também a intenção dos protestantes perseguidos em acolher nas novas terras os refugiados franceses, por conta da perseguição religiosa e de difundir os ideais reformados no Novo Mundo. Para atingir o objetivo de propagar a fé protestante, o responsável pela primeira expedição, Nicolas Durand de Villegagnon, encaminhou uma carta à Coligny, pedindo que solicitasse de Genebra pessoas com o conhecimento da fé protestante e missionários, para colonizar a Bahia de Guanabara. (SILVA, 2017).

Ao receber o pedido de Villegagnon, Calvino decidiu atender, enviando ao Brasil pastores e missionários, estudantes de teologia, treinados por Calvino em Genebra, os enviados portavam credenciais por ele assinadas.⁵⁸ As 290 pessoas que compunham a embarcação, chegaram às terras brasileiras no ano de 1557, realizando o primeiro culto protestante no Brasil. (HACK, 2007; MENDONÇA, 2008).

⁵⁸Dentre os enviados por Calvino estavam: Pedro Richier, Guilherme Chartier, Du Pont, Pedro Bourdon, Mateus Verneuil, Jean de Bordel, André Lafon, Nicolau Denis, Jean Gardien, Martin David, Nicolau Raviquet, Nicolau Carneau, Jaques Rousseau e Jean de Léry. (LÉRY, 2017).

FIGURA 5: Ilha de Villegagnon - Castagneto, 1897



Fonte: Foto Eduardo Castanho/Itaú Cultural

Dados: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra34834/ilha-de-villegagnon>

Os destemperos Villegagnon, as pressões dos portugueses e as discordâncias religiosas internas, enfraqueceram o movimento, fazendo com que os huguenotes fossem expulsos do Forte, abrigando-se com os nativos. Após conseguir de Villegagnon autorização e embarcação, decidem retornar à França. Dadas as condições da embarcação, cinco huguenotes decidiram voltar ao Brasil, sendo mortos pelo próprio Villegagnon.⁵⁹ O projeto fracassou e os que foram poupados e ainda permaneceram, foram expulsos pelo governador Mem de Sá (1560). (HACK, 2007; MENDONÇA, 2008).

Posteriormente, no ano de 1610, o Rei Henrique IV, de origem protestante, enviou uma esquadra ao Nordeste brasileiro, sob os cuidados do almirante das regiões costeiras do Brasil a Daniel de La Touche de La Ravadière (vice-almirante), para que conhecessem o território, estabelecessem um forte e fundassem uma colônia, a França Equinocial, o que veio a ocorrer no ano de 1612, no Maranhão. A tentativa fracassou, minada por sacerdotes católicos enviados pela rainha regente Maria de Médici e também pela capitulação francesa a Portugal.

⁵⁹Os cinco que retornaram a missão, apresentaram-se a Villegagnon, que condicionou o perdão a negação à fé reformada, exigindo que respondessem por escrito a algumas questões, instrumento este que ficou conhecida como Confissão de fé da Guanabara e foi utilizada para lavrar a sentença de morte de Pedro Bourdon, Jean de Bordel, Mateus Verneuil. Jacques Le Balleur conseguiu escapar, sendo executado alguns anos depois por Anchieta e André Lafon atendeu as exigências de negar sua fé. Jean de Léry, que desistiu de retornar ao Brasil e seguiu viagem foi o autor dos relatos sobre os acontecimentos, inclusive as execuções dos cinco Mártires da Guanabara. (LÉRY, 2017).

Nova tentativa protestante de adentrar ao solo brasileiro foi feita por huguenotes holandeses (1630-1654), a colônia que teve início a partir da invasão de Pernambuco, sob o comando do conde humanista Maurício de Nassau,⁶⁰ estendeu-se ao Ceará, Rio Grande, Paraíba, Sergipe e Maranhão, "[...] com os consistórios (conselhos) das congregações locais, estava implantada, de modo completo, a organização eclesiástica calvinista". Conviviam respeitosamente em um mesmo espaço, sujeitos integrantes de diversas denominações religiosas: católicos, protestantes, judeus. (MENDONÇA, 2008, p. 39 e 40).

A Nova Holanda foi o projeto de inserção mais profícuo no protestantismo de invasão, mas os holandeses também foram expulsos da colônia após derrotados na Batalha dos Guararapes (1648-1649) e na Capitulação do Campo do Taborda (1654), sendo vendidos pelos portugueses, mas sua marca ficou na arquitetura moderna da região e na cultura, que absorveu do *ethos* deixado pelos protestantes, especialmente em Recife. (HOLANDA, 2003). Ambas as tentativas, francesas e holandesas, não alcançaram seus objetivos de concretizar a atividade religiosa.

Diante do interesse pela transformação, o século XIX especialmente foi um período muito intenso no que tange a Igreja Protestante. Com o intuito da expansão da ideologia, as obras coletivas se tornam mais intensas, bem como a expansão missionária. De acordo com Cerni (1992, p. 131):

Así como es siglo XVIII puede calificarse de relativamente tranquilo si se considera desde el punto de vista de la situación interna de las iglesias protestantes, el siglo XIX es tiempo de grandes transformaciones, tanto en el plano de la teología como en el de las estructuras eclesiásticas. Es la época en que, más que nunca, se deja sentir el peso del individualismo; pero es también la época de grandes obras colectivas y de una importante expansión misionera. El enfrentamiento de las posturas liberal y conservadora se hace más radical aún a lo largo de esta centuria, provocando algunas rupturas y crisis internas.⁶¹

⁶⁰Maurício de Nassau veio ao Brasil como governador-geral, com autoridade política e militar da colônia dos holandeses na região de Pernambuco, por intermédio da Companhia das Índias Ocidentais, com o interesse em explorar as capitanias açucareiras. Com ele também vieram cerca de 2700 soldados, alguns funcionários da Companhia, cientistas e artistas, que registraram as riquezas do País por meio de pesquisas e pinturas. A Nova Holanda prosperou durante a gestão de Maurício de Nassau, mas sua demissão e retorno a Europa, no ano de 1643 marcaram o declínio do projeto de colonização holandesa. (FRANÇOZO, 2009).

⁶¹ Assim como o século XVIII pode ser descrito como relativamente calmo se considerado do ponto de vista da situação interna das igrejas protestantes, o século XIX é um período de grandes transformações, tanto em termos de teologia como nas estruturas eclesiásticas. É a época em que, mais do que nunca, o peso do individualismo é sentido; mas é também a época das grandes obras coletivas e de uma importante expansão missionária. O confronto das posições liberais e conservadoras torna-se ainda mais radical ao longo deste século, provocando algumas rupturas e crises internas. (Tradução nossa).

A calma interna dentro das igrejas (micro) que se formaram no movimento protestante, haviam grandes transformações teológicas e estruturais, principalmente na Alemanha (macro), por meio de um *apogeo del liberalismo teológico*, trazendo rupturas e conflitos devido a contradições internas entre as posições individualistas *versus* coletivas e liberais *versus* conservadoras.

Na obra *Historia Del Protestantismo*, o autor Cerni faz um balanço da expansão protestante nos diversos países. As obras coletivas para o fortalecimento da Igreja Protestante trouxeram o interesse por missões, sendo neste período a maior intensificação das Agências missionárias, de diversas denominações protestantes, que alcançaram diversos países, inclusive o Brasil. (CERNI, 1992).⁶²

A chegada da coroa portuguesa, especialmente da família real à colônia, sob escolta inglesa, trouxe iniciativas importantes para o ingresso de imigrantes protestantes ao Brasil, dentre eles a abertura dos portos às nações amigas, pela coroa portuguesa e, de um posterior decreto, ambos datados de 1808 liberou "o comércio e a indústria a todos os imigrantes aceitáveis, independentemente de raça ou religião, assim como prometia terras gratuitas com privilégios atrativos antes só reservados aos portugueses." (MENDONÇA, 1993, p. 133,134).

No ano de 1810 o Tratado de Comércio e Navegação, firmado entre Brasil, Portugal e Inglaterra, motivadas pelo interesse de comércio com países de origem protestantes, tendo a Inglaterra como principal foco. O referido tratado que permitia aos protestantes que residiam em terras brasileiras liberdade de culto, mediante algumas condições, dentre elas de que a fachada de suas igrejas não caracterizassem templos e, de que não houvesse por parte destes difamação à Igreja Católica e/ou atos de proselitismo. (MENDONÇA, 1993).

Essa iniciativa foi um grande passo no que diz respeito a liberdade religiosa e ao crescimento do País, pois a partir dela, imigrantes ingleses de tradição anglicana, alemães de tradição luterana e outros imigrantes acatólicos,⁶³ foram atraídos às terras brasileiras. Estes imigrantes povoaram as regiões interioranas do Brasil, dentre elas: Nova Friburgo (Rio de Janeiro), Santos, Santa Bárbara, Americana, Jundiaí (São Paulo), Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul), Maceió, Bahia e Pernambuco (no Nordeste brasileiro).

Os primeiros imigrantes protestantes que construíram seus templos e realizaram cultos, foram os ingleses anglicanos, inicialmente no Rio de Janeiro, no ano de 1820 e

⁶² A citação sobre o auge do liberalismo teológico encontra-se na página 132.

⁶³ Os anglicanos não se consideravam católicos e nem protestantes, por isso são registrados na historiografia protestante como acatólicos ou não católicos.

posteriormente os imigrantes empregados na construção da Estrada de Ferro de São Paulo (Santos-Jundiaí). (MENDONÇA, 1993).

A presença de protestantes em terras brasileiras e os interesses da Coroa em manter boas relações internacionais para atrair imigrantes fez com que a Constituição Imperial de 1824, admitisse outros cultos mantendo o status de religião oficial à Igreja Católica, entretanto já não mais a admitia como única.

Neste mesmo ano, os primeiros imigrantes alemães de origem luterana, interessados no cultivo da terra, migraram para o Brasil. A primeira comunidade de protestantes luteranos da América Latina, escolheu a região serrana fluminense de Friburgo. Enquanto o grupo aguardava a posse das terras, o pastor Friedrich Oswald Sauerbronn realizava os cultos ao ar livre, posteriormente nas casas, uma vez que não lhes era permitido construir templos. O primeiro templo foi construído somente em 1857. (REILY, 1993).

No mesmo ano, imigrantes alemães povoaram a Região Sul, sendo a primeira colônia alemã a de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Acompanhados pelo pastor Johann Georg Ehlers, este grupo se manteve fiel às suas tradições, sendo considerada o berço da colonização alemã. Em sua obra "História Documental do Protestantismo no Brasil", Duncan Alexander Reily menciona que “[...] aproximadamente 4.800 alemães chegaram ao Rio Grande do Sul até 1830, e logo fundaram suas igrejas e escolas.”⁶⁴ (REILY, 1993, p. 24).

As primeiras escolas implantadas pelo grupo tinham como diretores e professores os pastores, a princípio a preocupação era em implantar as escolas paroquiais, para atender aos filhos dos imigrantes. A primeira instituição de ensino de instrução primária da qual encontramos registro foi o Colégio Concórdia, fundado em 1902, na cidade de Porto Alegre, pelo pastor Carl Gustav Mahler. A *Deutsche Evangelisch-Lutherische Konkordia Schule*, ofertando o curso primário.

A primeira Escola Bíblica Dominical⁶⁵ brasileira foi realizada pelo missionário metodista Justin Spaulding, no ano de 1836. Dentre seus alunos, haviam também escravos,

64 No ano de 1985, as instituições de ensino, educação e cultura luteranas organizaram-se na Associação Nacional de Escolas Luteranas (ANEL). De acordo com o site (<https://www.ielb.org.br/>), há 38 escolas associadas, 1 universidade e 1 seminário (IELB, 2021).

65 Fundada na Inglaterra, por Robert Raikes, no ano de 1871, a Escola Bíblica Dominical-EBD, a princípio tinha cunho educacional, alfabetizando as crianças menos abastadas e ensinando a Bíblia. Com o passar dos anos e, de acordo com a cultura, os objetivos da EBD modificaram-se. De acordo com os estudos de Nicole Bertinatti (2011), as EBDs estadunidenses passaram por duas fases: a primeira, de caráter social (meados do séc XIX), com o intuito de oferecer educação as crianças pobres; e a segunda (a partir de meados do séc XIX), de caráter evangelístico, para a preservação e transmissão dos valores protestantes. A primeira EBD realizada em português por Simonton, a crianças brasileiras aconteceu na sala de sua casa, no ano de 1960. Atualmente, nas igrejas protestantes, a EBD tem como conteúdo o ensino é a Bíblia e os valores cristãos.

conforme seu relato, haviam “[...] duas classes de pretos, uma fala inglês, a outra português. Atualmente, parecem muito interessados e ansiosos por aprender [...]”. (REILY, 1993, p. 92).

Apesar da ausência de um projeto de evangelização consolidado, estes auxiliaram o nascimento do protestantismo de missão,⁶⁶ a necessidade dos imigrantes em ter auxílio pastoral às suas necessidades espirituais, ou seja, de culto religioso e também de educação para seus filhos, fez com que os imigrantes solicitassem assistência às igrejas em seu País de origem. O primeiro grupo de protestantes a pisar em solo brasileiro com o intuito de evangelizar foi lusitana, que vieram a colônia fugindo da perseguição religiosa, no ano de 1846. Em 1855 somou-se ao grupo o médico anglo-saxão Robert Reid Kalley, que logrou da simpatia do imperador D. Pedro II, interessado em ouvir sobre suas viagens. Kalley foi o responsável por fundar no ano de 1858, a Igreja Evangélica Fluminense.⁶⁷ (LEONARD, 1963).

Mesmo havendo protestantes no Brasil desde a abertura dos Portos, estes eram proibidos de evangelizar, sendo permitido que se reunissem em comunidades de estrangeiros para o culto, desde que estes não caracterizassem Igreja. O primeiro missionário com o objetivo de estabelecer uma missão de evangelização em terras brasileira, foi Ashbel Green Simonton (1833-1867), enviado pela Junta de Missões Estrangeiras da *Board of Foreign Missions*,⁶⁸ de New York, desembarcando no Rio de Janeiro, em 1859.

Em 1860 desembarcaram no Brasil a irmã de Simonton, Elizabeth e seu cunhado Rev. Alexander Latimer Blackford, ajudando-o em sua missão. Blackford foi o precursor dos

66 Cf. Gracino, (2016).

67 Nascido na Escócia, Kalley era oriundo de família abastada, integrante da Igreja Presbiteriana da Escócia. Ainda menino perdeu os pais (o pai quando tinha 1 ano e a mãe aos 6 anos), sendo educado pelo padrasto. Formou-se cirurgião e farmacêutico pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de Glasgow. Por questões de saúde de sua esposa mudou-se para a Ilha da Madeira, sendo o fundador da primeira rede de escolas que oferecia a instrução primária gratuita, em Portugal e integrante da Igreja Evangélica Presbiteriana Central. Até que a perseguição religiosa, a prisão, a invasão de sua residência e o saque e destruição de seu hospital e escolas pelo fogo, levaram Kalley a esposa a fugir de Portugal para os Estados Unidos (1846), indo posteriormente para a Escócia e Inglaterra, onde atuou como médico. Após o falecimento de sua primeira esposa, ele casou-se (1852) com uma inglesa de família aristocrática, que exercia liderança na Igreja Congregacional inglesa. De volta aos Estados Unidos (1853), o médico teve acesso a livros e relatos sobre o Brasil, o que o fez decidir por mudar-se para o Rio de Janeiro (1855), fundando no Brasil uma Igreja Congregacional, também de cunho calvinista.

68 No ano de 1861 teve início a Guerra da Secessão, que perdurou até 1865 e separou norte e sul, causando inclusive a divisão da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. Os presbiterianos do norte denominavam-se como Igreja Presbiteriana do Norte (PCUSA) e os do sul criaram a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), com um comitê de Missões Estrangeiras, em Nashville. Essa separação fez com que as igrejas presbiterianas estadunidenses dividissem o território brasileiro, determinando o território de atuação de cada uma delas. A PCUSA mandou missionários e pastores para ocupar do Rio de Janeiro a Santa Catarina, Bahia, Sergipe, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, Goiás e o nordeste brasileiro. A PCUS enviou missionários de São Paulo, o sul e o oeste de Minas, e também o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás; de outro lado todo o Nordeste ao norte do Rio São Francisco e a Amazônia” (MATOS *apud* NASCIMENTO, 2004, p. 23)

trabalhos presbiterianos na região, no Estado de São Paulo, (1863), em um salão da Biblioteca dos funcionários da São Paulo Railway. Em 1865, organizou-se a primeira Igreja Presbiteriana do interior do Brasil, na cidade de Brotas-SP, fruto do trabalho evangelístico de José Manoel da Conceição, o primeiro padre convertido ao protestantismo (1830). Apesar da situação delicada dos missionários protestantes no Brasil, Simonton também era contrário à escravidão e, recebeu como membro da primeira Igreja Presbiteriana brasileira, o negro João Marques de Mendonça, no ano de 1864. (SIMONTON, 2002; RIBEIRO, 1995).

Durante o curto período em que foi missionário no Brasil, Simonton foi uma presença relevante para todo o contexto presbiteriano e protestante, cumprindo os objetivos de evangelização e de estruturação do trabalho presbiteriano. Ele esteve presente na consagração do primeiro pastor brasileiro, José Manuel da Conceição (1865), foi o responsável pelo primeiro jornal protestante, denominado Imprensa Evangélica (1864); pela primeira instituição educacional teológica - Seminário Primitivo (1867) e pela primeira Igreja Presbiteriana no Brasil (1862).

Simonton também se ocupou da atividade de ensino lecionando, português e inglês, com o intuito de atrair alunos para a Escola Bíblica Dominical.⁶⁹ (SIMONTON, 2002). O que demonstra o interesse pela educação como instrumento para a disseminação do *ethos* reformado. Ainda sobre o papel da educação:

[...] Outro meio indispensável para assegurar o futuro da igreja evangélica no Brasil é o estabelecimento de escolas para os filhos de seus membros. Em outros países é reconhecida a superioridade intelectual e moral da população que procura as igrejas evangélicas. O evangelho dá estímulo a todas as faculdades do homem e o leva a fazer maiores esforços para avantajá-lo na senda do progresso. Se assim não suceder entre nós a culpa será nossa. Se a nova geração não for superior à atual não teremos preenchido nosso dever. (SIMONTON, 2002, p. 184).

De origem reformada, Simonton também acreditava que a educação era importante para a propagação da fé, mas também para a promoção intelectual e moral, tornando a educação um dever para as igrejas protestantes, devendo estas investir em igrejas paroquiais, para a instrução primária. levando-os a investir na organização dos colégios, uma vez que

⁶⁹ Simonton era natural da Pensilvânia, filho mais novo de um médico e político estadunidense e neto de pastor presbiteriano (por parte de mãe). Licenciado pelo Princeton College, foi professor por aproximadamente dois anos, decidindo-se por dar continuidade aos seus estudos, agora na área do Direito. No ano de 1862 retornou aos Estados Unidos para visitar sua mãe, que estava enferma, ocasião em que conheceu Helen Murdoch, com quem veio a casar-se (1863). Helen lhe deu uma filha, vindo a falecer por complicações do parto (1864). O missionário atuou no Brasil por oito anos, falecendo ainda jovem, após ter sido acometido pela febre amarela, que era uma epidemia no País (1867). Simonton está sepultado no Cemitério Protestante, na cidade de São Paulo.

nem os pais e nem o governo estavam conseguindo educar as crianças, de acordo com ele, educar as crianças brasileiras era um desafio, conforme podemos observar na citação abaixo:

[...] É de confessar que a educação há de encontrar grandes obstáculos provenientes de muitas causas. Muitos pais são descuidados a este respeito, nem querem fazer os sacrifícios precisos para educarem seus filhos. Estes da sua parte não estando acostumados a obedecerem a seus pais não gostam do regime de uma escola bem dirigida. Os costumes do país e a falta de confiança e moralidade não permite que uma escola central seja frequentada por todos como sucede nos Estados Unidos. Faltam professores e professoras com prática necessária para bem desempenharem esta missão e o governo ainda não admite a instrução livre. Mas é necessário não cedermos a nenhum obstáculo. Embora não seja possível desde já fazer o que se quer, devemos ter sempre em vista como alvo a instrução e a educação da nova geração. (SIMONTON, 2002, p. 184).

Também merece destaque a imigração dos confederados estadunidenses,⁷⁰ que chegaram ao Brasil logo após sua derrota na Guerra da Secessão (1861-1865).⁷¹ O grupo mais expressivo de protestantes confederados povoou a região de Santa Bárbara e Americana, em grande número no período de 1865-1867, dedicando-se a agricultura e a indústria e "possivelmente, mantiveram suas práticas religiosas voltadas aos seus iguais". (PEREIRA, 2016, p. 30).

No ano de 1865, desembarcou no Vale do Ribeira o Reverendo Ballard S. Dunn, com a intenção de conhecer as terras brasileiras para fixar residência, interessando-se pelo Vale do Iguape, na província de São Paulo. Após naturalizar-se brasileiro, o Governo Imperial outorgou-lhe a escritura provisória das terras localizadas próximas ao Rio Juquiá, local no qual estabeleceu-se com um grupo de aproximadamente cento e cinquenta estadunidenses, formando a colônia de Lizzieland, em homenagem à sua primeira esposa, entretanto, a colônia não prosperou. Os poucos recursos financeiros dos imigrantes, as enfermidades e o óbito de alguns, inclusive da esposa de Dunn, desfizeram a colônia, levando alguns para outras colônias e outros a regressaram aos Estados Unidos, dentre eles Dunn, sob acusação de ter em sua posse o dinheiro dos colonos. (HARTER, 1985; SILVA, 2007; OLIVEIRA, 1995).

⁷⁰ Esses estadunidenses, que partiram de Galveston, Texas, New Orleans e New York, eram em sua maioria de origem protestante, de origem presbiteriana, batista e metodista. (JONES, 1967). A vida desses imigrantes era interessante para ambos os lados, para os Confederados, representava uma oportunidade de recomeço em terras muito parecidas com as de onde emigravam; para o Estado brasileiro, com interesse em mão de obra e em técnicas diferenciadas para a agricultura. (HARTER, 1985).

⁷¹ A questão da escravidão humana dividia opiniões nos Estados Unidos, durante o séc. XIX, especialmente nas regiões norte e sul. tornou-se um debate social nos EUA no século XIX dividindo o norte (contrária) e o sul (favorável) do país, gerando o rompimento dos Estados sulistas, o que culminou com uma guerra sangrenta, na qual o sul foi derrotado e subjugado pelos yankees (norte).

De acordo com Zorzeto (2000), no ano de 1866, alguns imigrantes estadunidenses chegaram a pequena vila agrícola de Santa Bárbara, cuja principal atividade era o cultivo da cana de açúcar. A chegada do Coronel Willian Hutchiinson Norris, ex-combatente da guerra Civil e ex-senador do estado do Alabama, acompanhado por seu filho auxiliou aos fazendeiros da região a cultivar o algodão, ministrando cursos práticos de agricultura, com novas técnicas agrícolas.

Durante o período imperial, esta tinha poucas iniciativas públicas, havendo poucas escolas. Precisando resolver essa questão, o governo permitiu concessões às instituições privadas de ensino, por meio da Lei no 54 de abril de 1868, tornando-se a instrução escolar uma importante estratégia missionária.

Durante o período imperial, a educação tinha poucas iniciativas públicas, havendo demanda de escolas. Precisando resolver essa questão, o governo permitiu concessões às instituições privadas de ensino, por meio da Lei no 54 de abril de 1868, tornando-se a instrução escolar uma importante estratégia missionária.

As instituições escolares católicas implantadas, embora pensadas para a elite eram precárias e no período colonial, os nobres que haviam vindo da Europa não estavam satisfeitos com o ensino ofertado no Brasil. As escolas protestantes atraíram o interesse da elite, exatamente pelas instalações e métodos diferenciados, mais próximos do esperado pela elite, que tinha como aspiração o modelo europeu. Em contrapartida, para a cultura protestante, a educação sempre foi um importante instrumento de união, de preservação da cultura e da fé e de evangelização. (MENDONÇA; VELASQUES, 2002).

O modelo econômico adotado pelo Imperador, somado a seu interesse das elites econômicas pela modernização e pela urbanização para uma vida cosmopolita, permitiu a liberdade para a aceitação dos princípios do liberalismo e, por conseguinte, do protestantismo. (BARMAN, 1999).

No começo do século XIX, a hegemonia comercial inglesa começava a ceder espaço à expansão norte-americana. O Brasil, como toda a América Latina, voltava-se com admiração para os modelos anglo-saxões de pensamento e progresso. O comércio inglês, a agricultura germânica e até mesmo uma possível contribuição norte americana através de imigrantes confederados constituiriam componentes do desejado surto de modernização e progresso. Mas acima de tudo, é porque não representava nenhum risco político, desejava-se assinar idéias e práticas que tinham transformado os anglo-saxãs em líderes do mundo. A abertura para o mundo anglo-saxão significou a abertura para o universo protestante. Ora, este ideário e o espaço religioso criado pelo afastamento entre o Estado monárquico liberal e a Igreja eram

fatores muito favoráveis à penetração protestante no Brasil (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990, p. 73).

A ampliação da exportação, o desenvolvimento dos transportes (ampliação de ferrovias), das comunicações (instalação dos Correios) e a intensificação da indústria (no ano de 1900, o País possuía sessentas fábricas) durante o Império facilitaram a inserção de outras culturas. (VIOTTI DA COSTA, 1987).

A Guerra Civil, que dividiu os Estados Unidos, também dividiu a Igreja Presbiteriana naquele país. Os presbiterianos do norte denominavam-se como Igreja Presbiteriana do Norte (PCUSA), e os do sul criaram a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), as duas agências missionárias delimitaram em quais as áreas cada uma atuaria, no solo brasileiro.

No ano de 1869 a PCUS enviou para o Brasil os primeiros missionários, George Nash Morton e Edward Lane, ambos trabalharam em prol da expansão da denominação no interior de São Paulo. Sendo os responsáveis pela fundação da Igreja Presbiteriana na Cidade de Campinas e da primeira instituição de ensino protestante em terras brasileiras, o Colégio Internacional.⁷²

FIGURA 6 – Divisão territorial das Missões Presbiterianas no Brasil (1890)



Fonte: Bertinatti (2011, p. 29).

⁷² A Igreja Batista nasceu no ano de 1612, por ocasião de um grupo que retornou à Inglaterra, da qual haviam-se retirado para a Holanda, por causa da perseguição do Rei James I. Liderados por Thomas Helwys, esse grupo organizou uma Igreja em Spitalfields, nas imediações de Londres. De acordo com a Convenção Batista Brasileira - CBB, apesar de duas igrejas terem se instalado no Estado de São Paulo, nas cidades de Santa Bárbara e Americana, a primeira Igreja Batista de cunho evangélico, instalou-se em 1882, na cidade de Salvador, Bahia. Período que demarca um crescimento significativo da denominação, o que provavelmente deveu-se a presença do primeiro pastor brasileiro, o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque. (ROCHA, 2013). Oriundos da Reforma Protestante, os batistas dedicaram-se a educação religiosa, teológica e secular; sendo a primeira instituição de ensino batista O Colégio Taylor Egídio, fundado em 1922, na cidade de Salvador. Para melhor organizar o ensino, no ano de 1963 foi criada a Associação Nacional das Escolas Batistas - ANEB. No site da ANEB pudemos observar que a denominação conta com escolas e instituições de ensino superior, mas não conseguimos a quantificação destas. (CBB, 2021).

O acordo a respeito da divisão do território brasileiro permitiu a rápida expansão da denominação no País, implantando igreja, hospitais e escolas.

Segundo Zorzetto, data desse mesmo período a instalação da primeira fábrica de tecidos de algodão - a Fábrica de Tecidos Carioba, a indústria que auxiliou o desenvolvimento de Americana foi fundada por estadunidenses e brasileiros. Ainda segundo a autora,

Entre 1866 e 1870, período em que chegaram os primeiros imigrantes, a colônia de Santa Bárbara aglutinou cerca de 200. Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, o número de imigrantes norte-americanos nesta região oscilou entre os que se fixaram definitivamente e os que se estabeleceram temporariamente, mobilidade espacial comum para os que buscavam melhores condições de vida (ZORZETTO, 2000, p. 87).

Os imigrantes estadunidenses auxiliaram o desenvolvimento da região Oeste de São Paulo (Campinas, Jundiaí, Piracicaba), por meio de suas técnicas para a lavoura e também na educação. As técnicas de produção estadunidenses e as sementes trazidas pelos colonos de sua terra natal, fizeram com que estes prosperassem, em meio a uma crise na década de 1860 e auxiliassem a agricultura em Santa Bárbara, Limeira e Piracicaba (CLARK, 1998).

Na mesma região, instalou-se no ano 1871, o pastor Richard Ratcliff, que organizou a primeira Igreja Batista Brasileira,⁷³ para atender aos imigrantes e estabelecendo relações próximas aos brasileiros. (OLIVEIRA, 1985).

Neste mesmo ano fundou-se também a Igreja Metodista do Brasil, no Rio de Janeiro, pelo pastor Junius Eastham Newman.⁷⁴ No ano de 1879, o pastor Newman, com auxílio da

73A Igreja Batista nasceu no ano de 1612, por ocasião de um grupo que retornou à Inglaterra, da qual haviam-se retirado para a Holanda, por causa da perseguição do Rei James I. Liderados por Thomas Helwys, esse grupo organizou uma Igreja em Spitalfields, nas imediações de Londres. De acordo com a Convenção Batista Brasileira - CBB, apesar de duas igrejas terem se instalado no Estado de São Paulo, nas cidades de Santa Bárbara e Americana, a primeira Igreja Batista de cunho evangelístico, instalou-se em 1882, na cidade de Salvador, Bahia. Período que demarca um crescimento significativo da denominação, o que provavelmente deveu-se a presença do primeiro pastor brasileiro, o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque. (ROCHA, 2013). Oriundos da Reforma Protestante, os batistas dedicaram-se a educação religiosa, teológica e secular; sendo a primeira instituição de ensino batista O Colégio Taylor Egídio, fundado em 1922, na cidade de Salvador. Para melhor organizar o ensino, no ano de 1963 foi criada a Associação Nacional das Escolas Batistas - ANEB. No site da ANEB pudemos observar que a denominação conta com escolas e instituições de ensino superior, mas não conseguimos a quantificação destas. (CBB, 2021).

74 O metodismo nasceu da Igreja Anglicana, tendo como principal nome John Wesley, impactou a sociedade inglesa, influenciando a política, a cultura e a educação do séc. XVIII. Com a expansão da Reforma Protestante, difundiu-se em outros países europeus, chegando aos Estados Unidos e ao Brasil. Os primeiros líderes metodistas em solo brasileiro foram Justin Spaulding, no ano de 1836 e no ano seguinte, o pastor Daniel Parish Kidder, representando a Sociedade Bíblica Americana, mas permaneceu no Brasil por pouco tempo (3 anos). Entretanto, nem seus relatos conseguiram empolgar os pastores da denominação, até 1867, ano de ingresso do pastor Newman ao País, vindo da região episcopal do Alabama e instalando-se próximo ao Coronel Norris (PLÁCIDO, 2014). As instituições educacionais se expandiram, originando o Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino - Cogeime (1967). Atualmente a educação metodista conta com "seis instituições de nível superior, 31 de educação básica ou suplementar, 13 teológicas, um centro de estudos e pesquisas sobre educação

Woman's Missionary Society; sociedade estadunidense que reunia mulheres metodistas, organizou a primeira instituição de ensino metodista. Contudo o colégio, que contava com recursos vindos da funcionou por menos de um ano. Posteriormente, a Woman's Missionary Society auxiliou financeiramente as escolas metodistas brasileiras. A primeira instituição de ensino metodista a lograr êxito, em solo brasileiro foi o Colégio Piracicabano, no ano de 1881. (PLÁCIDO, 2014).

Das denominações protestantes que contribuíram para que o ethos protestante se disseminassem por meio de instituições escolares, estão os presbiterianos, os metodistas e os batistas, conforme podemos observar no quadro abaixo:

QUADRO 6 – Síntese das Escolas Protestantes Brasileiras fundadas nos séculos XIX e XX

Ano	Instituição de Ensino	Denominação	Local
1869	Colégio Internacional/Instituto Gammon	Presbiteriana	Campinas/SP transferido para Lavras/MG (1893)
1870	Escola Americana de São Paulo	Presbiteriana	São Paulo/SP
1881	Colégio Piracicabano	Metodista	Piracicaba/SP
1889	Instituto Metodista	Metodista	Ribeirão Preto/SP
1890	Instituto Grambery	Metodista	Juiz de Fora/MG
1890	Colégio Americano	Metodista	Porto Alegre/RS
1898	Colégio Americano Taylor Egídio	Batista	Salvador/BA
1902	Colégio Batista Brasileiro	Batista	São Paulo/SP
1902	Colégio Americano Batista	Batista	Recife/PE
1904	Colégio Americano de Pernambuco	Presbiteriana	Recife/PE
1904	Colégio Izabela Henrix	Metodista	Belo Horizonte/MG
1906	Instituto Central do Povo	Metodista	Rio de Janeiro/RJ
1906	Escola Americana Ponte Nova	Presbiteriana	Wagner/BA
1907	Colégio Quinze de Novembro	Presbiteriana	Garanhuns/PE
1907	Colégio Americano Batista de Vitória	Batista	Vitória/ES
1908	Colégio Batista do Rio de Janeiro	Batista	Rio de Janeiro/RJ
1915	Colégio Batista de Campos	Batista	Campos dos Goytacazes/RJ

e metodismo, uma escola de música, um centro cultural e cerca de 100 polos de educação a distância.” (UMESP, 2019).

QUADRO 6 – Síntese das Escolas Protestantes Brasileiras fundadas nos séculos XIX e XX

(conclusão)

1915	Instituto das Artes Práticas de Castro	Presbiteriana	Castro/PR
1918	Instituto Noroeste	Metodista	Birigui/SP
1918	Colégio Batista Mineiro	Batista	Belo Horizonte/MG
1919	Instituto Educacional	Metodista	Passo Fundo/RS
1919	Colégio Americano de Cuiabá	Presbiteriana	Cuiabá/MT
1921	Colégio Bennett	Metodista	Rio de Janeiro/RJ
1921	Colégio Batista Alagoano	Batista	Maceió/AL
1922	Instituto Industrial do Piauí	Batista	Corrente/PI
1922	Colégio Centenário	Metodista	Santa Maria/RS
1923	Instituto Porto Alegre	Metodista	Porto Alegre/RS
1923	Colégio Evangélico	Presbiteriana	Presidente Soares/MG
1928	Instituto José Manoel da Conceição	Presbiteriana	Jandira/SP
1928	Colégio Dois de Julho	Presbiteriana	Salvador/BA

Fonte: Pereira, 2016, p. 59-60

Nota: Dados adaptados pela autora

Podemos observar por meio do gráfico acima o crescimento na implantação das instituições protestantes de 1869 a 1928, que somaram trinta instituições, sendo dez de origem presbiteriana,⁷⁵ onze de origem metodista e nove de origem batista. Cabe também lembrar a origem estadunidense destas denominações, em terras brasileiras. Surge então a questão: Qual a relevância dessa informação? As instituições educativas implantadas nesse período histórico tinham um objetivo comum, que de acordo com Silva (2011) eram "[...] a modificação do país no sentido religioso, mas também político, social e cultural, era a concretização de tal regime, isto é, do Republicano. Esse governo Republicano deveria ser conforme a nação norte-americana". (SILVA, 2011).

Devido a epidemia de febre amarela, que acometeu Campinas no ano de 1892, o Colégio Internacional precisou ser fechado por cinco meses (14/02 a 21/07), sendo reaberto e novamente fechado, devido ao agravamento do surto. Depois de diversas tentativas em reabrir o Colégio, sem sucesso, este foi então transferido para o município de Lavras onde recebeu o nome de Colégio Evangélico, até o ano de 1928, vindo a chamar-se Instituto Gammon, em homenagem a Samuel Gammon, missionário estadunidense que foi um dos diretores do

⁷⁵ Os números e impactos específicos da educação presbiteriana serão abordados no capítulo 3.

Colégio em Campinas. A escola, pioneira da denominação, foi também a primeira iniciativa da Igreja Presbiteriana da Missão Sul dos Estados Unidos em Minas Gerais. (LIMA, 2015).

Além do Instituto Gammon, a instituição mais profícua implantada pela missão Presbiteriana em terras brasileiras foi a Escola Americana de São Paulo, fundada no ano de 1870 e que será analisada posteriormente.

Dada a relevância das escolas de origem estadunidense para o desenvolvimento econômico, no final do século XIX e seu importante papel na sociedade brasileira, por meio das transformações sociais efetuadas, a historização do protestantismo e sua inserção no Brasil, levantando os principais acontecimentos para sua implantação e a das escolas de confissão protestante em nosso País é importante para a história das instituições escolares, uma vez que:

[...] as escolas americanas de fé protestante representavam para as elites paulistas progressistas a possibilidade de um novo locus para a manifestação e experimentação de seus ideários: em primeiro lugar, por ser o protestantismo visto pelas lideranças como versão religiosa dos 'ideais modernos' de que elas se orgulhavam e, em segundo, porque eram escolas organizadas segundo o padrão americano, pólo de atração tanto pelos seus aspectos democráticos quanto por aqueles propriamente. (HILSDORF, 1986, p. 187).

O processo educacional protestante instituiu-se em nível ideológico-cultural e instrumental. Paralelo a tarefa missionária, estava também o objetivo de alcançar por meio da instrução popular a democracia e a liberdade, formando uma potencial liderança para o movimento republicano, moldado pelo modelo político, cultural e educacional estadunidense, uma educação para a liberdade, com ênfase no pragmatismo e voltada para o trabalho e progresso. (MESQUIDA, 1994).

A educação, na perspectiva do protestantismo voltava-se para o indivíduo, no primeiro capítulo deste texto, foi apresentado a ética na perspectiva reformada, esta ética baliza a práxis educativa das escolas protestantes, que valorizam a liberdade, a autonomia e a responsabilidade individual.

A presença protestante em terras brasileiras foi contraditória, pois gerava a divisão dentro da Igreja Católica, em alguns inquietação, fazendo com tentassem impedir a presença dos pertencentes a fé protestante. O próximo tópico tratará dos embates entre catolicismo e protestantismo, a partir dos relatos encontrados na historiografia protestante.

2.3 CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: OS EMBATES ENTRE O CATOLICISMO E O PROTESTANTISMO EM TERRAS BRASILEIRAS

Além das diferenças religiosas e ideológicas entre católicos e protestantes, havia ainda os interesses liberais modernizadores da coroa, da elite e de alguns integrantes do clero na expansão do pensamento liberal, na ampliação comercial e fundiária, no branqueamento da população e, na construção de uma classe média brasileira. Esses interesses fizeram com que as intenções dos contrários a presença protestante não lograssem êxito. (MENDONÇA, 1995; DREHER, 1993).

Pode-se atribuir a origem da resistência católica aos protestantes à encíclica “*Quanta cura*” (DzH 2890-2896) e no compêndio “*Syllabus*” (DzH 2901-2980), ambos promulgados pelo papa Pio IX (1846-1878) em 1864, segundo os quais o protestantismo e as doutrinas religiosas diferentes da doutrina Católica eram considerados inimigas da fé, sendo perigosas e condenáveis, devendo ser combatidas.

Os reais motivos do desconforto gerado pelos protestantes estão assentados nas questões referentes ao poder. Ao aliar-se aos intelectuais liberais positivistas, envolvendo-se em disputas de forças políticas e econômicas, haja vista a amizade desenvolvida por Kalley com o Imperador. Por parte do imperador, este tentou agradar os dois lados, uma vez que seu interesse era manter a máquina burocrática, para essa finalidade, aprovou leis que favoreciam aos protestantes, mantendo ao mesmo tempo os interesses católicos. (ELIAS, 1993).

A animosidade católica fez com que positivistas, maçons, kardecistas e protestantes, que apesar de pensamentos religiosos e doutrinário distintos, se unissem na luta por um Estado laico, democrático, em prol

“[...] dos princípios da democracia, individualismo, igualdade de direitos, liberdade de consciência e de crença, que umas e outras acreditavam veicular, bem como fazer frente comum ao regime monárquico e sua religião oficial. Representantes da mentalidade católico-conservadora, por outro lado, vão opor-se vivamente a essas novas aspirações (BARBANTI, 1977, p. 146-147).

Contribuindo para o pensamento antiprottestante estavam os textos publicados por alguns missionários estrangeiros, que denunciavam os abusos da Igreja Católica e da sociedade, opondo-se ao abuso de poder do clero, ao proselitismo, e a prática desumana de escravidão de seres humanos, mas sem um projeto de emancipação política, ou humana. (BARBOSA, 2002).

Reily registra que a situação dos missionários protestantes em solo brasileiro, especialmente dos estadunidenses vindos do norte era difícil, pois estes eram contrários à escravidão, mas tinham dificuldades de posicionar-se, por conta das denúncias dos líderes religiosos católicos, citando como exemplo os documentos do padre Luiz Santos, em resposta ao relatório do missionário metodista Justin Spaulding, no qual demonstrava sua preocupação à situação do tráfico de escravos e aos subornos recebidos pelas autoridades e magistrados, continuassem a trafegar. Ao que o padre reagiu dizendo ser os objetivos metodistas “descatolicizar o Brasil” e “emancipar os escravos”, o que no contexto daquele momento histórico comprometia a missão. (REILY, 1993, p. 174).

Simonton menciona em seu diário que nem todos viam a presença protestante com preocupação, dentre os simpatizantes estava que o frade Supervisor do Convento do Rio de Janeiro, que apostava na influência estadunidense para “trazer uma República” e que almejava encontrá-los empunhando a bandeira da República.

Em sua obra “Imigrações e História da Igreja no Brasil”, Martin Dreher (1993) corrobora com a ideia de que o projeto do Estado e das elites brasileiras na implantação liberal modernizador por meio da imigração, era uma via de mão dupla. O protestantismo tinha interesse em se estabelecer e ter liberdade de culto e o Estado criou as condições legais e intelectuais para favorecer a presença protestante no país, por compreender que a religião protestante criaria as condições para a transição à sociedade moderna, uma vez que os países de origem protestante obtiveram maiores progressos sociais e políticas.

A tão sonhada República chegou e, com ela o Governo Provisório, que criou por meio do decreto no 119-A as condições para a separação do Estado da Igreja Católica. De acordo com texto do artigo 4o: “Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas”, deixando, portanto, a Igreja Católica de ser a religião oficial brasileira, abrindo possibilidades para a liberdade de culto e para a tolerância, não fossem, “[...] as pretensões hegemônicas e restauradoras da Igreja, que não tolerava qualquer situação que pudesse abalar seu até então assegurado monopólio religioso sobre a população brasileira.” (CAMURÇA, 2000, p. 97)

Essa postura trouxe desafios aos protestantes, pois já não contavam com a proteção do Estado oferecida pelo regime monárquico e o clero católico brasileiro já não era sujeito ao poder civil, tendo sua própria hierarquia e manifestando-se contrários a liberdade de culto instituiu o que *Ribeiro* (1991, p. 93) denomina de “contra-reforma em casos locais”.

As tensões enfrentadas pelos crise política que vivenciavam os governantes Republicanos, devido aos interesses de grupos diversos e as diversas demandas fez com que fechassem os olhos a violação de direitos. (VIOTTI DA COSTA, 2007).

No período de 1861 o crescimento das igrejas protestantes era notório, o que aumentou a indisposição católica, “os jornais de São Paulo trazem notícias da organização de uma sociedade entre estudantes de direito, com o fim de estudar os preceitos da religião Católica e lutar em sustentação deles contra os erros dos protestantes. (LESSA, 2010, p. 31).

Ribeiro (1991, p. 26-36) registra em sua obra 79 casos de perseguições e violações de direito, mencionando que ainda há muitas outras sem registro. Dentre as violações de direitos registradas, mencionaremos algumas para as quais houveram convivência, ou omissão das autoridades:

6.º - Acaba de proceder-se à organização da Igreja de S. Fidelis, Estado do Rio, quando, pelas investigações do Padre Capelão, os srs. Victorino Villela, Agostinho Villela e Gabriel Guido, à testa de uma turba de fanáticos, investiram contra o pequeno rebanho evangélico e seu pastor rev. Salomão Gismburg. As autoridades coadjuvaram a selvageria. D. Corina Manhães recebeu uma pedrada na cabeça, caindo sem sentidos e o pastor foi levado preso, sendo detido por nove dias.

11.º - A Igreja Evangélica, em Paraíba do Norte, durante uma reunião noturna, foi apedrejada. Um dos assaltantes foi preso; mas a autoridade interveiu a seu favor e fê-lo para que continuasse a perseguição (Notícia extraída de “O Parahybano” para o “Estandarte” de 14 de janeiro de 1893).

21.º - O sr. Manoel Pereira Lacerda, anunciava o Evangelho, numa casa particular, em Guaraiaba, Estado da Paraíba do Norte, quando o próprio delegado de polícia se apresentou acompanhado por umas quinhentas pessoas, intimando-o a calar-se sob pena de morte. (“Estandarte” de 10 de agosto de 1895).

42.º - Em Caruarú, Pernambuco, a 5 de novembro, quando o sr. José Antonio dos Santos ia com sua esposa e cinco filhos dirigir uma reunião na cidade de Camarão, no meio da estrada em pleno meio dia, foi assaltado por quatro capangas conhecidos, de conhecidos mandantes, e foi morto a facadas, e a esposa, por que gritou, foi espancada. Cena terrível. Houve júri. Os sicários eram conhecidos e os mandantes também. Um deles, o padre, foi ocupar a cadeira de defesa e os sicários foram absolvidos... (da “Província” n.º 251).

43.º - Em Paty, Estado do Rio de Janeiro, faleceu uma senhora adepta da religião evangélica; o padre Leonardo não consentiu que fosse enterrada no cemitério e as autoridades não pugnaram pela justiça. (“Puritano”, 5 de dezembro de 1901).

46.º - Perseguição em S. João Marcos, no distrito de S. Sebastião do Arrozal em 30 de novembro de 1902.

“Indo o rev. Orton em minha companhia, pregar ali o Evangelho, o povo já nos esperava, capitaneado até por autoridades, reuniu-se eu um número de 200 pessoas armadas de cacete, e a maior parte delas embriagadas. Ao apear-mo-nos em frene à casa de negócios do sr. Leão, investiram sobre nós e teríamos sido vítimas, se não fosse ter o mesmo sr. Leão rapidamente nos introduzido dentro de casa e fechado a porta. Comunicado o fato ao governo do Dr. Quintino Bocaiuva,

mandou abrir inquérito sem resultado”. (De uma correspondência do pastor rev. J.M.G. dos Santos).

55.º - O Padre Rocha, em Bonfim, Bahia, de acordo com o capitão Terêncio Dourado resolveram esbulhar os protestantes daquele lugar. Em 2 de setembro de 1903, à frente da força policial atacaram a casa de oração. Quebraram vidros, e janelas; invadiram o recinto, deram tiros. Meteram todos em fuga. (“Puritano”, de 24 de setembro de 1903).

59.º - Em fevereiro de 1904 o pastor Florentino da Silva, estando de serviço em Cesário Alvim, foi acometido por mais de oitocentas pessoas. Foram esbordoados vários crentes, entre outros, o octogenário Joaquim Mendonça. Os evangélicos tiveram de retirar-se com prejuízos avultados. O delegado e vários negociantes foram os mandantes.

74.º - Em fevereiro de 1908, o sr. Luiz Ovidio Firmo e seu sobrinho, foram des-humanamente espancados no lugar chamado Frade-Alto, em Macambú, Estado do Rio, ficando estendidos na estrada como mortos. Os mandantes eram autoridades policiais. (D’ “A Lyra” de Macaé dessa data).

Nesse período, houveram ainda destruição de bíblias e literatura evangélica, invasão e destruição de templos, casas e locais de culto, em diversos locais do país, sendo um caso curioso o de São José do Calçado, em que a destruição e incêndio do templo protestante foi chefiado pelo sub delegado, que pousou para fotografia no momento da ação.

Contrário às expectativas, as dificuldades impostas pela omissão e participação de alguns líderes regionais e clericais em ações anti-protestantes, o saldo da violência praticada contra estes cooperou para seu crescimento, uma vez que

[...] os protestantes, na maioria dos casos souberam defender-se, e se beneficiaram a curto, médio e longo prazo, com o sentimento de fair play daquela parte da população que reage à maldade, à intolerância e à perseguição religiosa pondo-se do lado das vítimas; ao terminar a Primeira República, verifica-se que foi grande o crescimento dos evangélicos (RIBEIRO, 1991. p. 25).

O impacto da intolerância foi o despertar para as ações evangelizadoras da população, quanto mais reprimidos, maior a ênfase na proposição de uma transformação dos costumes da sociedade brasileira, tanto moral quanto ética, apontando para a necessidade de transformações sociais e econômicas que permitiriam a ascensão social e o desenvolvimento, construindo sua identidade religiosa. Esse discurso atraiu tanto as camadas populares quanto a elite, colocando em evidência suas instituições e, paralelamente cresceram suas escolas, seminários, hospitais, sociedades bíblicas, editoras e publicações (SANTOS, 2006).⁷⁶

⁷⁶ De acordo com dados coletados para o artigo "A Institucionalização e a expansão da Escola Americana de São Paulo e sua influência na Educação Brasileira", que será apresentado no XV EDUCERE, a partir dos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizado no ano de 2010, o segmento evangélico que em 2000 era de 15,4% da população, no ano de 2010 representava 22,2% da população,

No que tange a educação, esta também foi palco da disputa de poder entre católicos e protestantes, a práxis pedagógica e a ideologia eram muito diferentes e ambas tinham interesse em influenciar as elites. Ao perceber a possibilidade de perder a hegemonia no Brasil, a Igreja Católica também se utilizou da educação e ensino para atingir as classes dominantes, moldando nas escolas as mentes desses jovens. (VILAS-BÔAS, 2000).

Rodrigues (2013) menciona que na cidade de Lavras, os missionários estadunidenses que se transferiram de Campinas, para implantar a Escola Agrícola foram hostilizados pelas camadas populares, instigadas pelos padres católicos. Em contrapartida, suas propostas educacionais diferenciadas e as tecnologias inovadoras atraíram a atenção da elite lavrense, que vislumbrava uma educação de qualidade para seus filhos, despertando também o interesse do Estado.

Belo (2019) também menciona que nos anos de 1900, a cidade de Garanhuns possuía três colégios, sendo dois dirigidos pelo clero católico (um para meninos e outro para meninas) e o colégio XV de Novembro, dirigido por estadunidenses, de origem protestante, sendo a educação um campo de disputa por hegemonia e poder. A campanha para denegrir os protestantes, o colégio XV e os pais que matriculavam seus filhos na instituição era ostensiva, sendo utilizado do jornal da cidade pelo clero católico para tal finalidade. Dentre as menções no referido jornal estão as acusações de que os pais que matriculavam seus filhos no colégio eram criminosos, desobedientes, imorais, antipatriotas e ameaçados de excomunhão.

Na região mato-grossense, embora os estudos bíblicos tivessem iniciado por um pregador leigo, no ano de 1889, na cidade de Cuiabá, sendo os primeiros membros recebidos oficialmente no ano de 1914 pelo Reverendo Franklin Graham, somente no ano de 1915 a Brazil Mission, a South Brazil Mission enviou o primeiro pastor para o campo, o brasileiro Phillippe Landes, que assumiu o púlpito, escrevia para o periódico liberal '*O Matto Grosso*' e atuava como docente. Apesar do interesse do grupo de protestantes que residiam em Cuiabá, a instalação da Igreja também passou por disputas, o que de acordo com Freitas (2013) atribuíase ao movimento anticlerical.

A principal arena de debates religiosos e ideológicos entre o pastor, no periódico '*O Matto Grosso*' e os representantes católicos, no periódico '*A Cruz*'. Cuidando em não pessoalizar os debates, Landes tornou-se conhecido por sua capacidade intelectual, resultando “[...] num efeito colateral bem adverso para os católicos, pois, ao invés de afastar leitores do protestantismo, produziu maior fascínio pela causa reformada, a ponto de Landes ter ficado representando um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas. (IBGE, 2016).

'bem conhecido em todo o Estado e não precisava mais de cartas de apresentação'." (LANDES *apud* FREITAS, 2013, p. 37).

Como resposta a simpatia da população cuiabana, alcançada pelos debates, o clericalismo proibiu a circulação do periódico, ao que Landes respondeu fundando a 'Penna Evangélica'.

Essa situação de ataques às escolas com ideários diferentes dos católicos, por meio da imprensa também ocorreu em Pernambuco. O pároco Odilon Alves Pedrosa também se utilizou da imprensa local para atacar aos protestantes, espíritas, maçons e as escolas laicas. (VIEIRA; AGUIAR, 2018).

Saviani (2007) pondera que a razão dessas discordâncias e conflitos foram geradas nos movimentos da Reforma Protestante e da Contrarreforma católica, sendo que os ideais implantados nesses dois momentos históricos interferiram nas concepções de educação praticadas por ambos os grupos. No próximo capítulo trataremos de como os estadunidenses, de origem protestante auxiliaram no desenvolvimento paulista, por meio de sua práxis educativa.

CAPÍTULO 3

A INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E PAULISTA

Reconstituir o passado de uma instituição escolar, observando seus aspectos normativos e as adequações de seus gestores as políticas periféricas e centrais e a apreensão das articulações da vivência escolar com os ideais de seus fundadores e as relações estabelecidas com a comunidade, permite compreender como se perpetuam suas bases. (WERLE, 2004).

Para alcançar essa compreensão, nesse capítulo, analisaremos o modelo educacional que norteou a prática educativa da Escola Americana de São Paulo, investigaremos o processo de criação e instalação da escola, o espaço físico que ocupa e os elementos que compõe sua práxis educativa, bem como a origem social da clientela escolar, tentando compreender sua importância para a educação brasileira.

As transformações sociais e econômicas advindas das Guerras que marcaram o final do século XVIII e o início do século XIX, bem como a queda da monarquia, dando lugar a República ocasionaram "um verdadeiro cataclismo em uma sociedade agrária por meios puramente econômicos." (HOBSBAWN, 2009, p. 230).

Diante da devastação era preciso resolver a crise moral e política pela qual passavam as nações europeias, modificando as bases culturais e o pensamento, impossibilitando a permanência no estado teológico e metafísico, alcançando o positivo e retomando a ordem. (GIANNOTTI, 1978).

Por meio do panorama traçado sobre a relação Igreja e Estado, foi possível observar que as ideias positivistas, gestados no regime monárquico, estiveram intrinsecamente relacionadas ao ideário republicano. Por este motivo, acredita-se ser salutar abordar o ideário positivista e suas ideias educacionais, a luz do materialismo histórico dialético.

O principal defensor positivista foi Augusto Comte (1798-1857), considerado como o pai do positivismo, apregoava a necessidade de novos valores morais, capazes e gerar harmonia entre os operários e os burgueses, gerando assim a solidariedade, visando sempre o bem público.

Para Comte os fenômenos sujeitam-se as leis naturais, sendo as causas (primeiras ou finais) inacessíveis e vazias de sentido, portanto, o relevante são as relações entre as coisas.

De acordo com ele era preciso desenvolver o conhecimento positivo, sendo isso possível somente a partir das leis da coexistência (estática), que permitia ordenar, organizar, explicar e relacionar os fenômenos e as leis de sucessão (dinâmica) que concluiria o progresso a partir da evolução do conhecimento construído. (COMTE, 1978).

Somente após passar pelos estágios históricos, a humanidade tornou-se capaz de abandonar a referência às causas não observáveis, buscando a estabilidade, a organização científica e possibilitando a percepção das reformas possíveis, em busca do consenso. Defendendo a ordem material e uma nova organização das ideias e dos hábitos da sociedade, os positivistas invencionavam que os homens se tornassem adaptados ao progresso desenvolvendo o espírito científico, por meio dos fenômenos naturais e invariáveis, sem se preocupar com os fenômenos sociais. (COMTE, 1978).

Embora o positivismo tenha se preocupado com o desenvolvimento de conhecimentos teóricos, não deu a mesma importância ao sentido desse conhecimento, uma vez que este era desvinculado da prática, aplicabilidade ou funcionalidade. A neutralidade pretendida também não foi uma realidade, uma vez que toda obra humana está arraigada em interesses e ideologias, envolvendo o cientista em míticas. (JAPIASSU, 1975)

Para além da neutralidade está a concepção de educação para a transformação, de base marxista, que busca a superação do paradigma positivista, por meio de uma educação de qualidade aos filhos da classe trabalhadora. A proposta socialista trouxe a preocupação com o modo que as relações sociais são estabelecidas, a partir da produção da vida material na sociedade capitalista.

Marx e Engels não elaboraram uma análise específica da educação e/ou ensino. O foco principal de suas discussões foi desvelar o processo de movimento geral da natureza e da sociedade, procurando não somente “interpretar o mundo de diferentes maneiras”, e sim “transformá-lo.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 103).

Encontramos pontualmente nas obras de Marx e Engels algumas passagens sobre ensino e instrução, que aliadas a suas teses e pressupostos sobre a de sociedade e a luta de classes auxiliam a compreensão do fenômeno educativo.

Dada a importância da educação como instrumento de luta da classe trabalhadora, pela oportunidade que esta oferece de inserção e ação no processo produtivo e administrativo, seria necessário investimento na formação omnilateral (intelectual, corporal e politécnica), harmonizando “[...] trabalho produtivo pago com a educação mental, os exercícios corporais e

a aprendizagem politécnica, elevará a classe operária bem acima do nível das classes burguesa e aristocrática.” (MARX; ENGELS, 1983, p. 60).

Para os autores, o trabalho tem papel fundamental transformação social e no pleno desenvolvimento humano, sendo a produção da satisfação de suas necessidades um ato histórico, sem o qual não é possível “fazer história.” Em sua crítica ao programa de Gotha (1875), ponderam: "O parágrafo sobre as escolas deveria exigir, pelo menos, escolas técnicas (teóricas e práticas), combinadas com a escola primária.” (MARX, 1985, p.27; MARX, 2007).

A medida em que o capitalismo avança, as forças produtivas e também as relações de trabalho e os processos educativos são modificados. Percebe-se que "a educação para o trabalhador não é prioridade para a burguesia”, o que faz com que seja de extrema importância lutar por ela. (LOMBARDI, 2010, p. 237).

Para Engels, a precarização da escolarização da classe trabalhadora ocorria por dois principais fatores: Primeiro pela recusa da burguesia em oportunizar os recursos necessários devido ao medo dos resultados da formação e também da possibilidade que a educação fosse utilizada como disseminadora de ideias subversivas, uma vez que [...] a transformação educativa deveria ocorrer paralelamente à revolução social. (GADOTTI, 1997, p.130). E em segundo, pelas dificuldades dos trabalhadores em perceber a importância da instrução e de usufruir desse benefício, devido ao cansaço imposto pela longa jornada de trabalho.

3.1 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO PAULISTA E A INSTRUÇÃO PÚBLICA

Desde sua origem, São Paulo destacou-se, dentre os principais motivos, o fato de a Vila de São Paulo de Piratininga ser melhor protegida, por localizar-se em uma colina alta, que possibilitava também ampla visão do entorno. Os rios que a banhavam, Tamandateí e Anhangabaú também garantiam segurança e possibilidades de desenvolvimento. (PRADO JÚNIOR, 2012), conforme podemos observar no mapa abaixo, que mostra o litoral da Vila de São Vicente, os rios mencionados e a Vila de São Paulo, bem ao topo.

FIGURA 7: Capitania de São Vicente, de João Teixeira de Albernás, 1631



Fonte: Faria, 2009 *apud* Mapoteca das Relações Exteriores

Conforme já vimos no capítulo 2, devido a extensão territorial brasileira, neste período histórico (1534 a 1548), a colônia era dividida em Capitânicas Hereditárias, entretanto esse sistema administrativo não obteve o resultado desejado, com exceção das capitânicas de Pernambuco e São Vicente.

Tendo sua fundação, no ano de 1554 atribuída aos padres da Companhia de Jesus, logo após fundada a Capitania, Martim Afonso de Sousa dividiu os lotes aos sesmeiros, e providenciou o necessário para que fosse possível torna-la uma vila: “[...] um forte, uma igreja, uma alfândega, a casa da Câmara e a cadeia. Martim Afonso de Sousa nomeou oficiais para a administração judiciária e procedeu à eleição dos vereadores. Dessa forma, compôs-se o primeiro núcleo civil de administração colonial no Brasil”. (FARIA, 2009, p. 18).

FIGURA 8: A fundação de São Paulo, por Oscar Pereira da Silva, 1907



Fonte: Centro de Pesquisa e formação SESC São Paulo

Além dos privilégios legados a região por sua topografia, sua posição geográfica também era privilegiada, pois estava entre Santos e São Vicente e demais jazidas, o que permitiu o crescimento do comércio interno de São Paulo, alimentado pelo aumento da circulação de pessoas, especialmente de bandeirantes, que adentravam os sertões a procura de pedras preciosas, buscando em São Paulo víveres e outros produtos, para continuar sua expedição, o que ampliou a capacidade econômica da Vila, tornando-se em 1709 a sede da Capitania, passando a chamar-se Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, expandindo seu território⁷⁷ e sendo elevada a cidade de São Paulo, contando nesse momento com aproximadamente 3 mil habitantes, ampliando sua participação no comércio transatlântico, investindo na monocultura latifundiária, especialmente na produção da cana de açúcar. (PRADO JÚNIOR, 2011).

Ao final dos anos de 1700, a população de São Paulo era de “aproximadamente 8 mil habitantes”. A cidade de São Paulo adentrou 1800 em franca ascensão, ampliando sua capacidade produtiva “seja produzindo em seus domínios, seja como porto seco como e centro de escoamento de mercadorias manufaturadas e agrícolas.” (PAULA, 2021, p. 24).

O período de 1800 demarca muitas transformações na colônia. Trazendo mudanças à sua economia, por conta de outro produto importante para exportação, demarcando o ciclo do café (1800-1930). A chegada da família real (1808), modificou a estrutura da produção das cidades e a demanda por trabalhadores, ampliando as forças produtivas, especialmente para o trabalho na agricultura, intensificou a exploração da mão de obra escravizada. Nesse período também, extinguiu-se o regime sesmarial (1822).

Em outubro de 1822 nas margens do Rio Ipiranga, localizado na cidade de São Paulo, o monarca D. Pedro I inicia a demanda com a corte portuguesa, para tornar o Brasil

⁷⁷ A Capitania de São Paulo abrangia, além do Estado de São Paulo, os Estados de Minas Gerais e Paraná.

independente de Portugal. Após aclamado Imperador, D. Pedro I torna São Paulo Cidade Imperial (1823). Durante o governo de D. Pedro I, São Paulo experimentou intensas mudanças:

- 1824: criada a primeira biblioteca pública da província.
- 1827: impresso o primeiro jornal da cidade, O Farol Paulistano.
- 1828: Inaugurada a primeira Faculdade de Direito de São Paulo, no Convento de São Francisco.

A faculdade trouxe para a cidade de São Paulo uma nova população, a de professores e estudantes. Essa nova realidade transformou a cidade, pois esses alunos eram os filhos da elite que rumavam à cidade para ampliar seus estudos. Além da necessidade de se ampliar o comércio e as moradias, para dar conta dos novos moradores, a faculdade foi um marco do desenvolvimento intelectual e político paulista e brasileiro. (MARCÍLIO, 2014).

Com relação a instrução pública, o ano de 1824 demarca o regime constitucional no País, um ano antes, reuniu-se a Assembleia Constituinte e Legislativa, para tratar da instrução pública. Na abertura da Assembleia, o Imperador D. Pedro I pronunciou: “Tenho promovido os estudos públicos quanto é possível, porém, necessita-se para isto de uma legislação particular [...], [...] Todas estas coisas [do ensino] devem merecer-vos suma consideração” (MOACYR, 1936, p. 31). Para esse fim nomeou-se a Comissão de Instrução Pública da Assembleia, que se ocupou de discutir a Criação de Universidades.

A referida comissão, depois de muito discutir, decidiu pela criação de duas Universidades, em Olinda e em São Paulo. A respeito da educação popular, decidiu-se em caráter de urgência, reivindicar a instrução popular em nome dos princípios liberais e democráticos,⁷⁸ contudo, a respeito da criação do sistema nacional de educação, não houve avanços.

No ano de 1834, a Lei nº 16, dispunha no “[...] § 2º Sobre instrução publica e estabelecimentos proprios a promovela, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral.” (BRASIL, 1834). Observa-se em tal texto, a preocupação com o ensino superior e a ausência desta no que dizia respeito a educação primária.

⁷⁸Já em 1821, José Bonifácio defendia nas Cortes a necessidade de investimentos na instrução, pois não era possível um governo constitucional à um povo sem instrução. (MOACYR, 1936).

Jones (1998), relata em sua obra “O soldado descansa”, que no início da colonização, poucos imigrantes de origem protestante se dedicaram ao comércio e a indústria, por acharem atividades desonestas, contudo, Guzzi (1996) e Aguiar (2009) discordam, pontuando ser estas atividades as de preferência desses imigrantes. Seguindo a lógica capitalista, alguns estadunidenses dedicaram-se ao empréstimo de dinheiro a juros, exigindo hipotecas como seguro das dívidas, aumentando seu capital.

Diante de eventuais dificuldades agrícolas dos devedores, muitos norte-americanos prosperaram rapidamente durante os anos de 1890 recebendo e comercializando terras, casas, maquinismos ou plantações. Em outras situações, quando seus empréstimos eram pagos, eles lucravam com os juros cobrados nos valores iniciais. (ZORZETTO, 2000, p. 130).

De acordo com Nascimento (2009), o ciclo do café tornou-se intenso, trazendo a escassez de mão de obra para a lavoura, sendo que a proibição do tráfico de escravos sobrecarregou ainda mais o sistema produtivo, tornando necessário repensar e ampliar a mão de obra, os primeiros imigrantes começaram a ocupar os espaços nas lavouras. Segundo Nascimento (2009, p. 72):

Antevendo o escasseamento da mão-de-obra escrava, o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, proprietário da fazenda Ibicaba, situada no município de Cordeirópolis-SP (na época pertencia ao município de Limeira), em 1841, promoveu a vinda de um grupo de 70 famílias portuguesas para trabalharem na lavoura canavieira. Devido às condições rudes e primitivas oferecidas aos por trabalhadores portugueses, as famílias abandonaram a fazenda e, em 1847, somente sete famílias permaneciam. Apesar desta primeira experiência frustrada, em 1847, o Senador Vergueiro trouxe outro grupo de 64 famílias alemãs, num total de 432 pessoas, para trabalharem com um contrato de parceria, ao lado dos escravos, na lavoura cafeeira.

Esse movimento cafeeiro trouxe a construção de ferrovias e a modernização, permitindo a formação das primeiras grandes empresas.

Os primeiros imigrantes trabalharam ao lado dos escravos e seus contratos se deram por meio da parceria entre cafeicultores e os imigrantes. Nesse sistema de contrato, as terras permaneciam sendo propriedade do dono da fazenda e este pagava aos imigrantes suas despesas de viagem, ferramentas e era o responsável pela venda do produto, assim sendo, a maior parte dos lucros do trabalho do colono ficava com o dono da fazenda. (BASSETTO, 1982; HOLLOWAY, 1984).

No ano de 1850, para resolver a situação dos posseiros e das oligarquias rurais no País, gerada pela ausência de leis após o rompimento com o regime das sesmarias, foi sancionada a

lei nº 601, denominada de Lei das Terras.⁷⁹ A referida lei dispunha sobre as terras devolutas no Império, foi uma iniciativa de resolver as demandas fundiárias que se instalaram nos praticamente 28 anos da ausência de lei. Entretanto, ela foi "talhada sob medida pelos figurinos dos novos senhores do Império e mais tarde senhores da República -os latifundiários dos cafezais de São Paulo", uma vez que o preço das terras tornava impossível a compra destas pelos lavradores. que preparavam o ingresso dos imigrantes. (GUIMARÃES, 1981).

Conforme já mencionado, a exemplo do Senador Nicolau, os latifundiários paulistas avistavam o fim da escravidão e precisavam se preparar para ela, cabe ressaltar que o Estado de São Paulo foi um dos primeiros a interessar-se na mão de obra imigrante, desenvolvendo um programa de auxílio à introdução destes, principalmente o oeste paulista. (BASSETTO, 1982; HOLLOWAY, 1984, CLARK, 1998).

No que dizia respeito à instrução pública, na década de 1850, a corte aprovou a Reforma de Couto Ferraz (Decreto no 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854), regulamentando a instrução primária e o ensino secundário, gratuitos e para ambos os gêneros e obrigatória, incluindo o ensino das mulheres sendo vedado este direito aos escravos, sendo que os negros libertos tinham o direito de frequentar as escolas profissionais, agrícolas ou de artífices. Entretanto, a instrução pública não mobilizava o interesse dos pais. (GOUVÊA, 2007).

Com relação às questões de trabalho, o sistema de parceria perdurou até os anos de 1860, mas riscos do contrato de parceria e as desconfianças por ele geradas fez com que esse fosse extinto, passando-se a adotar o sistema assalariado. Contudo, uma vez que o colono, por trabalhar ao lado dos escravos, tinham praticamente em sistema de trabalho escravo, o Governo Paulista responsabilizou-se pela contratação de imigrantes para providenciar a solução à produção cafeeira, ao que Nascimento (2009, p. 63) pondera: "[...] Cabe ressaltar que em nenhum momento foi cogitado ou proposto como solução para a falta de mão-de-obra a promoção dos ex-escravos ou dos brasileiros sem propriedades materiais e sem formação profissional, sendo a maioria analfabeta", deixando-os à margem do sistema produtivo.

O crescimento populacional, político, econômico e intelectual da cidade trouxe uma nova mentalidade e também a modernização de São Paulo, para aligeirar o escoamento da produção, tornou necessário a instalação das linhas férreas. A construção da Estrada de Ferro

⁷⁹ A Lei das Terras foi assinada pelo Imperador em 18 de setembro de 1850, foi assinada alguns dias depois da lei que proibia o tráfico de escravos nas terras brasileiras. A Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850, mais conhecida como Eusébio de Queiroz. Ambas as leis podem ser conferidas na íntegra no site <http://www.planalto.gov.br/>.

São Paulo Railway Company, teve início no ano de 1860, com subsídios do capital inglês, sendo inaugurada sete anos depois.

A economia cafeeira produziu as condições para gerar seu capital, o crescimento do mercado do café trazia o crescimento das ferrovias e vice-versa, permitindo o nascimento da grande indústria, beneficiando-se do crescimento do mercado interno, proveniente do processo de imigração. (SILVA; TOSI, 2020). O quadro abaixo demonstra o movimento migratório dos estadunidenses para o Brasil.

QUADRO 7 – Da imigração norte-americana nos anos de 1865 A 1869

Colônia	Data de estabelecimento	Líderes	No de colonos	Estado Precedente	Embarcação
Santarém (Pará)	1867/68	Major Lansford W. Hastings	109/200	Alabama, Tennessee	"Red Gauntlet", "South America"
Juparanã (Linhares - Espírito Santo)	1867	General Charles G. Gunther	400/200	Alabama	"Marmion"
Cidade do Rio de Janeiro e arredores	1867	-	200	-	-
Lizzieland (Vale do Ribeira - São Paulo)	1867	Reverendo Ballard Dunn	150	Louisiana	"Derby"
Xiririca (Vale do Ribeira - São Paulo)	1867	James McFadden Gaston	7	Texas	"Derby", "North America"
Juquiá (Vale do Ribeira - São Paulo)	1866/1867	Major Frank McMullen e William Bowen	-	Texas	"North America"
Santa Bárbara/Americana (São Paulo)	1865 1867	Major Robert Meriwether W. Norris e Robert Norris	800	Alabama e outros	"Tartar", "Marmion", etc
Baía de Paranaguá (Paraná)	1866	Coronel M. S. Swain e H. Lane	400	Louisiana, Missouri	-
Rio das Velhas (Minas Gerais)	1867	-	100	-	-
Bahia	1867	-	100	-	-
Pernambuco	1867	-	70	-	-

Fonte: Oliveira (1981, p. 111)

Observamos que a região sudeste recebeu o número mais significativo. A situação da elite sulista após a Guerra da Secessão se tornou difícil, a perda do status quo fez com que a

situação ficasse insustentável, levando-os a buscar alternativas de migração para outros países. O panorama encontrado no Brasil, com possibilidades de se estabelecer e prosperar, investindo na compra de terras para as atividades agrícolas, uma vez que o solo era de boa qualidade, a possibilidade de estabelecerem colônias, a tolerância religiosa e os ideais liberais fizeram com que nosso País se tornasse interessante (CLARK, 1998).

A vinda dos imigrantes estadunidenses era oportuna para o governo e para a elite brasileira que vislumbrava o acesso ao progresso intelectual, as tecnologias agrícolas que esses imigrantes confederados trariam, uma vez que suas técnicas permitiam aproveitamento de terras improdutivas.

A tentativa de estabelecer colônias foi frustrada, entretanto, os estadunidenses instalaram-se na região de São Paulo, em Campinas, Santa Bárbara do Oeste e Americana, fundando comunidades próximas entre si, sendo que “essas comunidades foram importantes para a aproximação das famílias, como meio de conservar suas tradições, costumes e valores, inclusive com a instalação das primeiras escolas rurais” (CLARK, 1998, p. 163).

O número de imigrantes que aqui chegaram não foi tão expressivo quanto se esperava, mas mesmo assim, estes influenciaram a economia, a educação e a política brasileira e, mesmo tendo um bom relacionamento com o Império, auxiliaram a gestação do novo regime. As escolas fundadas pelos protestantes a partir do ano de 1870, na Província de São Paulo formaram membros de famílias da elite, que se tornaram líderes republicanos.

Para os republicanos paulistas, a expressão maior da novidade, do que era moderno e civilizado vinculava-se aos Estados Unidos da América. A escola era vista neste período como o instrumento pelo esse ideal de homem poderia ser alcançado, o que só seria possível a partir da queda do regime monárquico. Como pode-se observar, “[...] O combate à Monarquia que culminou com a Proclamação da República, em 1889, fora iniciado em anos anteriores, já aos primeiros sinais da crise que assolou o poder imperial no Brasil, fazendo emergir tensões de toda ordem. (LEAL, 2020, p. 41).

Nas primeiras décadas da República brasileira houveram muitas movimentações no que diz respeito a educação, especialmente no período que abrange a Primeira República (1889-1920).⁸⁰

A Instrução Pública Republicana foi pensada para viabilizar o progresso e possibilitar a ascensão social, por este motivo a partir das diferentes classes sociais, sendo legado às

80 Saviani (2011) subdivide a história da educação pública brasileira em três períodos, ponderando que as primeiras décadas (1890 a 1931), havia forte influência do ideário iluminista.

classes populares o ensino profissional e técnico e às elites, no ensino superior ocupar-se-iam dos estudos das letras e das ciências. (HILSDORF, 2003).

A respeito da Educação, o Decreto nº 7 de 20 de novembro de 1889, que dispõe sobre as responsabilidades e atribuições dos Governadores dos Estados, atribui no segundo parágrafo de seu segundo artigo que estes deveriam “[...] providenciar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promove-la em todos os seus grãos. (BRASIL, 1989).

Para dar conta de promover a instrução pública nos diferentes níveis de ensino, utilizava-se de alguns conceitos amplamente difundidos pela elite republicana paulista, como civismo, civilidade. Em sua obra, o Processo Civilizador: Uma história dos costumes, Norbert Elias (1990) pondera que a “civilização humana não se completou ainda” sendo que “esse movimento esclarecido de reforma, socialmente crítico, é sempre o mesmo: que o aprimoramento das instituições, da educação e da lei será realizado pelo aumento dos conhecimentos”. (ELIAS, 1990, p. 58).

Cabe ressaltar que “[...] O conceito de progresso, no viés liberal, está diretamente associado à ideia de crescimento econômico, de modernização da força de trabalho e dos meios de produção, da igualdade jurídico-institucional e de uma organização social capaz de garantir o direito à propriedade e o bem geral da população. (TORRES, 2019, p. 53).

A fertilidade das terras fez com que no ano de 1873 “desenvolvimento que tem tido a lavoura em seu Município, principalmente na cultura do algodão, café, cana de assucar e fumo tem sido extraordinário, desde a vinda dos imigrantes norte-americanos...” (Almanak da Província de São Paulo, 1985, p. 465-466).

No ano de 1876, São Paulo experimentou um significativo aumento no número de habitantes, segundo Azevedo (1963), dos 30.567 imigrantes que deram entrada no País, 1.303 dirigiram-se à São Paulo. Dado o intenso processo migratório para a cidade, no ano de 1881, instalou-se na cidade o serviço de imigração. Com a abolição da escravatura e a necessidade de mão de obra qualificada, o fluxo de imigrantes sofreu novo aumento, ingressando no País 133.253 imigrantes, sendo 91.826, em São Paulo. (AZEVEDO, 1963).

Modernizar o País para alcançar os ideais liberais era urgente e a instrução do povo era primordial para se alcançar os objetivos de desenvolvimento nacional, o que a colocou em discussão. Nesse contexto, Carlos Leôncio de Carvalho iniciou seu projeto de reforma. Em seu relatório, à Assembleia Legislativa no ano de 1878, ponderou:

A instrução constitui elemento vital das sociedades modernas; ela é a primeira condição de qualquer progresso material e moral, porque ela é sua luz como a liberdade é sua atmosfera. Todas as instituições dela dependem, pelo jogo regular de seu mecanismo, sobretudo aquelas que estão ligadas de um modo imediato e essencial à vida política e social das nações; porque, à medida que cresce seu fundo científico, os povos descobrem novos horizontes e marcham mais seguramente em busca de seu ideal de perfectibilidade, reformando o presente, preparando o futuro e melhorando cada vez mais as condições de sua existência. (CARVALHO, *apud* ALMEIDA, 1989, p. 182).

A emergência das ações dava-se devido aos dados registrados a respeito da instrução, que indicavam números alarmantes com relação ao analfabetismo. De acordo com Valdemarin, no ano de 1877,

[...] os relatórios oficiais apontam que, de uma população livre de 6.858.594 habitantes, sabem ler e escrever apenas 1.563.078. O número de escolas primárias era 70% inferior ao minimamente desejável. O ensino secundário restringia-se a aulas avulsas com exceção de poucos colégios, e de poucos cursos superiores que, mal aparelhados, atendiam à pequena parcela da população que buscava o título de bacharel, menos pela profissionalização e mais pela reafirmação dos privilégios por ele possibilitados. (VALDEMARIN, 2000, p. 62).

Na década de 1870 a cidade de São Paulo era a mais próspera do Brasil, devido a produção cafeeira, trazida pelos imigrantes italianos, que crescia constantemente, representando 65% das exportações do período de meados de 1800 a 1900, sendo que as ferrovias também se expandiam, acompanhavam seu ritmo. (MALIN, 1996). Dizia o jornal New York Times sobre São Paulo:

A Província de São Paulo é o jardim do Brasil. O clima propicia o crescimento de homens dinâmicos e a Província e o povo estão muito à frente do restante do país. O desenvolvimento dos extraordinários recursos da Província - ou Estado, como agora deve ser chamado - está em pleno andamento... Os lucros do comércio na Província de São Paulo em 1888 não são igualados por qualquer outra região da Terra. Nenhum outro país do mundo, com uma população de apenas um milhão e meio de habitantes, jamais alcançou tamanho grau de prosperidade. (MATOS, 2008, p. 69).

O processo de urbanização trouxe crescimento populacional e material à província de São Paulo e, conseqüentemente ao País. Isso se deve ao deslocamento do centro de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro para São Paulo, sendo o desenvolvimento da industrialização do café no Oeste paulista o grande responsável.

O desenvolvimento do capitalismo, o afluxo de capitais em busca de melhores investimentos, o crescimento das cidades e do consumo da população urbana na Europa e Estados Unidos, o grande volume de emigrantes que partiam em busca de melhores condições de vida, a revolução nos meios de transporte e comunicação (estradas de ferro, navios a vapor e telégrafo), certamente explicam o nível mais

elevado da integração mundial nas relações comerciais e seus reflexos imediatos nos países periféricos, que atendiam as demandas dos países centrais. (HOBSBAWM, 1996).

Dentre os primeiros empreendimentos industriais paulistas as que detinham maior investimento eram as metalmeccânicas,⁸¹ por serem responsáveis por produzir os equipamentos para as lavouras e demais indústrias e também para as estradas de ferro e centrais elétricas; também haviam as indústrias de máquinas equipamentos, que exportavam produtos primários; as de construção, como olarias, cerâmicas, serrarias e de móveis; as demais eram pequenas indústrias que alimentavam a moda, como tecelagens, fábricas de chapéus e de luvas. (MELLO JUNIOR; TSAN HU, 2021). A tabela abaixo demonstra o desenvolvimento fabril paulista que compreende o período de 1800 a 1901.

TABELA 1: Número de indústrias na cidade de São Paulo

PERÍODO (ANOS)	NÚMERO DE INDÚSTRIAS
Antes de 1880	16
De 1880 a 1889	16
De 1890 a 1894	21
De 1895 a 1901	39

Fonte: Mello Júnior; Tsan Hu (2021, p. 36) apud Petrone (1955).

Podemos observar um crescimento gradativo e pouco expressivo no período que compreende a instalação fabril paulista, até o ano de 1889 não houve crescimentos das indústrias, no período de 1890 a 1894 o aumento foi pouco expressivo, contudo, no período que compreende 1895 a 1901, o número de indústrias acresceu em 23 indústrias. Esse crescimento fez com que o parque industrial de São Paulo se consolidasse nas regiões do Brás, Mooca e Belenzinho.

A presença de um grande número de imigrantes em São Paulo auxiliou seu desenvolvimento industrial, registra-se que no período de 1890 a 1920 os estrangeiros residentes na cidade representavam 35,69% da população.

A extinção do trabalho escravo e o grande fluxo de imigrantes ingressando no País, alterou seu cenário em nível internacional e nacional, pois apesar da continuidade das atividades primário-exportadoras, de origem extrativista e agrícolas, foi preciso repensar o

⁸¹ No período de 1823 a 1918, instalaram-se em São Paulo 19 indústrias, sendo elas: Haupt & Cia (1823), Cia. Mecân. Importadora (1890), Metalúrgica Ruegger (1895), Oficina Craig Ltda (1896), Naschold (1897), Vagnotti & Cia (1900), Carlos Bonfati (1905), Ind. Mecânica Cavallari (1905), José Dapice (1910), Bardella Ind. Mecânicas (1911), Puccetti & Cia (1915), Martins Barros (1911-1916), Mario Babbini & Irmão (1916), B. Penteado (1916), Henrique Grassmann F. (1917), Fundação Progresso (1917), Pirie & Villares (1918), L. Silva & Cia. Ltda. (1918), Lilla & Irmãos (1918). (MARNÓ, 2012).

abastecimento interno ligados a importação. Para sanar as dificuldades impostas pelo trabalho assalariado, elevaram-se as taxas aduaneiras. Com relação ao Estado de São Paulo, a região de Campinas desenvolveu-se a partir da produção da cana-de-açúcar, ampliando-a. (NASCIMENTO, 2009). A região do Vale do Paraíba desenvolveu-se a partir da pecuária e cafeicultura, sendo que

[...] A expansão da produção cafeeira, em especial no interior de São Paulo, gerou um novo dinamismo na economia da província e do país, resultando no deslocamento do centro econômico da região nordeste para o sudeste, pondo fim à hegemonia que aquela região mantinha desde o início do período colonial. No entanto, o poder político não acompanhava a velocidade das mudanças da economia, de forma que, até o fim do Império, o poder político manteve-se atado aos barões ligados à produção canavieira. (NASCIMENTO, 2009, p. 66).

Nos anos de 1900 a cidade já tinha transporte coletivo urbano, que se fazia por meio de bondes elétricos, que devido ao alto custo de energia foram substituídos pelos ônibus, na década de 1940 já haviam em São Paulo “3 mil ônibus e 500 bondes elétricos. Havia também 30 mil carros e o problema com estacionamentos já era uma realidade, levando a cidade a investir nas linhas de metrô”. (FRAGOSO; DANTAS, 2021, p. 61).

O Decreto no 7-B, de 21 de dezembro de 1889, proclamado pelo Governo Provisório estabeleceu o processo eleitoral para senadores e deputados, dada a urgência de se organizar o País de acordo com os ideais da República, ficou estabelecido a necessidade de rapidez para que a Constituinte pudesse ter início. Para que fosse possível discutir a nova constituição, conforme pode-se aferir abaixo, na transcrição do texto do Decreto. (BRASIL, 1890):

Art. 1º No dia 15 de setembro de 1890 se celebrará em toda a Republica á eleição geral para a Assembléia Constituinte, a qual compor-se-ha de uma só camara, cujos membros serão eleitos por escrutinio de lista em cada um dos Estados.

Art. 2º A Assembléia Constituinte reunir-se-ha dous mezes depois na Capital da Republica.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

O aligeiramento da construção do texto da constituinte deu-se também devido à falta de aptidão de Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, legou-lhe opositores durante o processo de gestação da constituinte, que intencionavam colocar fim aos atos ditatoriais de Deodoro, tentando inclusive intimidar o Congresso para que Prudente de Moraes não fosse eleito.

Para acelerar os trabalhos, nomeou-se um grupo composto por Felisberto Freire, Campos Sales, Tobias Monteiro, Homero Pires e Pedro Calmon, sob a supervisão de Rui

Barbosa que ajustou o projeto, utilizando-se de acréscimos de princípios da Constituição dos Estados Unidos

[...] imprimindo-lhe redação castiça, sóbria e elegante, além de ter melhorado a substância com os acréscimos de princípios da Constituição viva dos EUA, com os resultantes da *construction* da Corte Suprema em matéria de imunidade recíproca (Maryland *versus* Mae Callado, de 1819), de liberdade do comércio interestadual (Brown *versus* Maryland), recursos extraordinários no STF e vários outros. (BALEEIRO, 2012, p. 24).

O autor menciona que a Comissão dos Cinco não se sentia à vontade com a participação de Rui Barbosa, não só contestando sua importância como também confrontaram o texto por eles elaborado com o texto afinal aprovado.

No Estado de São Paulo, o Partido Republicano Paulista, designou Rangel Pestana, Prudente de Moraes e Joaquim de Souza Mursa para compor o Governo Provisório do Estado de São Paulo, sendo nomeado Prudente de Moraes Barros como Governador do Estado. (SECKLER, 1989).

Tão logo assumiu o governo, Prudente de Moraes nomeou Caetano de Campos para dar início a reforma da instrução pública e da escola normal, num processo de ruptura com a tradição humanista do Brasil colonial, inserindo a educação nos princípios positivistas democrático-liberais, expandindo-se por todo o País. A Reforma Paulista apresentou aspectos comuns à Reforma Benjamin Constant que legou a responsabilidade da instrução pública aos estados federados.

O termo, instrução pública, é utilizado para referir-se as iniciativas educativas anteriores ao século XX, devido ao fato de que apesar da normalização dos governos no tocante ao ensino, “[...] pela via legal, os mecanismos de criação, organização e funcionamento de escolas que, por esse aspecto adquiriam o caráter de instrução pública. Mas, de fato, essas escolas continuavam funcionando em espaços privados, a saber, as próprias casas dos professores.” (SAVIANI, 2006, p. 17).

A modernização capitalista dos anos 1900 e suas transformações, trouxe frequentes crises e com elas a necessidade de modificações na gestão dos recursos para produção. Dentre essas crises destacam-se, principalmente no Estado de São Paulo, a da superprodução do café, voltando os olhos para a possibilidade de exportação de açúcar, investindo na agroindústria canavieira, que também enfrentou um desequilíbrio na década de 1920, sendo a crise solucionada devido ao investimento em pesquisas e em equipamentos e em ampliação de terras, fazendo com que o segmento se expandisse rapidamente. (NASCIMENTO, 2009).

A Reforma denominada de Benjamin Constant foi um compêndio de vinte e um Decretos, publicados entre os anos de 1891 a 1891. Os Decretos trataram de diversos assuntos pertinentes a organização da educação.⁸²

Os referidos Decretos estabeleciam as diretrizes educacionais, que abrangiam todos os níveis de ensino, estabelecendo o ensino seriado, ampliando os currículos e tornando-os enciclopédicos, os textos difundiam os ideais do ensino laico, gratuito e livre, mas não obrigatório e destinava-se somente ao Distrito Federal. Mas a Reforma Benjamin Constant não foi somente outra estratégia política, sem compromisso real com a educação e sem apoio das elites, nem tudo foi efetivado. (SCHELBAUER, 1998).

Com relação ao ensino primário sua intenção era a criação do Jardim de Infância (4 a 6 anos de idade), a Escola de 1o grau (7 a 10 anos de idade), a Escola de 2o grau (11 a 14 anos de idade) e Escola de 3o grau (15 a 18 anos de idade). Reformando o ensino normal e da escola primária, sendo que, para este tipo de ensino mandaria construir um novo tipo de prédio (REIS FILHO, 1981).

A respeito da escola normal, intencionava preparar professores para o ensino primário público, compreendendo duas classes, uma feminina e outra masculina. O processo teve início a partir do Decreto no 27 de novembro de 1890, que delimita o período do curso em três anos letivos, constando das disciplinas de: Português, Aritmética, Álgebra, Escrituração Mercantil,

82 Todos os Decretos estão informatizados e podem ser consultados na íntegra no site da Câmara dos Deputados, no endereço eletrônico <https://www2.camara.leg.br>. Eles tratam: da organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (Decreto no 337 A, de 5 de Maio de 1890), da aprovação do regulamento para a Escola Normal da Capital Federal (Decreto no 407, de 17 de maio de 1890 - da aprovação do regulamento *para o* Instituto Nacional dos Cegos (Decreto no 408, de 17 de maio de 1890), da criação do lugar de preparador da 1a cadeira do 1o ano do curso de Ciências Físicas e Naturais da Escola Politécnica (Decreto no 540 A, de 01 de julho de 1890), da criação do Pedagogium (Decreto no 667, de 16 de agosto de 1890), da declaração o modo como deve ser conferido o grau de bacharel nas faculdades de Direito da República (Decreto no 668, de 18 de agosto de 1890), da aprovação do regulamento para a Biblioteca Nacional (Decreto no 856, de 13 de outubro de 1890), da criação do observatório do Rio de Janeiro uma Escola de Astronomia e Engenharia Geográfica (Decreto no 859, de 13 de outubro de 1890), do novo regulamento ao Instituto Nacional de Música (Decreto no 934, de 24 de outubro de 1890), do novo regulamento ao Pedagogium da Capital Federal (Decreto no 980, de 08 de novembro de 1890), da aprovação do regulamento da Instrução primária e secundária do Distrito Federal (Decreto no 981, de 08 de novembro de 1890), da alteração do regulamento da Escola Normal da Capital Federal (Decreto no 982, de 08 de novembro de 1890); da aprovação dos estatutos para a Escola Nacional de Belas-Artes (Decreto no 983, de 08 de novembro de 1890), da supressão da cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos do Recife e de São Paulo (Decreto no 1036 A, de 14 de novembro de 1890), da aprovação dos estatutos da Escola Politécnica (Decreto no 1073, de 22 de novembro de 1890), da aprovação do regulamento para o Ginásio Nacional (Decreto no 1075, de 22 de novembro de 1890), da equiparação dos Ginásios Particulares ao Ginásio Nacional (Decreto no 1232 F, de 02 de janeiro de 1891), da validade dos exames preparatórios realizados naqueles institutos (Decreto no 1232 F, de 02 de janeiro de 1891), da criação do Conselho de Instrução Superior da Capital Federal (Decreto no 1232 G, de 02 de janeiro de 1891), da aprovação do regulamento das instituições de ensino jurídico dependentes do MIPCT (Decreto no 1232 H, de 02 de janeiro de 1891), do regulamento à Escola de Minas de Ouro Preto (Decreto no 1258, de 10 de janeiro de 1891) e da reorganização das faculdades de Medicina do país (Decreto no 1270, de 10 de janeiro de 1891).

Geometria, Biologia, Geografia, Cosmologia, Educação Cívica, Economia Política e Rural, Organização e Direção de Escolas, História do Brasil, Física, Química, Caligrafia, Desenho, Ginástica, Música, Prendas Domésticas (para as mulheres), sendo que para os homens havia as disciplina de Exercícios Militares, Trabalhos Manuais e Exercícios Práticos. (SÃO PAULO, 1890).

Na década de 1920, combater o analfabetismo e organizar o ensino popular ainda eram desafios para a educação e integravam os objetivos da Liga Nacionalista do Brasil. Nesse período repensava-se a educação a partir de sua estrutura interna, disseminando os ideais do modelo liberal de educação estadunidense, importando seus métodos, conteúdos e técnicas “[...] Dewey, Kilpatrick e outros, ganharam força nos anos 20, chegando a direcionar os intelectuais liberais.” O imperialismo econômico e cultural estadunidense adquiriu maior influência, por meio dos empréstimos efetuados por empresas estadunidenses ao Estado brasileiro. (GHIRALDELLI Jr., 1987, p. 30).

No período de 1890 a 1931, o sistema de ensino compreendia organização administrativa e pedagógica e já havia a formulação de diretrizes, normas, inspeção, controle e coordenação de atividades educativas. A orientação para as reformas implantadas na instrução pública paulista era o da “escola americana” e, a educação das classes populares ainda permanecia com suas demandas, limitada aos interesses coronelistas privados. As escolas públicas foram normalizadas, contudo ainda ocupavam espaços privados. As escolas organizavam-se em grupos escolares e escolas normais, com séries anuais e corpo docente. Apesar de organizada a educação primária (grupos escolares), a escola ainda tinha como objetivo formar as elites e a educação das massas populares ainda não era uma preocupação. (SAVIANI, 2011).

Desde o início da trajetória da educação brasileira havia uma estreita relação entre educação e poder, o que não foi modificado com Proclamação da República, o que pode ser observado na Constituição de 1891, na qual o analfabeto permanecia com o direito ao voto vedado.

De acordo com Mendonça (1995), as modificações econômicas impulsionaram as transformações socioculturais no Estado de São Paulo. A fertilidade do solo e o clima ameno permitiram o desenvolvimento da atividade agrícola, sendo que as condições sócio econômicas e políticas favoreciam a ascensão protestante. Essas condições atraíram os missionários protestantes para a região, principalmente dos de origem presbiteriana, investindo na criação de instituições escolares.

Na próxima seção analisaremos, a implantação e consolidação da Escola Americana de São Paulo, primeira instituição profícua implantada por estadunidenses, a contribuição protestante presbiteriana à educação brasileira.⁸³

3.2 A ESCOLA AMERICANA E A PRÁXIS PROTESTANTE

Após chegar ao Brasil e relacionar-se com outros imigrantes, Simonton percebeu a necessidade de investir no desenvolvimento acadêmico brasileiro, para alcançar seu objetivo religioso. Em seu diário, o missionário relata uma conversa com um imigrante de origem estadunidense, o Sr. Eubank, que tinha três filhos, dos quais tornou-se professor, relatando que de tal conversa, sobre a situação da educação brasileira, lhe veio "*[...] o plano de se ter aqui uma escola protestante, de grau elevado, para ingleses e brasileiros que queriam frequentá-la, tem ocupado muito os meus pensamentos ultimamente.*" (SIMONTON, 2002, p. 138).

Ao mencionar a situação brasileira, Simonton referia-se aos altos índices de analfabetismo do País, o que dificultaria a conversão a ascensão social e as ideias liberais de progresso. Diante do quadro, os missionários não pouparam esforços para investir em educação. Poucos meses depois, Simonton relata que após conversar com o irmão James e com o Sr. Eubank, esboçou um prospecto para enviar à missão, solicitando apoio à escola. (SIMONTON, 2002).

Simonton não pode realizar seu projeto educativo, pois faleceu precocemente. Contudo, no ano de 1870, George Whitehill Chamberlain foi designado pela missão para atuar nas cidades do interior e sua esposa, Mary Ann Annesley Chamberlain, tinha formação pedagógica. Recém chegada a São Paulo, Mary Ann iniciou na sala de estar de sua casa, a Escola Americana, que no início atendeu gratuitamente a dois meninos e uma menina.

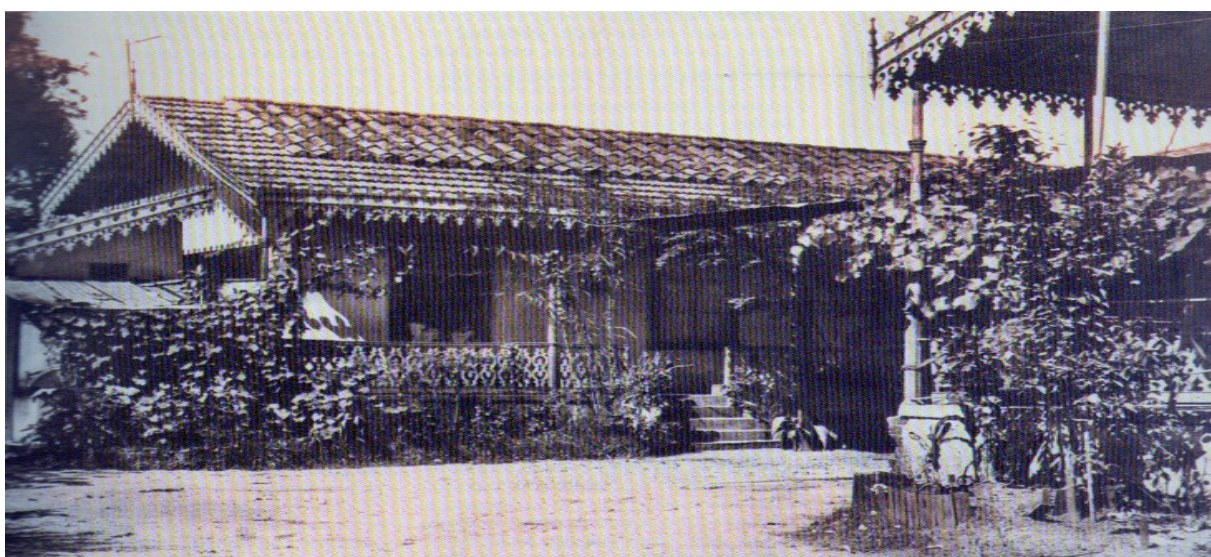
A grande procura fez com que houvesse necessidade de se abrir duas classes mistas, em outro espaço, o que fez com que no ano de 1871 Chamberlain fosse aos Estados Unidos, pela primeira vez, para buscar subsídios para seu projeto educativo. Como resultado, a "*Board of Foreign Mission of the Presbyterian Church*", oficializou a escola, provendo o apoio financeiro necessário para o empreendimento. O sobrado central, ocupado também pela

⁸³ De acordo com os dados estatísticos da Igreja Presbiteriana do Brasil, no ano 1906, a Igreja tinha 6.500 integrantes, espalhados em 77 Igrejas. No ano de 2016, a Igreja tinha 649.510 membros integrantes, espalhados nas 5.068 Igrejas, o que representa um crescimento em número de membros de 9.992,46% e em templos espalhados por todo o território nacional de 6.583,00%. (IPB, 2021).

Igreja e utilizando de sua estrutura, até que no ano seguinte, a missão estadunidense enviou bancos próprios para a educação escolar. Inicialmente a escola tinha 30 meninas e uma lista de espera de mais 12 meninas.

Para obter o apoio da missão, a escola deveria ter como sistema de ensino o sistema estadunidense, no qual a escola deveria ser mista, ou seja, atendendo a ambos os gêneros, respeitando o princípio da liberdade religiosa, política e racial, contemplando em seus currículos a os princípios da moral cristã, de acordo com a Bíblia.

FIGURA 9 - Residência do Casal Chamberlain, onde originou-se a escola



Fonte: *Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie*

De acordo com os princípios da missão estadunidense, o valor cobrado na mensalidade deveria ser o custo das despesas do aluno, acrescentando-se 15% para custear bolsas, sem obter lucros. (HACK, 2000).

A intenção de Chamberlain era alfabetizar crianças excluídas das elites paulistas, ou seja, protestantes, imigrantes e simpáticos aos ideais republicanos, por este motivo, a escola atendia filhos de escravos e também das famílias mais abastadas. (MENDES, 2007).

No projeto de Escola Americana proposto por Chamberlain o programa escolar a ser gradativamente implementado contava com a “*Elementary School*”, o “*Secondary: Junior High School*” e a “*Senior High School*”, preparando para o “*Preparatory Course for College*” e “*Scientific Scholl*”, organização essa, posteriormente assumida no Brasil.⁸⁴

⁸⁴ Os níveis de ensino que gradativamente seriam incorporados tratam-se de: Curso Primário, Curso Secundário: Ginásio, Colégio, Academia e Escola Científica, ou seja, filosofia (na sequência).

Para os missionários estadunidenses, a educação não somente expressa a fé evangélica, mas a expressão de princípios, na qual a religião, política, emancipação (social, política e humana), responsabilidade se interrelacionam. Essas aspirações alicerçadas nas condições encontradas no Brasil delinearam o sonho da expansão missionária por meio das escolas (RAMALHO, 1975).

Os principais alvos das instituições educacionais de cunho missionário eram:

Auxiliar na propagação do evangelho, especialmente entre as classes superiores; preparar os crentes para viverem em um nível econômico mais elevado, o que lhes permitiria sustentar a igreja e exercer maior influência na sociedade; proporcionar um ambiente educacional de nível espiritual e moral mais elevado do que o encontrado nas escolas públicas e católicas; preparar líderes para a igreja; e contribuir de maneira geral para a cultura e o progresso da nação ensinando os alunos a usarem seus recursos de modo mais eficiente. (PIERSON, 1974, p. 31)

Em 1875, o espaço utilizado pela Escola Americana já era pequeno, aliado a isso, o mundo passava por transformações, advindas do processo de industrialização, contudo, as condições da educação brasileira não permitiam que o País alcançasse o ideal de progresso, a menos que houvesse investimentos. Vislumbrando a oportunidade, Chamberlain e Blackford escrevem à junta de Nova Iorque, solicitando apoio para formar mais escolas, tornando-as um ministério da Igreja, a exemplo dos Estados Unidos. (RIBEIRO, 1973).

A solicitação foi atendida e a escola mudou de campus, os recursos enviados pela missão possibilitaram a compra de um terreno e a construção do edifício, o que permitiu que no ano ampliar o atendimento. A igreja funcionava no mesmo prédio. (GARCEZ, 1970).

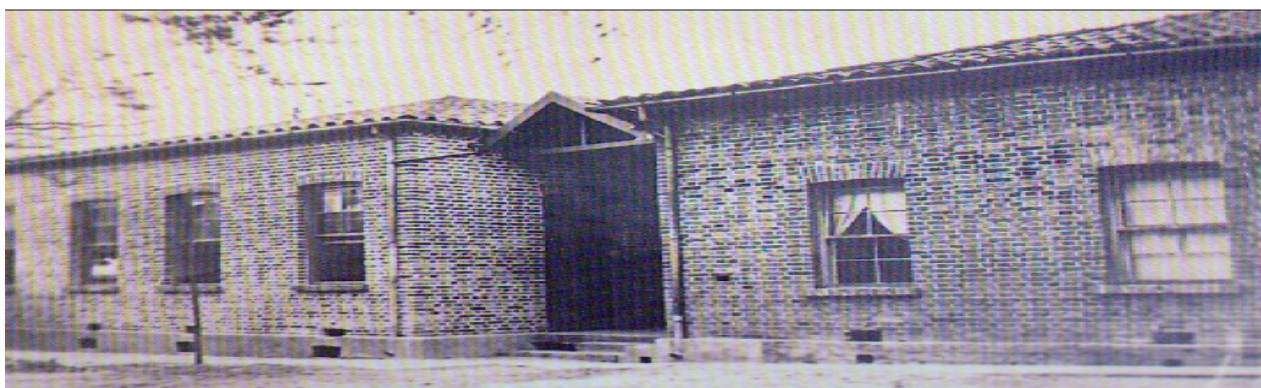
Não obstante o sucesso da escola, Chamberlain preocupava-se com a falta de professores, o que para ele ameaçava a subsistência da escola. Em seu relatório de agosto de 1875, essa preocupação era manifesta:

O problema mais difícil de se resolver na administração de um colégio não é o alcance de grande número de alunos, nem a escolha dos melhores compêndios, nem a aquisição de edifícios adequados, nem tampouco a formação de um curso lógico e atrativo, mas sim obter e conservar um corpo magistral que se dedique com amor ao ensino. A importância e proficiência de uma escola está na razão direta do valor pessoal do professor. (CHAMBERLAIN apud HACH, p. 2000, 91).

A citação acima, nos remete a diversas interpretações, dentre elas, que a escola nesse período já tinha um grande número de alunos, com sua estrutura curricular e didático-pedagógicas bem organizadas, com espaço adequado e sem dificuldades financeiras e também a notória preocupação do missionário com a falta de bons mestres. O que o fez buscar instituir

a Escola Normal para preparar docentes capacitados a acompanhar o desenvolvimento da instituição. A respeito do início da Escola Normal não é consenso entre os autores, mas acreditamos, como *Hack*, que esta deu-se somente dez anos depois, justificamos nosso posicionamento devido aos relatos de crescimento da escola, sendo que a ampliação do ensino primário data deu-se em 1885 (conforme veremos a seguir).

FIGURA 10 - Primeiro Prédio da Escola Americana (1876)



Fonte: *Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie*

No ano de 1877, Chamberlain inaugurou o Jardim de Infância (Kindergarten), para meninos e meninas de 4 a 7 anos, implantado em 1877, utilizando a metodologia de Froebel, buscando a aprendizagem e o desenvolvimento por meio das atividades livres e brincadeiras, preocupando-se em que a escola fosse “um prêmio e não um castigo” (GARCEZ, 2004, p. 95).

FIGURA 11 – Sala de Aula da Escola Americana – Kindergarten



Fonte: *Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie*

De acordo com Chamberlain, a finalidade do Jardim de Infância no sistema Froebel⁸⁵ de ensino era

[...] o desenvolvimento intelectual desde a mais tenra idade, por métodos intuitivos e naturais, tendo sempre em vista as necessidades físicas das crianças, atraindo-as aos conhecimentos e desenvolvimento das faculdades observadoras, sem fadigas, sem desgosto, sem estudos forçados, sem constrangimento dos corpos e sem lágrimas, mas com alegria e contentamento, aprendendo dos próprios brinquedos e alcançando assim os benéficos efeitos da disciplina e do uso dos sentidos. (RAMALHO, 1976, p. 84-85).

Na educação froebeliana, a criança deve ser deixada livre, para encontrar sua natureza, explorando o ambiente para compreender sozinha, de maneira espontânea, o funcionamento de suas habilidades senso-motoras, por meio de uma metodologia natural a partir das atividades práticas, aprendendo dessa maneira a auto disciplinar-se.

No ano de 1879, as instalações da Escola Americana já não comportavam o número de alunos e precisava de mais espaço, para resolver a questão, Chamberlain foi em busca de um novo local e, depois de negociações, adquiriu uma parte da chácara da Baronesa de Antonina.

Em 1884, Chamberlain foi substituído pelo educador estadunidense Horace M. Lane (1837-1912). Neste período, a Escola Americana tornou-se “*Mackenzie College*”. Contando com recursos financeiros provenientes dos EUA para a construção de um edifício portentoso, devido a doação de um norte-americano rico, John Theron Mackenzie, de Nova Iorque (homenageado com o nome do Colégio), nos moldes arquitetônicos dos “*colleges*” americanos. John Theron Mackenzie, por ocasião da doação, insistiu na manutenção da visão de Chamberlain, não perdendo o cunho protestante.

⁸⁵ O alemão Friedrich Froebel (1782-1852), o fundador do jardim de infância tinha fortes vínculos com a religião, o que provavelmente deva-se ao fato de ser filho de um pastor luterano. Sua concepção de ensino, de que as crianças deveriam aprender por meio de atividades de percepção sensorial, da linguagem e do brinquedo, o gozando de liberdade para expressar-se. Por meio da atividade lúdica a criança aprende a relacionar-se com o outro. Para Froebel o jardim de infância, a família e a vivência da religiosidade são essenciais para o desenvolvimento humano. (ARCE, 2002).

FIGURA 12 - Mackenzie: Rua Maria Antonia

Fonte: *Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie*

No ano de 1885, durante a gestão de Lane, a escola expandiu-se, passando a ofertar cursos superiores e a denominar-se Mackenzie College. Seu programa de ensino, incluiu a “*Elementary School*” (curso primário), o “*Junior High School*” (ginásial) e o “*Senior High School*” (colegial). Os relatórios enviados por Lane para a missão entre os anos de 1885 e 1912, ele menciona a adaptação da escola aos métodos para possibilitar a melhor aquisição dos conteúdos estudados, a fim de alcançar uma "educação sólida e prática, fazendo com que um passo logicamente conduza a outro, e que haja entre eles um nexos natural". A escola trabalhava também buscando desenvolver nos alunos os aspectos éticos e morais cristãos, paralelo aos intelectuais e físicos. (*PROTESTANT COLLEGE, 1885, p. 3*).

Assim como nos demais países, a separação entre Igreja e Estado, no caso do Brasil, aliados aos ideais republicanos de progresso, trouxeram tanto a liberdade de culto, como tornou a escola pública laica e possibilitou que a pedagogia de origem estadunidense fosse inserida na educação brasileira.

Dentre as inovações propostas pela instituição, estava o ensino das meninas e também a troca da prática de se decorar pronunciando em voz alta pelo ensino silencioso, introspectivo e intuitivo, eliminando também a prática da escrita sobre gracejos, banindo também o castigo físico. Outra inovação foi o ensino a partir da língua portuguesa, pois a instrução nas escolas privadas era feita a partir da língua francesa, por se julgar tivesse maior prestígio na corte portuguesa.

FIGURA 13 - Prospecto De Divulgação Da Escola Americana



Fonte: *Imprensa Evangélica de 1886*

Havia por parte dos brasileiros interesse no modelo educacional de origem estadunidense, as metodologias, baseada em Comenius, Pestalozzi⁸⁶, Froebel, Herbart⁸⁷ e Spencer⁸⁸ as possibilidades de se transformar o entorno e os valores religiosos, democráticos,

86 O suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746- 1827), de origem protestante, abandonou os estudos em teologia para dedicar-se aos estudos das ciências da natureza. Suas ideias pedagógicas foram influenciadas por Jean Jacques Rousseau e pelo movimento naturalista. Para Pestalozzi a aprendizagem deve partir dos mecanismos mais fáceis e simples, conhecidos e concretos para conceitos complexos, novos e abstratos, aprendendo a partir da prática. A escola deveria ser afetiva, transmitindo segurança, valores e habilidades, com necessidade de um desenvolvimento infantil mais humanista e afetivo, tendo como complemento o apoio familiar. Suas ideias fluem da mesma corrente de pensamento que inclui Johann Friedrich Herbart, Maria Montessori, John Dewey

87 Pioneiro da psicologia experimental, na percepção do educador pragmatista alemão Johann Friedrich Herbart (1776-1841), a educação era uma ciência intelectualista, que deveria orientar a criança a partir do governo, da instrução e da disciplina.

88 O Filósofo inglês, Herbert Spencer (1820–1893), oriundo de família metodista e quaker, mas com tolerância religiosa, foi um grande divulgador da necessidade do ensino das ciências. Acreditava que toda força, ao

exaltando a liberdade e a responsabilidade, bases do liberalismo, convergiam com os interesses da elite progressista paulista, devido ao caráter capitalista “moderno, eficiente e dinâmico” (RAMALHO, 1875, p. 80). O principal objetivo da Escola Americana era:

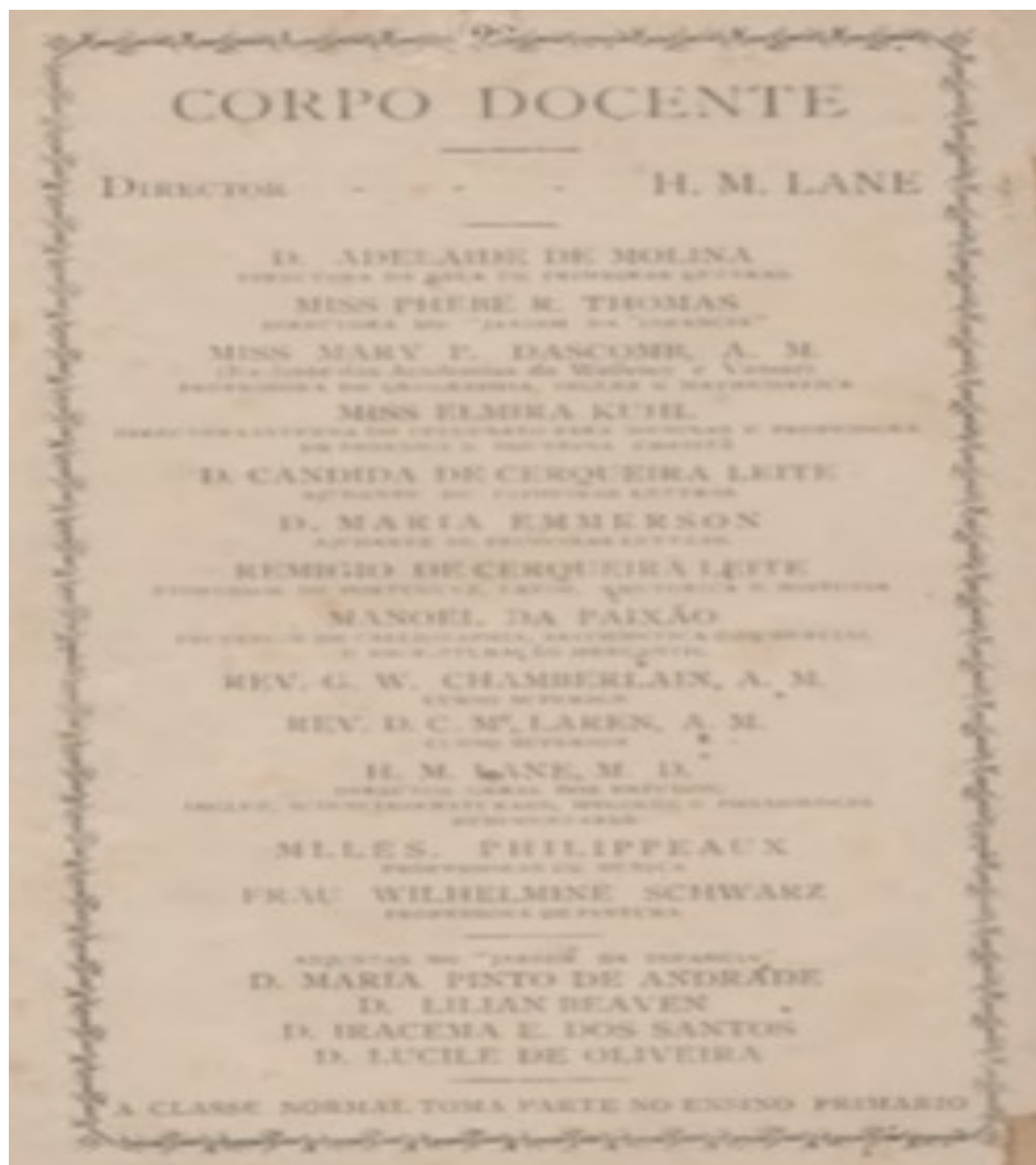
O fim que visamos não é preparar o menino para um ofício, como se faz nos liceus de artes e ofícios, mas sim, educá-lo, conservar-lhe a saúde e desenvolver-lhe as forças físicas, agregando ao ensino formal dos livros o ensino manual que torna o homem completo para a vida prática. Isto desperta independência e atividade pessoal e forma hábitos de ordem e asseio. Desenvolve a atenção, o zelo e a perseverança; exercita a vista, a habilidade de julgar de forma e de tamanho, e dá destreza à mão; dá aos alunos o desenvolvimento físico e o descanso fisiológico da inteligência e o cultivo dos sentidos de que necessitam. O seu valor principal é, pois, educativo e não industrial (ESCOLA AMERICANA, 1904, p. 11).

Dentre as características progressistas, podemos perceber a importância dada ao relacionamento interpessoal (tanto aluno/ aluno quanto professor/aluno), com o estabelecimento de uma prática pedagógica que intencionava formar o homem para a vida, integrando ensino técnico o trabalho manual, preocupando-se com o desenvolvimento e formação integral (intelectual e moral). A prática pedagógica partia do simples ao complexo, oportunizando atividades práticas.

Almeida (2005) ressalta que talvez o mais difícil, diante das realidades impostas a cada instituição escolar, fossem as escolhas realizadas pelos docentes cotidianas, por vezes não havia com quem partilhar dúvidas e aflições vividas. Por esta razão, ela propõe reconstituir historicamente as instituições escolares a partir de histórias de antigos professores, podendo desta forma, resgatar grande parte da história destas instituições escolares. No prospecto de 1895, organizado por Lane podemos observar o corpo docente da instituição.

interagir com outra, deixava de ser homogênea para se tornar heterogênea. Suas ideias alcançaram o Brasil por meio de intelectuais, especialmente Rui Barbosa.

FIGURA 14: Corpo Docente da Escola Americana do Programa e Regulamento, 1885



Fonte: *Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie*

A Escola Americana contava com quatro repartições, sob a direção geral de Lane e, com responsáveis por cada uma delas, sendo todas pensadas como sequência, ou seja, cada uma servia como preparatória para a próxima etapa. Os diretores destas repartições eram: D. Adelaide de Molina (primeiras letras); Miss Phebe R. Thomas (jardim da infância); Miss Elmira Kuhl (internato para meninas e professora de desenho e doutrina cristã); Rev. George W. Chamberlain e Rev D. C. M. Laren (diretores do Curso Superior); Horace Lane (diretor geral e professor de inglês, ciências naturais, higiene e fisiologia rudimentares); Mlles Philippeaux (professora de música); Frau Wilhelmine Schwarz (professora de pintura); Miss

Mary P. Dascomb (professora de geografia, inglês e matemática), D. Candida Cerqueira Leite, D. Maria Emmerson (ajudante de primeiras letras); Remigio de Cerqueira Leite (professor de português, latim, retórica e história), Manoel da Paixão (professor de caligrafia, aritmética comercial e escrituração mercantil) e D. Maria Pinto de Andrade, D. Lilian Beaven, D. Iracema dos Santos, D. Lucile de Oliveira (adjuntas do jardim de infância), tendo a classe normal parte no ensino primário.

A exemplo da Academia de Genebra, fundada por Calvino a Escola Americana era humanista e preparavam os alunos para exercer lideranças, prova disso são as aulas de latim e retórica, do professor Remigio, cujo objetivo era o desenvolvimento da habilidade de expressar-se.

O século XIX legou ao sistema educacional a participação do Estado, e a determinação de sua responsabilização, contribuindo para um melhor desenvolvimento da educação popular, investindo para isso nas condições físicas das escolas e na formação de docentes. A participação estatal nos investimentos também foi mais efetiva, por meio da participação da educação no orçamento, ainda que mínima. (SAVIANI, 2006).

O trabalho pedagógico realizado na Escola Americana destacou-se, pois contava com espaço físico diferenciado, com salas de aulas bem equipadas e materiais didáticos utilizados na aplicação das atividades junto aos alunos. (RODRIGUES, 1930). O "cuidadoso aparato pedagógico" e a eficiência possibilitavam formação mais eficaz, se comparada as escolas nacionais, e permitiam vislumbrar a preparação para o ingresso em cursos superiores. (HILSDORF, 1977, p. 156). O novo diretor, o Dr. Lane,

[...] era uma figura bastante conhecida e apreciada nos círculos americanos da Província pelas múltiplas atividades de negociante, médico e professor que desempenhava sempre com eficiência e liderança: e sendo liberal, republicano e maçom, Horace Lane tinha também, certamente, o apoio das vanguardas paulistas da época. Sob sua direção a educação religiosa ministrada pela "Escola Americana" tornou-se menos ortodoxa, mas seu tirocínio de administrador consolidou a posição do colégio como um centro educacional dos mais avançados da Província de São Paulo. (HILSDORF, 1986, p. 167).

A soma desses fatores e o relatório apresentado pelo Dr. Lane à Secretaria do Interior, deu maior visibilidade a Escola Americana, chamando a atenção no processo de reformulação da instrução pública, no ano de 1891, tornando a Escola Americana modelo.

FIGURA 15 - Capa Do Relatório Da Escola Americana, 1887



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, ordem 4917, lata 5. Instrução Pública. Ensino Particular (1850-1903)

A reforma modificou tanto a estrutura dos cursos quanto a “grade curricular e metodologia, voltada para as humanidades e valorizado a experiência e a prática” (GRACINO, 2016, p. 63).

Entretanto, apesar do interesse dos reformadores paulistas, havia a dificuldade de capacitação docente para tal tarefa, o que foi sanado por meio da contratação de professores oriundos dos Estados Unidos, já radicados no Brasil, também havia a questão do mobiliário adequado, das acomodações e do material didático.

Dado o destaque do Dr. Horace Lane na direção da Escola Americana, e sua colaboração para sanar as dificuldades impostas nas reformas, este foi nomeado Consultor Educacional do Ensino Público.⁸⁹ A inspiração na educação estadunidense também trouxe

⁸⁹ Cf. Gracino (2016).

modificações em todos os níveis do ensino público, ampliando as escolas normais, as complementares e os ginásios e inaugurando-se os grupos escolares (CLARK, 1998).

A Escola Americana também contava com laboratório, equipamentos para a prática desportiva e carteiras individuais nas classes, as fotos abaixo são dos alunos no laboratório, em situação de aula.

FIGURA 16: Laboratório Mackenzie – Aula de Química, 1895



Fonte: *Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie*

De acordo com Silva (2013), a modernidade trouxe um novo lugar no papel da mulher, principalmente no que tange à docência. A partir do início do século XX os homens paulatinamente deixaram o espaço docente para as mulheres, o que pode ter-se dado tanto pela má remuneração docente, quanto pela necessidade de mão de obra nas indústrias brasileiras, local predominantemente masculino. Os investimentos na educação feminina e os cursos normais, frequentados pelas moças para aprender além da profissão, a organização necessária as atividades domésticas, bem como os bons costumes e psicologia para auxiliar na maternidade, atraíram as mulheres para o magistério. Podemos observar na foto abaixo a expressiva presença feminina no corpo docente (1895).

FIGURA 17: Corpo Docente da Escola Americana, 1895

Fonte: *Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie*

Na educação protestante, em que o trabalho era visto como instrumento de graça, as mulheres sentiam-se impelidas a trabalhar, à docência era vista como uma vocação, que tanto as dignificava como mulheres quanto como missionárias. Na próxima seção abordaremos as escolas protestantes implantadas no Brasil no período final do Império e na Primeira Republica, observando as mulheres que atuaram junto a seus esposos na atividade educativa.

Era praxe dos missionários encaminhar anualmente um relatório de suas atividades à missão. No relatório de 1895, Horace Lane registra em seu relatório a matrícula de 501 alunos. (PROTESTANT COLLEGE, 1895). A foto abaixo mostra o grande número de alunos que frequentavam a escola no ano de 1895.

FIGURA 18: Corpo Discente da Escola Americana, 1895

Fonte: *Acervo do Centro Histórico e Cultural Mackenzie*

De acordo com os registros da instituição, embora as repartições de ensino da Escola Americana fossem distintas, todas obedeciam ao mesmo calendário escolar e utilizavam o mesmo regimento participando dos cultos. Para desenvolver-se integralmente, os alunos também participavam das aulas de educação física, uma inovação para a época.

Os educadores responsáveis por gerir a instituição desde a sua fundação (1870), no final do Período Imperial até o final da Primeira República (1930); foram eles: 1870-1884 - Rev. George Whitehill Chamberlain, 1884-1911 - Dr. Horace Manley Lane, 1912 -1913 - Rev. Donald Campbell Maclaren, 1914-1927 - Dr. William Alfred Waddella.⁹⁰

A Escola Americana foi modelo de educação e atraiu as elites, cumprindo o objetivo de seus fundadores, alcançou “os filhos da liderança nacional para educá-los conforme o modelo cultural protestante” (HACK, 2003, p. 212), transmitindo seus princípios e valores, o que se comprova por sua rápida ascensão.⁹¹ Na próxima seção trataremos a respeito das principais escolas presbiterianas instaladas em solo brasileiro, que direta ou indiretamente foram influenciadas pela Escola Americana de São Paulo, sendo todas parte do projeto estadunidense.

3.3 AS ESCOLAS AMERICANAS PRESBITERIANAS

Conforme já mencionado no capítulo 2, as primeiras escolas privadas de origem protestante e de cunho missionário foram instaladas no Brasil por missionários estadunidenses das denominações batista, metodista e presbiteriana. Trataremos nesse tópico, uma síntese da história de implantação das primeiras instituições presbiterianas instaladas em solo brasileiro no período que abrange o final do Império e a Primeira República.

⁹⁰ No período de 1870 a 1961 a instituição teve sete diretores, todos vinculados a missão estadunidense, dos não mencionados acima estão: 1927-1933 - Dr. Charles Todd Stewart, 1934 -1952 - Dr. Benjamin Harris Hunnicutt, 1952 -1960 - Dr. Peter Garret Baker, 1960- 1961 - Richard L. Wadell. No ano de 1961 a administração passou a pertencer à Igreja Brasileira. Os recursos humanos e financeiros advindos dos Estados Unidos não mais foram recebidos, mas as premissas de seus fundadores permaneceram. (MENDES, 2007, p. 29).

⁹¹ Atualmente a instituição tem: A Universidade Presbiteriana Mackenzie distribuída em 03 unidades, o Campus de Higienópolis e o Campus de Alphaville, localizados na cidade de São Paulo e o Campus de Campinas, ofertando graduação e pós graduação lato sensu e stricto sensu e cursos de extensão; 01 Universidade EaD; 03 Faculdades: Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná, Faculdade Brasília e Faculdade Rio; 06 colégios: Colégio Mackenzie Brasília-Internacional, Colégio Mackenzie Palmas, Colégio Mackenzie São Paulo-Internacional (Higienópolis), Colégio Mackenzie Tamboré-Internacional, Instituto Cristão de Castro e Educação de Jovens e Adultos (São Paulo). O Instituto Presbiteriano Mackenzie conta ainda com um sistema de ensino, para o segmento da educação básica, que oferece material didático pedagógico a 102 escolas parceiras, em todo o Brasil.

A primeira instituição educativa privada de origem protestante, para a educação secular instalada no Brasil foi o Colégio Internacional,⁹² instalado na cidade de Campinas, pelos missionários George Nash Morton e Eduardo Lane, no ano de 1869.

Após o surto de febre amarela em Campinas, o colégio foi transferido para Lavras, sob a liderança de Samuel Rhea Gammon e de Clara Gennet Moore.

A nova escola, a partir de sua instalação em Lavras, recebeu o nome de Escola Agrícola de Lavras (1908), tendo sua estrutura organizacional e pedagógica de “*college*”, com aulas de ensino religioso. Para iniciar as atividades do colégio, Gammon e o professor estadunidense Benjamim H. Hunnicutt, visitaram os Estados Unidos para importar equipamentos e animais, mas conseguiram doação dos reprodutores, sendo dois touros, da raça herefort e Jersey, e dois suínos⁹³ da raça poland-china e duroc-jersey e uma matriz das raças berkshirre e dois arados de disco de uma empresa estadunidense.

As primeiras sementes foram doadas pelo Estado mineiro e com os animais e equipamentos diferenciados, modificou-se “[...] o *status quo* da agricultura de Lavras e do Brasil pelos efeitos multiplicadores das modernidades trazidas do exterior.” (DIAS, 2009, p. 34-35).

As inovações didático-metodológicas, as tecnologias avançadas e a possibilidade de bolsas para estudos à nível de Pós Graduação nos Estados Unidos à alunos recomendados pela instituição fez com que muitos filhos da elite mineira procurassem a instituição. No ano de 1928, a instituição passa a chamar-se Instituto Gammon, em homenagem a seu fundador. No ano de 1938, a escola ampliou-se e passou a ofertar o ensino superior, nascendo a Escola Superior de Agronomia de Lavras-ESAL.⁹⁴

No ano de 1870, os missionários presbiterianos estadunidenses George Whitehill Chamberlain e Mary Annesley, iniciaram o Colégio Americano, em sua sala de jantar, esta escola, direta ou indiretamente, influenciou a criação de outras escolas presbiterianas no território brasileiro (conforme visto na seção anterior).

No ano de 1904, na cidade de Recife, foi fundado o Colégio Americano de Pernambuco, pela missionária presbiteriana Miss Eliza More Reed, enviada pelo Board de Missões da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos.

92 A propriedade, foi utilizada para abrigar a 1ª sede do Seminário Presbiteriano no Sul (1888).

93 De acordo com Rodrigues (2013), esses foram os primeiros suínos de raça trazidos ao Brasil.

94 No ano de 1994 o a Escola Superior de Agronomia tornou-se Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Em sua fundação a instituição atendia a meninos e meninas, recebendo crianças de todos os credos e etnias. Devido ao crescimento do colégio e a doação do casal estadunidense Hugh B. Sproul, no ano de 1920 a instituição foi transferida para sede própria, mudando seu nome para Colégio Evangélico Agnes Erskine, em homenagem a doadora da propriedade.⁹⁵

A Escola Americana Ponte Nova, fundado em 1906, por missionários estadunidenses em Wagner pelos pastores missionários William Alfred Waddell e Laura Annesley Chamberlain (filha do casal Chamberlain).

Posteriormente denominado Instituto Ponte Nova, a escola rural, localizava-se em uma fazenda e no início de suas atividades, atendia a meninas, filhas de comerciantes locais de grande influência.

No ano de 1920 a escola ampliou-se e passou a oferecer o ensino secundário, em regime de internato para moças e rapazes, sendo a primeira escola confessional protestante instituída no sertão. Neste período contava com os cursos normal, de auxiliar de enfermagem e técnico agrícola, também um curso preparatório de pastores. Pautado nos princípios reformados e na organização didático-pedagógica estadunidense, o objetivo da educação era preparar os indivíduos para serem partícipes da construção de uma sociedade moderna. A educação pragmática, o ensino da doutrina cristã e o investimento na auto disciplina e na liberdade, visava a aquisição de consciência moral e crítica.⁹⁶ (NASCIMENTO, 2005).

Na cidade de Garanhuns, no ano de 1900, o casal de missionários presbiterianos estadunidenses William e Rena Butler fundaram ao lado da Igreja Presbiteriana de Garanhuns o Colégio XV de Novembro, primeira instituição de ensino privada de Pernambuco. A exemplo dos colégios estadunidenses, atendia a meninos e meninas e preocupava-se com o ensino religioso aliado ao ensino formal. De acordo com Belo (2019), o colégio trouxe à Garanhuns modernização e cultura.

No Estado do Paraná, em 1915, o missionário Harry Preston Midkiff e sua esposa Anna Midkiff fundaram o Instituto de Artes Práticas de Castro. Primeira escola de ensino agrícola dos Campos Gerais, a escola rural, de cunho profissionalizante tinha por objetivo atender as crianças oriundas da Igreja, mas as inovações tecnológicas, os métodos de ensino estadunidenses e os ideais republicanos de progresso presentes na escola, acabaram por suscitar o interesse da elite dos Campos Gerais, dentre eles o filho do prefeito da cidade de

95 Desde o ano de 1997, a instituição denomina-se Colégio Presbiteriano Agnes Erskine.

96 O Instituto Ponte Nova, a instituição tornou-se pública nos anos 1980.

Castro, que foi um de seus alunos. A educação era voltada para o trabalho e as edificações da escola foram construídas pelo missionário e por seus alunos. (GRACINO, 2016).

A Zona da Mata mineira também foi alvo dos investimentos missionários, no ano de 1908, Constância Nora, esposa do Rev. Aníbal Nora, iniciou na sala de sua casa uma escola primária, o Colégio Evangélico, pautados nos valores da fé cristã protestante, no início a escola contava com 70 alunos. No ano de 1923, foi implantado o Ginásio Evangélico e, em 1942, foi criado o Colégio Evangélico de Alto Jequitibá. Na década de 1950 e 1960 foram implantados os cursos de técnico em contabilidade e a escola normal.⁹⁷

Tendo como modelo a Escola Americana de São Paulo, foi fundada no ano de 1916 a primeira escola primária de Cuiabá, a Escola Americana de Cuiabá, sob direção do Rev. Philippe Landes e sua irmã Maud Landes oferecia ensino misto. Ferreira e Santos (apud Freitas, 2013) sugerem que para possibilitar a expansão da escola, esta foi transferida para a Fazenda, Buriti, na região da Chapada dos Guimarães onde passou a funcionar o Colégio Evangélico de Buriti, no ano de 1923, continuando a oferecer a educação primária e incorporando o nível ginásial.

Os primeiros professores do Colégio foram o casal estadunidense Homer Oliver Moser e Estela Edith Lahr Moser e o brasileiro José Augusto de Araújo. Para construir o Estatuto do Colégio, tomou-se por base o Estatuto do Instituto Samuel Graham e Instituto Cristão de Castro-PR foi tomado como modelo para a Escola do Buriti. Dentre as aproximações entre o Instituto Cristão de Castro e o Colégio Buriti estão o ensino misto, a tolerância religiosa e as "duas horas de trabalhos semanais como pagamento de mensalidade, moral rígida e valorização do trabalho manual". (FREITAS, 2013, p. 95).⁹⁸

O Colégio Evangélico de Buriti também se aproximava da proposta curricular do Instituto José Manoel da Conceição, fundado no ano de 1928. O Curso Universitário José Manoel da Conceição, dirigido pelo missionário Dr. William Alfred Waddel,⁹⁹ surgiu de um esforço coletivo das denominações presbiterianos, congregacionais e metodistas, em instituir um educandário que possibilitasse o preparo dos candidatos à liderança teológica, oferecendo

⁹⁷ As diversas crises fizeram com que as atividades do Colégio fossem encerradas no ano de 1965. Em 1966 o Estado assumiu a responsabilidade da escola, tornando-a pública e mudando seu nome para Escola Estadual Rev. Cícero Siqueira, em homenagem ao Rev. Cícero, gestor da escola durante a crise do café (1930), mantendo as portas da instituição aberta, apesar das dificuldades financeiras, o que diminuiu o número de alunos. Até o ano de 1998 o colégio funcionou em regime de internato.

⁹⁸ No período de 1948-1951, o Colégio cessou suas atividades, reabrindo no ano de 1952 e encerrando definitivamente no ano de 1951.

⁹⁹ Waddel fundou o Instituto Ponte Nova e no Mackenzie College, sendo um dos idealizadores da primeira escola de engenharia privada do País, a Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie

cursos ligados à teologia e também a música sacra, funcionava em uma fazenda, localizada em Jandira (em terreno cedido pelo *Mackenzie College*).

A estrutura curricular do ousado projeto consistia das "disciplinas convencionais (língua portuguesa, ciências sociais e naturais, matemática, entre outras) seus alunos recebiam um treinamento amplo, abrangendo áreas como línguas (inglês, francês, latim, grego e hebraico), filosofia (lógica, história da filosofia e filosofia propriamente dita), psicologia, pedagogia, literatura, música, economia, entre outras." (MANÇO, 2018, p. 4-5). Posteriormente o projeto passou a denominar-se Instituto José Manoel da Conceição, oferecendo os cursos ginásial e clássico.¹⁰⁰

Dentre a principal característica das escolas presbiterianas está o pioneirismo e, isso não foi diferente com a instituição fundada na capital baiana pelo casal de missionários Peter Garret Baker e Irene Hight Baker, no ano de 1926. A Escola Americana, começou na sala do casal Baker e devido a procura, especialmente por internato, o casal locou a casa que abrigou o Conde dos Arcos, instalando nela sua residência e a escola primária, com salas de aula, laboratórios, área de recreação e internato. Dada a procura, no ano de 1929 a instituição passou a ofertar o curso ginásial, mudando seu nome para Ginásio Americano e implantando o curso de admissão.¹⁰¹

Diferente da cultura católica, que não via o trabalho feminino fora do lar com bons olhos, admitindo que estas atuassem como professoras somente em classes de meninas e manifestando-se contrários as classes mistas, os protestantes consideravam as mulheres excelentes professoras, por este motivo, as esposas de pastores e as missionárias dedicaram-se as atividades de ensino, em classes mistas.

Para os protestantes, o ensino de crianças deveria estar sob a responsabilidade feminina, o que auxiliou no processo de feminilização do magistério. Conforme já observamos no primeiro capítulo, a concepção calvinista de trabalho é a de vocação, e esta "voltada para uma atividade quer seja mundana ou religiosa, racionalmente empreendida e portadora de uma potencialidade capaz de dotar o mundo de novas possibilidades

100 O nome José Manoel da Conceição foi uma homenagem ao primeiro pastor presbiteriano formado em solo brasileiro. O Instituto foi fechado no ano de 1970 por sua mantenedora, a Igreja Presbiteriana do Brasil.

101 No ano de 1939 o Ginásio Americano passou a denominar-se Instituto 2 de julho, em homenagem a Independência Baiana. Desde o ano de 1944 a instituição passou a denominar-se Colégio 2 de julho. A partir do ano de 1976, a instituição passou a ser gerida pela Fundação 2 de julho, criada especificamente para esse fim, com o objetivo de dar seguimento aos ideais educacionais de seus fundadores. A instituição ampliou gradativamente seu atendimento, até que no ano 2000, organiza a Faculdade 2 de Julho.

axiológicas” (VIEIRA, 2002, p.110). A atividade docente, permitia as mulheres exercer a obediência à ordem divina.

Dentre as principais educadoras presbiterianas estão: Eliza More Reed, Rena Butler, Constância Nora, Anna Midkiff, Clara Gennet Moore, Ella Kuhl, Margareth Scott, Mary Dascomb, Mary Ann Annesley Chamberlain, Laura Annesley Chamberlain Waddell, Maud Landes, Estela Edith Lahr Moser, Irene Hight Baker, Clara Hough, Palmyra Rodrigues, Adelaide Molina e Harriet Greemann, entre outras, auxiliaram na criação e na organização didático pedagógica das escolas, com base no método de ensino norte-americano. Dentre estas educadoras, grande parte eram esposas dos missionários e,

[...] muitas das quais fizeram sacrifícios de proporções heroicas, foram tão importantes para a difusão do evangelho quanto seus maridos. [...] Muitos anos se passaram até que as mulheres ligadas à Missão fossem devidamente reconhecidas e recebessem o direito ao voto nas questões da obra, mas a influência das esposas e das mulheres solteiras que se dedicaram ao trabalho evangélico no Brasil provavelmente nunca poderá ser corretamente aquilatada. Os difíceis desafios [...] incluíam a tarefa de cuidar dos filhos e de serem mestras em todos os assuntos. Elas também tinham de cuidar da casa, que devia ser flexível o suficiente para tornar-se um hotel ou hospedaria para hóspedes e viajantes. Além disso, a esposa do missionário tinha de ser uma professora da Bíblia para outras mulheres da igreja. Todavia, a tarefa mais difícil de todas era dizer adeus ao marido, que podia ausentar-se por três meses a fio, e suportar estoicamente as notícias fictícias de doenças, acidentes ou morte que inevitavelmente chegavam aos seus ouvidos como uma forma de perseguição psicológica por parte de católicos romanos. [...] geralmente permaneciam firmes [...] (MCINTIRE, s.d., p. 54, 55 *apud* MATOS, 2007, p. 4)

A citação acima reforça a observação das fontes que na educação presbiteriana os fundadores tratavam-se de casais, que assumiram a direção e a docência das escolas. Ao pesquisar a historiografia presbiteriana a respeito da formação destes docentes, observamos que eram formados pela Universidade de Princeton, considerada dentre as melhores escolas dos Estados Unidos naquele período.

A formação desses docentes, nos moldes da aristocracia estadunidense, influenciou no processo formativo implantado nas escolas fundadas no Brasil, refletindo na formação dos jovens que estudaram em suas escolas. As escolas presbiterianas atuavam tanto na ação social (educação paroquial e campanhas de alfabetização), quanto na educação da elite, permitindo avanço na evangelização. O currículo escolar, além dos conteúdos também continham os dogmas da Igreja.¹⁰²

¹⁰²De acordo com dados da Associação Nacional das Escolas Presbiterianas. Atualmente a Igreja tem 227 instituições escolares presbiterianas catalogadas, incluindo os Cursos Técnicos, 09 Seminários e 04 Institutos Bíblicos. (ANEP, 2021).

A alfabetização era muito importante na educação protestante, pois sem saber ela, o indivíduo não seria capaz de ler e compreender a Bíblia. O sistema educacional moderno, fundamentado nos ideais liberais estadunidenses e a Bíblia foram as bases do seu ato educativo por acreditar que estes minimizariam os problemas sociais, trazendo transformação e progresso ao País. (MENDONÇA, 1995).

3.4 A INFLUÊNCIA DA ESCOLA AMERICANA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As instituições escolares protestantes atraíam a elite brasileira, devido ao interesse na modernização estadunidense, estas instituições eram vistas como estratégia de adequação às exigências ao novo, gerando questionamentos e modificando os valores, trazendo a expectativa de se alcançar uma melhor estrutura socioeconômica ao País.

Esses colégios não chegam como iniciativas isoladas: vêm dentro de todo um conjunto de valores e ações que fazem parte do universo religioso e ético característico do protestantismo que é apresentado como uma nova opção àquele que era dominante no país e naquele momento. (RAMALHO, 1975, p. 83)

Observa-se alguns princípios liberais, trazidos pelos protestantes e comuns aos praticados na Escola Americana na Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior, instituída por Leoncio de Carvalho, por meio do Decreto no 7.247, de 19 de abril de 1879, dentre eles: a obrigatoriedade da instrução primária para crianças e adultos analfabetos; a liberdade de ensino e de consciência presentes no texto; a contemplação dos não católicos ao não obrigá-los a assistir as aulas de ensino religioso, suspendendo suas faltas, lições e sabatinas e também o exame eclesiástico; escolas mistas desde o 1º grau, preferindo-se as mulheres para a atividade docente; Escola Normal para formação dos professores e escola primária a ela anexa a instituição do ensino profissionalizante, a exemplo das escolas normais e a organização do ensino primário, a exemplo do sistema estadunidense, que relacionava as escolas do primeiro ao segundo grau, bem como a introdução da disciplina das “lições de coisas.”

Dentre as heranças do sistema americano, as classes mistas, traziam vantagens para além do discurso da convivência e do rendimento escolar, pois eram economicamente menos dispendiosos, pois era mais rentável manter uma escola a duas. (CHAMON, 2004).

A educação feminina e a feminilização do magistério nasceram do discurso de que como boas mães e orientadoras da educação e princípios morais de seus filhos, certamente

seriam as profissionais indicadas para o projeto de desenvolvimento dos cidadãos necessários ao desenvolvimento brasileiro.

Em sua tese, *Língua e Sociedade: A ordem na escola republicana paulista*, Priscilla Barbosa Ribeiro (2015), debruça-se sobre as questões de gênero e educação: novas escolas, velhos princípios, demonstrando que até o final do século XIX, Escola Normal baseava-se na hierarquia de gênero, sendo os cargos mais elevados na educação destinavam-se aos homens, sendo que às mulheres cabia a educação das crianças.

A reforma republicana trouxe possibilidades de tornar as mulheres normalistas e de estas ocuparem cargos de direção nas escolas, precipitando a feminilização do magistério. Nesse momento, passa a coexistir a Escola Normal o Ginásio da Capital, destinada ao público masculino e com o intuito de encaminha-los a Academia de Direito, demarcando assim as diferenças sociais e de gênero.

A Reforma de Ruy Barbosa (1882), pautou-se nos ideais liberais reformados de liberdade de ensino, de laicidade e também de ensino obrigatório atribuindo a educação a função de precursora da reforma social. Seguindo os mesmos ideais, o deputado Almeida de Oliveira aplicou-as no Plano geral de organização de ensino para todo o país. (WEREBE, 1974).

Rui Barbosa, após estudar os métodos pedagógicos mais modernos para aquele período elaborou os pareceres, que acabaram por consolidar os objetivos de investir-se na instrução como instrumento para a modernização e desenvolvimento, ao que menciona a fragilidade do ensino brasileiro e a importância de se aproveitar da inferência estadunidense, que segundo ele tinham maior domínio didático. (GRACINO, 2016).

Para Rui Barbosa, dever-se-ia criar um sistema nacional de ensino, sob a administração do Estado, o que deveria contemplar desde o jardim de infância até o ensino superior. Estudioso do método de Pestalozzi, e adepto do pensamento liberal, foi ele o idealizador do uso de *Primary object lessons*¹⁰³, manual didático para o método intuitivo. (SOUZA, 1998).

A Reforma Leoncio de Carvalho e o Parecer de Rui Barbosa e a educação no modelo protestante, representam “a primeira fase de penetração”, de ideais de um modelo de escola

103 Ainda de acordo com Souza (1998), com o objetivo de renovar a escola primária, substituindo os métodos verbalista pelo método intuitivo, Rui Barbosa o livro de Norman Allison Calkins, dando-lhe o título de “*Primeiras Lições de Coisas*” (1886).

amadurecido e implantado na República, denominado como escolanovismo. (NAGLE, 1978, pp. 282-3).

Rui Barbosa também foi o responsável pelo pedido de incorporação do College at São Paulo à Board of Regents of the University of the State of New York, permitindo que os diplomas da Escola de Engenharia fossem supervisionados pela Universidade de New York (GARCEZ, 2004).

A expansão da Escola Americana e o êxito da proposta pedagógica inspiraram as autoridades paulista à reforma educacional no Estado. Foram contratados professores presbiterianos norte-americanos para organizar e executar um plano educacional baseado nos novos métodos pedagógico, e isto serviu de modelo para outros Estados brasileiros (NASCIMENTO, 2004).

De acordo com o Regulamento da Escola Normal (1890, p.25), a ênfase estava na prática de regência das cadeiras para os alunos do 3o ano, em consonância com tendo como modelo as *Training School* estadunidenses, com ênfase empírico experimental, observando novas técnicas e atuação dos professores e aperfeiçoando o modelo, trabalho este dirigido pelo Conselheiro para assuntos educacionais do Governo paulista, o missionário protestante estadunidense Dr. Horace Lane, presidente da Escola Americana e integrante de uma rede de republicanos e liberais.

O motivo de seu chamado foi o desempenho e a aceitação da Escola Americana, cujo espaço físico, materiais didáticos diferenciados e salas de aulas equipadas eram um diferencial das escolas. Cumprindo a função de auxiliar o Estado, Lane entregou à Secretaria do Interior o documento no que contemplava desde as instalações, corpo docente e discente da escola, até o programa de ensino (no ano de 1887), em todos os itens contemplados no documento de Lane para a instrução pública paulista, foi contemplado o modelo de ensino estadunidense. Silva (2015) pondera que a educação moderna almejada pelos brasileiros e apresentadas por Lane, estavam pautados na ética protestante, cuja intenção era a "de remodelar o ser humano de acordo com os ideais que os republicanos brasileiros desejavam." (SILVA, 2015, p. 215).

Para a implantação das reformas, escolheu-se o método intuitivo, ficando a Miss Márcia P. Browne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade responsáveis devido a sua experiência no uso de tal método, auxiliando a estabelecer o processo de renovação do ensino primário na capital paulista. De acordo com Oliveira, Maria Guilhermina permaneceu na Direção da escola por 1 ano devido a uma indisposição com a Miss. Browne, segundo o autor:

[...] Não se conciliaram, não se podiam conciliar as duas diretoras. Conforme a regra, partiu a brasileira, embora fosse mais competente e muito apreciada pelos americanos (educou-se nos Estados Unidos). Muito perdemos com sua retirada. Sempre pensei que um professor da terra, bem falante, instruído, vivaz e inteligente como ela, é quem melhor deve adaptar ao país, na língua materna, os métodos estranhos, mesmo “os métodos de gato”. Nosso mal tem sido preferir sempre o contrário (OLIVEIRA, 1932, p.15).

O autor pondera que a decisão em se manter a estadunidense demonstrava a simpatia brasileira pelo considerado 'novo' dificultou a educação “permanente, nacional, com idéias próprias, claras, precisas, consistentes.” (OLIVEIRA, 1932, p.15).

Em 1892, a *Lei. Nº 88 de 8 de setembro* institui a reforma geral da instrução pública, do Estado de São Paulo, que de acordo com o primeiro parágrafo do artigo 1 compreendia o ensino primário, ensino secundário e ensino superior, sendo o ensino primário seu principal foco. (SÃO PAULO, 1892).

Com a intenção de modernizar a educação, igualando o Brasil aos países desenvolvidos, os grupos escolares, reuniam em um único espaço diversos níveis de ensino, atendendo assim um número grande de crianças. Sua estrutura foi pensada “[...] para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar.” (SAVIANI, 2010, p. 172).

A partir de 1893 os grupos escolares foram disseminando-se pelo estado de São Paulo, chegando, em 1910, a 101, sendo 24 na capital e 77 no interior. De São Paulo o modelo irradiou-se pelos demais estados (SAVIANI, 2010). No ano de 1896, sob o entusiasmo do sucesso do “*Kindergarten*” da Escola Americana, o primeiro Jardim de Infância público paulista foi organizado (BATISTA, 1996). Da mesma maneira, as Escolas Normais expandiram-se, sendo que de 1900 a 1920,

[...] haviam oito escolas normais no estado de São Paulo. Na Capital (1880), em Itapetininga (1897), Piracicaba (1897), Campinas (1903), Guaratinguetá (1903), Botucatu (1911), São Carlos (1911), Pirassununga (1911) e Casa Branca (1913), resposta à alta demanda do ensino primário paulista. Entretanto os ginásios, preparatórios para o ensino superior, eram somente três: o da Capital (1894), o de Campinas (1896) e o de Ribeirão Preto (1907). (RIBEIRO, 2015, p. 63).

A historiografia da educação paulista no período denominado de Primeira República demonstra um desenvolvimento educacional entusiasmado pela educação, disposto a debate-la e a investir em ações na área educacional, que se estendeu o período de 1920, quando passa a sofrer a influência do movimento escolanovista. (SAVIANI, 2008).

Em sua obra *Terra de Refúgio*, Ailton Gonçalves Dias Filho (2012) em relação a instalação do Presbiterianismo no Estado de São Paulo, os imigrantes estadunidenses instalaram-se e, logo depois de providenciarem o necessário para sua subsistência, buscaram estabelecer o culto e a procurar escolas para seus filhos. Na próxima seção abordaremos as escolas de origem presbiterianas instaladas no País dos anos de 1800 a 1900.

Para Fernando de Azevedo, não há como analisar a situação do ensino no período de 1860 a 1890, sem falar da existência de duas crenças religiosas cristãs: a crença de origem romana, com práticas educativas “mais conservadora e autoritária”, cuja causa da expansão interliga-se às origens da formação história e social brasileira, e o movimento protestante, liderado por um grupo “progressista e libertador”, responsável pelas reformas do período imperial como as de Leôncio de Carvalho e o Parecer, de Rui Barbosa. (KISHIMOTO, 1988, p. 94-95).

No ano de 1882, influenciado pelos ideais europeus e estadunidenses, a “Reforma de Ruy Barbosa”, conferiu à educação um papel fundamental dentro da sociedade, apregoando a liberdade, laicidade e obrigatoriedade do ensino, “preconizando a reforma social pela reforma da educação.” (WEREBE, 1974, p. 374).

Podemos observar também que protestantismo estadunidense, por meio dos seus missionários e pastores brasileiros, por meio das escolas auxiliaram a sociedade brasileira no que diz respeito a proposta de universalização da educação pública, conforme podemos comprovar a partir da citação abaixo:

Em 1922/23 vamos encontrar Lourenço Filho no Ceará, reorganizando o ensino primário e Anísio Teixeira na Bahia, onde inicia suas atividades de reformador, que atingirão sua plenitude no Distrito Federal (1932/35), já de volta de sua viagem de estudos aos Estados Unidos da América. Também encontramos Carneiro Leão, no Rio de Janeiro e Lisímaco da Costa, no Paraná, todos voltados para a renovação da educação que variavam no grau de intensidade, no conteúdo e objetivos, mas buscavam a educação nova, promovendo reformas parciais ou globais, mas todas centradas no ensino primário e nos seus problemas. Como iniciativa do Governo Federal, encontramos em 1925 a reforma João Luiz Alves ou Rocha Vaz, que se caracterizava por: participação do governo central na luta contra o analfabetismo; implantação do regime seriado, reorganização do ensino superior. Em 1927 a educação brasileira em seu processo de “construção” e não de “reconstrução” como afirma Valmir Chagas, apreciaria duas reformas bem dentro do espírito escalanovista: a de Fernando Azevedo, no Distrito Federal e de Mário Casassanta e Francisco Campos, em Minas Gerais. (CUNHA, 1986, p. 61).

O interesse pelo ensino estadunidense, já latente em alguns educadores brasileiros, ganharam mais ênfase a partir do contato de alguns brasileiros que estudaram em

universidades nos Estados Unidos, como Lourenço Filho e Anísio Teixeira, que se esforçaram por implantar essas ideias em nosso País.

A Reforma, denominada de Benjamin Constant, também tiveram a influência das escolas protestantes estadunidenses. No que diz respeito ao *Pedagogium*, os elementos que o compunham,¹⁰⁴ deveriam equivaler ao *National Bureal of Education*, dos Estados Unidos. (NAGLE, 1978).

Os dados a respeito da constituição, do desenvolvimento, da expansão demográfica e econômica da cidade de São Paulo e seu despontamento como a cidade mais próspera do País, nos permitem compreender o porquê a capital paulista foi escolhida pelos missionários estadunidenses, apoiados pela *Board of Foreign Mission* para a implantação da Escola Americana de São Paulo.

A Escola Americana acompanhou o desenvolvimento da cidade de São Paulo, expandindo-se e aumentando o número de alunos pertencentes a elite paulista, paralelamente alcançava o projeto dos primeiros missionários e dos fundadores da instituição, de formar a liderança da Igreja, para as instituições religiosas e para o Estado, ganhando a simpatia da elite, por meio do convívio de seus filhos com os professores e alunos protestantes.

104 Museu pedagógico, cursos, conferências, concursos, laboratórios, gabinetes, exposições escolares, modelo de escola primária, suas classes, oficinas e trabalhos manuais, e também a Revista Pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa denominada “A influência do *ethos* protestante na institucionalização da educação brasileira: Um estudo sobre a Escola Americana de São Paulo (1870-1920)” vinculado à área da História da Educação, no Eixo das Instituições Escolares, analisou a influência do protestantismo na Educação Paulista Brasileira, por meio da Escola Americana de São Paulo. Para possibilitar tal análise, tivemos o subsídio do Materialismo Histórico Dialético a partir das categorias contradição, hegemonia e ideologia.

Tendo como objetivo geral: Analisar o processo de institucionalização e consolidação da Escola Americana de São Paulo (1870 a 1920) e sua importância para o desenvolvimento da educação e como objetivos específicos: Analisar o contexto da educação paulista e a influência do modelo educacional que norteou a prática educativa da Escola Americana de São Paulo e sua influência nas reformas educacionais paulistas e brasileiras; a fim de responder as questões: Qual a importância da Escola Americana de São Paulo para a educação paulista e brasileira. Como os ideais reformados protestantes modificaram *ethos* social, político, econômico e religioso brasileiro? Qual a importância da igreja para o Estado brasileiro e como esta influência na ideologia dominante? Qual a política educacional adotada na Escola Americana de São Paulo e sua importância para a educação paulista e brasileira?

Defendemos por meio deste trabalho a tese de que a Escola Americana de São Paulo, implantou em solo brasileiro um outro modelo de educação e de procedimentos didático-metodológicos, influenciando a sociedade em outros diversos aspectos, dentre eles: sociais, econômicos e religiosos; mesmo diante das pressões impostas pela hegemonia católica.

Sanfelice (2006) ponderava que quanto a origem, as instituições escolares são peculiares, bem como os motivos de sua implantação. Algumas instituições nascem da necessidade imposta por uma política educacional, outras surgem como conquista das lutas por movimentos sociais, sugerindo que “a origem de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas.” (SANFELICE, 2006 p. 23)

No tocante a historiografia das instituições escolares protestantes, não foi diferente, apesar dos estudos sobre a Reforma, sobre a educação brasileira, sobre as instituições escolares protestantes e também sobre a Escola Americana de São Paulo, percebemos suas particularidades e a necessidade da ampliação dos estudos sobre o tema.

A escola, defendida desde o advento da Reforma Protestante como importante instrumento de evangelização, demonstrou seu potencial na sociedade brasileira. A ética

protestante calvinista, relacionada ao trabalho, aos hábitos, a racionalidade, a responsabilidade e a liberdade, fundamentados em princípios morais como tolerância, cooperativismo, autonomia, responsabilidade individual e social, disciplina e autodomínio foi disseminada pelas instituições presbiterianas implantadas em solo brasileiro, especialmente na Escola Americana de São Paulo.

As discussões propostas na tese demonstraram que o caminho percorrido para a formulação do ideário protestante, principalmente no que diz respeito a educação escolar. Procurou-se reconhecer como se desenvolveu o pensamento educacional protestante a partir do movimento reformista do século XVI, especialmente do protestantismo calvinista, tentando compreender sua ligação com o pensamento liberal, sua participação no desenvolvimento do capitalismo moderno e o caráter transcultural que assumiu ao expandir-se, até alcançar as terras brasileiras, modificando seu “*ethos*”, uma vez que

[...] Culturalmente, o calvinismo foi muito abrangente: modificou conceitos e alterou práticas que vinham sendo defendidas há séculos como as que se relacionavam ao ascetismo, o trabalho e a riqueza. [...] o calvinismo tem um caráter eminentemente educativo e, portanto, cultural, tanto em seu método de transmissão de conhecimento quanto pelo próprio conteúdo (VIEIRA, 2008, p. 13, 16).

A educação católica legou-nos um tipo de cultura escolar colonialista, que coexiste à cultura das instituições protestantes. As tensões e conflitos existentes entre católicos e protestantes, no que diz respeito a instituição escolar, nada mais foram do que a luta por hegemonia. As instituições escolares católicas, interessadas em manter o “*status quo*”, contudo com procedimentos teórico metodológicos ultrapassados, representando o atraso brasileiro e buscando reinventar-se. E, as instituições escolares de cunho protestante, interessadas no ideário republicano de progresso. Sua educação pragmática e voltada para a vida e seus procedimentos didático-metodológicos diferenciados, eram considerados pela elite como o passaporte à modernização do País.

Também pudemos observar que a relação entre protestantismo é contraditória, pois a o mesmo tempo que a herança cultural e educacional católica legou dificuldades a implantação das igrejas e das instituições escolares protestantes, lutando pela hegemonia, o desejo pela ordem e progresso implantados pela modernidade e a escassez de recursos investidos nas escolas públicas, proveu as circunstâncias para que as escolas privadas protestantes de origem estadunidense fossem implantadas e consolidadas no Estado brasileiro.

Observamos que o modelo educacional protestante, influenciou a sociedade brasileira, no final do Período Imperial a resolver a questão do analfabetismo, possibilitando a modernização da sociedade, necessária à implantação da República. No início da Primeira República, atuou como modelo das Reformas que contribuíram para a implantação dos avanços didático-metodológicos e de recursos tecnológicos diferenciados, para a escola pública brasileira.

Quanto a importância da Escola Americana para a educação paulista e brasileira, sua relevância se comprova a partir da influência nas reformas da instrução pública, no pioneirismo da implantação de uma práxis educativa inovadora e modelo a outras instituições públicas e privadas.

Por meio dos estudos, pudemos observar que a (s) escola (s), atingiram a elite brasileira, devido ao interesse de ascensão social, demonstrando as contradições de uma sociedade predominantemente católica. Com relação a ideologia, a inserção protestante auxiliou na ampliação das vertentes religiosas brasileiras, utilizando-se da instituição escolar como disseminador de sua cultura e de seus fundamentos, baseada na ética individualista, e com regras e normas que possibilitaram o progresso civilizatório cristão.

Observamos que a disputa não foi somente religiosa, mas que por meio da “colonização” do pensamento e da escravização do trabalho e do pensamento religioso, o interesse foi a manutenção e/ou alcance da hegemonia, para o alcance de maior extensão territorial e de poder. A respeito da liberdade, verificamos que esta não existiu, nem com relação aos imigrantes africanos, trazidos como escravos e, após a abolição da escravatura tendo sido colocados à margem do processo produtivo, por ocasião da implantação dos equipamentos importados para a modernização brasileira, nem no tocante aos imigrantes europeus e estadunidenses, dos quais foram subtraídos destes os castigos físicos, permitido uma remuneração insuficiente à sua subsistência, sendo os imigrantes africanos escravos dos senhores de engenho e os demais imigrantes, do sistema capitalista moderno. A democracia democratizou a escola às elites, mas no tocante a educação da classe trabalhadora, conforme pudemos observar, esta nunca foi pensada para a classe trabalhadora, mas formar a mão de obra para sustentar o sistema capitalista.

Conforme já mencionamos na introdução deste trabalho, o ponto de partida para esta pesquisa foi dado a partir do ponto de chegada do trabalho de dissertação “A educação para o trabalho no processo de institucionalização do Instituto das Artes Práticas de Castro.” Ao

finalizarmos esta pesquisa, surge então a questão: Será que finalmente encontramos o ponto de chegada?

A partir deste ponto, podemos constatar inicialmente que o trabalho tem suas limitações, uma vez que a pesquisa foi redirecionada por conta da Pandemia Covid19, ocasionada pelo SARS-CoV2, que gerou dificuldades de deslocamento, por consequência de acesso à algumas fontes primárias do Centro Histórico do Mackenzie, que foi fechado no período da coleta de fontes.

Apesar dessas limitações, impostas pela situação pandêmica, foi possível perceber a partir das fontes levantadas, as contradições liberais e capitalistas existentes nas relações entre educação e religião, a luta pela hegemonia e a utilização da educação como instrumento ideológico. Portanto, este é só mais um ponto de chegada, de onde se partirá novamente em busca de novas respostas, dados os questionamentos gerados, uma vez que a educação, cultura e o “*ethos*” protestantes ainda não foram suficientemente exploradas.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

ESCOLA AMERICANA, **Catálogo**, São Paulo: Arquivo do Instituto Mackenzie, 1904.

HACK, O. H. **Semeadura Presbiteriana no Sul do Brasil**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008.

HACK, O. H. **Protestantismo e Educação Brasileira**. São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2000.

HACK, O. H. **Raízes Cristãs do Mackenzie e seu perfil confessional**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

MATOS, A S de. **Erasmus Braga: O protestantismo e a sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

MATOS, A. de S. “Para memória sua”: a participação da mulher nos primórdios do presbiterianismo no Brasil. In: **Fides Reformata**, v. III, n. 2, jul./dez. 1998, pp. 95-112. Disponível em: <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_III__1998__2/para_memoria...pdf>. Acesso em: 25 ago. 2008.

MENDES, M. **Tempos de Transição: A nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesialística (1957-1973)**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.

PROTESTANT COLLEGE. **Suplement to president's report for 1895**. São Paulo: Protestant College, 1895.

SIMONTON, A. G. **O diário de Simonton**. 2. ed. rev. amp. trad. Daisy Ribeiro de Moraes Barros. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

Fontes Secundárias:

ABBAGNANO, N. E.; VISALBERGHI, A. **Historia de la pedagogia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

AGUIAR, L. **Imigrantes Norte-Americanos no Brasil: mito e realidade, o caso de Santa Bárbara**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ALBUQUERQUE, R. C. Educação e modernidade no Brasil. In: **Fórum Nacional as Bases do Desenvolvimento Moderno**, v. 5, 1993, São Paulo. Anais. São Paulo: Nobel, 1993.

ALMANAK DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO PARA 1873. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: **Arquivo do Estado**, 1985, p. 465-466. (Grafia do original).

ALMEIDA, J. R. P. de. **História da instrução pública no Brasil (1500 a 1889)**. Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, INEP/MEC, 1989.

ANEC. **Associação Nacional de Educação Católica do Brasil**. 2020 Disponível em <https://anec.org.br/>. Acesso em: 1 julh 2021.

ANEP. **Associação Nacional das Escolas Presbiterianas**. Disponível em: <https://anep-ipb.org.br/>. Acesso em: 21 julh 2021.

ARCE, A. **A pedagogia na era das revoluções: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel**. Campinas: Autores Associados, 2002.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. Brasília: UnB, 1963.

BALEEIRO, A. **Constituições Brasileiras: 1891**. 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras; v. 2).

BARBANTI, M. L. S. **Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens**. São Paulo: FEUSP. 1977.

BARBOSA, J. C. **Negro Não Entra na Igreja, Espia do Lado de Fora – Protestantismo e Escravidão no Brasil Império**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

BARMAN, R. J. **Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91**. Stanford: Stanford University Press. 1999.

BARRETO, V; PAIM, A. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1989.

BASSETTO, S. **Política de mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista (período de transição)**. 1982. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

BELO, J. E. A. **Nas colinas onde o Nordeste garoa: Narrativas, memórias e práticas de espaço na cidade de Garanhuns - PE (1937-1951)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2019.

BEOZZO, J.O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. Tomo 3, p. 280.

BERTINATTI, N. **A escola dominical presbiteriana como divulgadora de saberes e práticas pedagógicas religiosas (1909-1928)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes, São Paulo, 2011.

BIÉLER, A. **O pensamento econômico e social de Calvino**. Editora Cultura Cristã: São Paulo, 2005.

BITTENCOURT F. J. **Matriz religiosa brasileira: Religiosidade e mudança social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, M.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. **Ética.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

BOSI, A. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTTOMORE, T. Marxismo e Sociologia. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (orgs.). **História da análise sociológica.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

BRASIL. **Decreto nº 119 A, de 7 de janeiro de 1890.** Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 27 de novembro de 1890.** Torna extensivo aos empregados ativos, jubilados e aposentados do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafis o Montepio obrigatório criado pelo Dec. nº 942A, de 31/10/1890. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7 de 20 de novembro de 1889.** Dissolve e extingue as assembléas provinciais e fixa provisoriamente as atribuições dos governadores dos Estados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto no 7-B, de 21 de dezembro de 1890.** Designa o dia 15 de setembro de 1890 para a eleição geral da Assembléa Constituinte e convoca a sua reunião para dois meses depois, na capital da Republica Federal. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-b-21-dezembro-1889-517756-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Decretos do governo provisório dos Estados Unidos do Brazil** (Primeiro fascículo. De 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BUENO, E. **A viagem do descobrimento: A verdadeira história da expedição de Cabral.** Coleção Terra Brasilis, Vol. I. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

BURNEAU, T. C. **The political transformation of the Brazilian Catholic Church.** Londres: Cambridge University Press, 1974.

CAIRNS, E. E. **O Cristianismo através dos séculos.** 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

CALVANI, C. E. Deus Escolhe a Vida: Tentativa de Releitura da Predestinação. São Paulo: ASTE. In **Simpósio**, vol 9(1) ano XXIV, setembro de 1994, nº 37, 1994.

CALVINO, J. **Institución de la Religión Cristiana.** Vol. II. Países Bajos: FELiRé, 1994.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CAMURÇA, M. A. A carta pastoral de de Dom Justino e o “Juramento de Fidelidade à Igreja”: controle do rebanho face às ameaças do “lobo voraz”espírita! In: PEREIRA, M. S. e MIRANDA, B. V. D. (orgs). **Memórias eclesiais**: documentos comentados. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. p. 93-107.

CARMO, C. G. do . A Escola Americana: A idealização e construção de uma estratégia pedagógica protestante na província de São Paulo (1870-1912). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituição de Ensino: Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CARVALHO, C. L. de. Decreto 7.247 - Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. In: BARBOSA, R. Reforma do Ensino Secundário e Superior. **Obras Completas**. v. IX, tomo I, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1942. p. 273-303.

CBB. **Confederação Batista Brasileira**. Disponível em <http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/index.php>. Acesso em 21. julho 2021.

CERNI, R. **História Del Protestantismo**. Capellades. Barcelona: El Estandarte de la Verdad, 1992.

CHAMON, C. S. Ensinando meninos e meninas: a co-educação dos sexos na corte carioca no final do império. **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/304>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CLARK, J. U. **A imigração norte-americana para a região de Campinas**: análise da educação liberal no contexto histórico brasileiro. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CLARK, J. U.; CLARK, F. S. **A presença protestante norte americana no Brasil e a inserção de escolas (1830-1922)**. 2016 [Não publicada].

COMENIUS, J. A. **Didática magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

CUNHA, F. **Filosofia da Escola Nova**: do ato político ao ato pedagógico. Rio de Janeiro: EDUFF, 1986.

D'AUBIGNÉ, J. H. M. **História da reforma do décimo-sexto século**. Nova York: Sociedade de Tractados Americana, v. I, s.d.

DELACROIX, J. **A critica empírica ter of the common interpretation fo the Protestant Ethic and the Spirit of Capitalismo**. Bélgica, 1972.

DIAS FILHO, A. G. **Terra de refúgio: A imigração norte-americana e a implantação do protestantismo em Americana e Santa Bárbara d'Oeste**. São Paulo: Adonis, 2012.

DIAS, J. C. **A terra prometida de Lavras**. São Paulo: Barleus, 2009.

DREHER, M. Protestantismo de imigração no Brasil: sua implantação no contexto do projeto liberal-modernizador e as consequências desse projeto. In: DREHER, M., org, **Imigrações e história da Igreja no Brasil**, Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

EISENBERG, J. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador. Vol 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Editora Moraes, 1880.

FACULDADE 2 DE JULHO. **2 de Julho: 80 anos construindo o saber**. Salvador: F2J, 2008.

FANFANI, A. **Catolicismo Y Protestantismo em La Gênese Del Capitalismo**. Tradução de José Luis Sureda. Madrid: 1953. Título Original: Cattolicesimo e Protestantismo nella formazione storica Del Capitalismo.

FARIA, R. G. de. **Cartografia Administrativa: Dos primórdios da América Portuguesa à capitania de Minas Gerais**. (2009). Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FAUSTO, B., **História do Brasil**, 11ª edição, Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, São Paulo, 2003.

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 171-195, 2004.

FERREIRA, V. A. **Protestantismo e Modernidade no Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FLEIUSS, M. **História Administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo, 1925.

FRAGOSO, N. D.; DANTAS, S. S. O desenvolvimento do comércio na cidade de São Paulo: de 1870 a 2020. In: FRAGOSO, N. D.; SCARANO, P. R. **Indústria, comércio e economia: 150 anos de Mackenzie e a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2021. p. 59-82.

FRANÇOZO, M. de C. **De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

FREITAS, L. P. de. **Entre o evangelho e o ensino: o Colégio Presbiteriano Buriti (1923-1965)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GARCEZ, B. N. **O Mackenzie**. São Paulo: Casa Ed. Presbiteriana, 1970.

GEORGE, T. **A teologia dos reformadores**. São Paulo. Ed. Cultura Cristã, 1993.

GHIRALDELLI Jr., P. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

GIANNOTTI, J. A. Comte (1798-1857) - Vida e Obra. In: COMTE, A. **Curso de Filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978. Coleção Os pensadores.

GOLDMAN, F. P. **Os Pioneiros Americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis**. Tradução de Olivia Krahenbull. São Paulo: Pioneira, 1972.

GOUVÊA, M. C. S. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma reescrita. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 121-146, 2007.

GRACINO, E. R.; **A educação para o trabalho no processo de institucionalização do Instituto de Artes Práticas de São Paulo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016.

GREN, V. H. H. **Renascimento e Reforma: a Europa entre 1450 e 1660**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1981.

GUSSI, A. F. **Identidades no contexto transnacional: lembranças e esquecimentos de ser brasileiro, norte- americano e confederado de Santa Bárbara d'Oeste e Americana**. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

HANSEN, J. A, **Manuel da Nóbrega**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

HARTER, E. C. **A Colônia Perdida da Confederação**. Rio de Janeiro: Ed. Nórdica, 1985.

HERNANDES, P. R. Os Exercícios Espirituais da Companhia de Jesus e a Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.30, p.292-312, jun. 2008.

HERRING, H. **A history of Latin America: from the beginnings to the present**. 3a ed. Nova York: Alfred A. Knopf, 1988.

HILSDORF, M. L. S. **Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo, um estudo de suas origens**. 1977. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.

HILSDORF, M. L. S. **Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador**. São Paulo, FEUSP. (1986). Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo, Thompson, 2003.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009**.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital, 1848-1875**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, S. B. de (Org.). **História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOLLOWAY, T. **Imigrantes para o café**. Café e sociedade em São Paulo, 1886- 1934, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOORNAERT, E. A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, H. (org.). **História Liberationis: 500 anos de história da igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IELB - **Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. Disponível em <https://www.ielb.org.br/&r=1>. Acesso em: 10 jun. 2021.

I P B . **Estatística da Igreja Presbiteriana do Brasil, 2016**. Disponível em <https://www.executivaipb.com.br/estatisticas/>. Acesso em: 10 de dez. 2020.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: ImagoEditora, 1975.

JARDILINO, J. R. **Lutero & a Educação**. Brasil, Belo Horizonte Autêntica Editora. 2009.

JONES, J. M. K. **Soldado descansa!** Uma epopeia norte-americana sob os céus do Brasil. São Paulo: Fraternidade Descendência Americana, 1998 (Original de 1967).

KISHIMOTO, T. M. **A Pré-escola em São Paulo, 1877 a 1940**. São Paulo: Loyola, 1988.

KRONBAUER, G. A. **O processo de criação da escola nacional de circo no Brasil e a continuidade dos modos de vida dentro e fora da lona. 2016.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século.** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-92.

KUYPER, A. **Lectures on Calvinism.** Grand Rapids: Eerdmans, 1953.

LAGUNA, S. P. **Reconstrução Histórica do Curso Normal da Escola Americana de São Paulo (1889 – 1993).** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999.

LAGUNA, S. P. **Uma leitura dos livros de leitura da Escola Americana de São Paulo (1889-1993).** 2003. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

LEAL, S. do R. F. **Projeto paranaense de civilização nas páginas da Revista Clube Curitibano (1890-1898).** 2020. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo: I, II. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEME, S. **A Carta Pastoral de S. Em. Sr. Cardeal D. Leme quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos.** Vozes: Petrópolis, s/d (Original é de 16 de julho de 1916).

LEONARD, E. G. **Protestantismo Brasileiro.** São Paulo: Aste, 1963.

LERY, J. **Viagem a Terra do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 2017.

LESSA, V. T. **Annaes da Primeira Igreja Presbyteriana de São Paulo, 1863- 1903.** São Paulo: Editora Independente, 1938. (Grafia original).

LIMA, M. C. **A última estação do trem: percurso da história da educação protestante em Lavras.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

LIRA FILHO, O. de S. **A aplicação da Ratio Studiorum (1599) nos colégios Antônio Vieira em Salvador/BA e Santo Inácio de Fortaleza/CE: uma pedagogia atual e de longa duração.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017.

LOCKE, J. **Carta acerca da tolerância; Seguindo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano.** São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção os pensadores).

LOCKE, J. **Segundo tratado do governo civil.** São Paulo: IBRASA, 1963.

LOMBARDI, J. C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas, SP: [s.n.], 2010.

LUTERO, M. À nobreza Cristã da nação Alemã, a cerca da melhoria do estamento cristão. In. **Obras Seleccionadas**, v.2 p. 276 a 333. São Leopoldo: Sinodal. 1995 b.

LUTERO, M. **Aos Conselhos das cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas**. In . **Obras Seleccionadas** . v.5 p. 302 a 325. São Leopoldo: Sinodal. 1995 a.

LUTERO, M. **O Catecismo Maior e Menor** In: **Obras Seleccionadas** v.7 p. 315 a 470. São Leopoldo: Sinodal.1995 d.

LUTERO, M. **Uma Predica para que se mandem os filhos à escola**. In: **Obras Seleccionadas** v.5 p. 326 a 363. São Leopoldo: Sinodal 1995 c.

MACGRATH, A. **A Vida de João Calvino**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

MANÇO, D. M. **Instituto Educacional “JMC”**: Uma Abordagem Pelo Prisma Da História Da Cultura. Revista Primus Vitam Nº 11 – ISSN 2236-7799 1º semestre de 2018. Disponível em http://delphos-gp.com/primus_vitam/primus_11/davi.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

MARCÍLIO, M. L. **A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

MARSON, M. D. A. Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 22. n.3, p. 481-511, set/d/ez. 2012.

MARX, K. & ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

MARX, K. **Diferenças entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo. Ed. Boitempo. 2010.

MARX, K. **Sobre a religião**. Lisboa: Edições 70, 1976.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) São Paulo : Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas em três volumes**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. v. 3.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX; K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAYOS, G. O criticismo kantiano. Tradução de Ricardo Henrique Carvalho Salgado e João Paulo Medeiros Araújo. Barcelona: **EducaciOnline**, 2008.

MELLO JUNIOR, A. G. ; TSAN HU, O. R. O desenvolvimento da indústria na cidade de São Paulo: De 1870 a 2020. In: FRAGOSO, N. D.; SCARANO, P. R. **Indústria, comércio e economia**: 150 anos de Mackenzie e a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Mackenzie, 2021. P. 33-58.

MELLO, A. F. de. **Modo de Produção Mundial e Processo Civilizatório**: os horizontes históricos do capitalismo em Marx. Belém: Paka Tatu, 2001.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste Porvir**. 3. ed. São Paulo: EUSP, 1984.

MENDONÇA, A. G. Protestantes na diáspora, In DREHER, M., org. **Imigrações e história da Igreja no Brasil**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

MENDONÇA, A. G. Protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **Revista USP**. São Paulo, n.67, p. 48-67, setembro/novembro 2005.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

MESQUIDA, P. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MESQUIDA, P.; BERTOLIN, A. F.; DANTAS, R. da R. A educação como missão: presença da Igreja Católica na educação brasileira (1978- 2010) - um projeto missionário? **Anais**. Curitiba: EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação, 2015.p. 22-44. Disponível em http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17032_8939.pdf Acesso em: 12 fev. 2019.

MIGUEL, M. E. B.. Os Arquivos e Fontes Como Conhecimento da História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, M.I.M. et. al. (Orgs). **Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, Coleção Memória da Educação, Capítulo Dois, 2007. P. 31-38.

MIRANDA, M. **Humanitas**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Clássicos. Vol CXIII, 2011.

MOACYR, P. **A instrução e o Império**: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936-1938, v. 3.

MONTESQUIEU, B. de - Charles Louis de Secondat. **O espírito das leis**. Apres. Renato Janine Ribeiro. Trad. Crisina Marachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MONTESQUIEU, B. de – Charles Louis de Secondat. **Cartas Persas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960. Tradução e introdução de Mauro Barreto.

MORETTO, L. N. **Implantação da Instituição Escolar Pública em Ipiranga - PR: a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (1914)**. (2020). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

NAGLE, J. A educação na primeira república. In: FAUSTO, B. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano – Sociedade e Instituições (1889-1930). 2. ed. v. 2. São Paulo: Difel, 1978.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. do. **Educar, curar, salvar**. O projeto civilizador presbiteriano para o *hinterland* brasileiro. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, M. N. M. **História, trabalho e educação: Relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira**. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. do. **A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos em História da Educação/NPGED/UFS, 2004

NAVARRO, A. e outros. **Cartas Jesuíticas 2. Cartas Avulsas, 1550-1568**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

NICOLETE, J. N. **Escritos de Mary Dascomb: a atuação educacional feminina inupta no projeto presbiteriano do Brasil**. 2016 - Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2008.

NOVAIS, F. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, C. G. (Org). **Brasil em Perspectiva**. 7 ed. São Paulo, 1976. Difel.

O'MALLEY, J. W. **Os primeiros jesuítas**. Bauru: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, A. M. C. de. **O destino (não) manifesto: os imigrantes norte-americanos no Brasil**. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995.

OLIVEIRA, J. F. de. **O ensino em São Paulo: Reminiscências**. São Paulo: Typ. Siqueira, 1932.

PAPA PIO XI. **Quadragesimo Anno**. Publicada pelo Vaticano em 1931. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 1 jun 2021.

PAULA, D. C. Os primórdios da indústria, do comércio e da economia na cidade de São Paulo antes de 1870. In: FRAGOSO, N. D.; SCARANO, P. R. **Indústria, comércio e economia: 150 anos de Mackenzie e a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2021. P. 15-31.

PEREIRA, J, D. “**A primeira coisa que se deve ler depois das escripturas**”: A dimensão pedagógica de O Jornal Baptista (1901-1905). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PIERSON, P. E., **A Younger Church in Search of Maturity: Presbyterianism in Brazil from 1910 to 1959**. San Antonio, Texas: Trinity University Press, 1974.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI. **A Realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PLÁCIDO, R.L. **Uma leitura do Colégio Izabela Hendrix em Belo Horizonteno início do século XX: implantação, fixação e consolidação** (2014). Tese (Doutorado e Educação). Universidade Metodista de Piracicaba.,Piracicaba, 2014.

POURTOIS, J. P.; DESMET, H. **Educação pós-moderna**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. e. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil Colônia e Império**. 15 ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1986.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMALHO, J. P. **Colégios Protestantes no Brasil: 1890-1940**. 1975. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

REILY, D. A. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. Aste, 1993.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, B. **Igreja Evangélica e República Brasileira: 1889-1930**. São Paulo: Semeador, 1991.

ROCHA, M. J. de O. **Ana Wollerman: Educação E Evangelização Em Amambai-Ms (1947-1954)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

RODRIGUES, Â. C. **A Escola Superior de Agricultura de Lavras/ESAL e a Universidade Federal de Lavras/UFLA: a trajetória de uma transformação**, 2013. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SABEH, L. A. **Colonização salvífica: os jesuítas e a Coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. especial, p. 20–27, ago. 2006.

SANFELICE, J. L. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 192-200, set. 2009.

SANTANA, W. **A Reforma Protestante e o Brasil: Memorial 500 anos - Uma Nova Biblio-Historiografia**. Goiânia: Editora Cruz, 2017 .

SANTOS, E. R. dos. **O projeto educacional presbiteriano em São Paulo: uma análise sócio-histórica da Escola Americana no período de 1870 a 1912**. 2010. Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, L. de A. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira**. São Luis, MA: EDUFMA, 2006.

SÃO PAULO. **Decreto n. 27, de 12 de março de 1890**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-27-12.03.1890.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SÃO PAULO. **Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2016%20DE%2012%20DE%20AGOSTO%20DE%201834.&text=1%C2%BA%20O%20direito%20reconhecido%20e,titulo%20de%20Assembl%C3%A9a%20Legislativas%20Provinciaes. Acesso em: 13 dez. 2020.

SÃO PAULO. **Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892**. Reforma a instrução publica do Estado Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D.; et. al. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. São Paulo. Autores Associados: 2006.

SAVIANI, D. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, D. et al. **Estado e políticas educacionais na educação Brasileira**. Vitória, ES. Editora: EduFEs. 2011.

SCHAEFFER, F. A. **La fe de los humanistas**. 2. ed. Madrid: Felire, 1982.

SCHEIN, E.H. **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey- Bass, 1992.

SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá; EDUEM, 1998.

SCHILLING, Voltaire. **Max Weber, Religião e Ciência**. Disponível em: www.educaterre.terra.com.br/voltaire/cultura/2005/04/02/000.htm. Acessado em: 21 julh. 2005.

SECKLER, J. **Almanach do estado de São Paulo para o ano de 1890**. Sétimo anno, São Paulo: Editores Proprietários Jorge Seckler & Comp., 1890.

SENARCLES, J. **Herdeiros da Reforma**. São Paulo: Aste, 1989.

SILVA, R. L. **O maestro e sua atuação artística na Igreja Evangélica Assembléia de Deus, sede do ministério do Belém, São Paulo - SP (1960- 2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

SILVA, C. A. A. **Quando mundos colidem: a imigração confederada para o Brasil (1865-1932)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Economico). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SILVA, H. M. M.; TOSI, P. G. S.. Engenheiros e fazendeiros em uma ferrovia de capitais caipiras: a E. F. Araraquara e os contornos da grande empresa de serviços públicos na Primeira República. *História (São Paulo)*, v. 39, 2020. **Dossiê História da colonização em terras paulistas: dinâmicas e transformações (séculos XVI a XX)**.

SILVA, I. B. da. **A figura de Horace Lane: lutas de representações e a formação da rede de escolas americanas no Brasil (1885-1912)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, R. M. da. **Os jornais paranaenses e a (in)visibilidade do negro e da sua educação (1853-1889)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SILVA, S. C. da. **Guiando almas femininas: A educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SOUSA, B. de O. **Historiografia do protestanismo no Brasil: Percursos e Perspectivas**. Revista Mosaico, v. 5, n. 2, p. 171-179, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/2502/1557>. Acesso em: 20 julh. 2016.

SOUZA, N. L. Z. de. **Religião e desenvolvimento: uma análise da influência do catolicismo e protestantismo no desenvolvimento econômico da Europa e América**. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, R. F.de; VALDEMARIN, T. e ALMEIDA, J. S. de. **O legado Educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

TORRES, C. M. R. **O pensamento progressista na revista movimento da união nacional dos estudantes (1962-1963)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

UMESP. **Conheça a Educação Metodista de São Paulo. Universidade Metodista de São Paulo, 2019**. Disponível em <http://portal.metodista.br/noticias/2019/junho/conheca-a-educacao-metodista-do-brasil>. Acesso em: 15 mai. 2021.

VALDEMARIN, V. T. **O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da praxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VIEIRA, C. R. A.; AGUIAR, T. B. de. **A presença missionária dos protestantes no Brasil e os 500 anos da Reforma: Uma introdução**. Comunicações. Piracicaba. v. 24. n. 2. p. 189-206. maio-ago 2018.

VILAS-BÔAS. E. F. **Origens da Educação Protestante em Sergipe: 1884-1913**. 2000. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

VIOTTI DA COSTA, E. "1870-1889." Pp. In LESLIE B. **Brazil: Empire and Republic, 1822-1930**. Cambridge: Cambridge University Press. 1987.

VIOTTI DA COSTA, E. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 8 ed., São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo**. 2ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WEREBE, M. J. G. A Educação. In: HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. 2 edição. São Paulo: Difel. Tomo II – O Brasil Monárquico, 4 volume – Declínio e queda do Império. 1974.

WERLE, F. O. C.. Histórias das Instituições Escolares – de que se fala? In: LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.M. **Fontes, História e Historiografia da Educação**. (Orgs). Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2004. p.13-35.

WILBER, C. K.; JAMESON, K. P. **Religious values and social limits to development**. [S.l.]: Pergamon World Development, v. 8, p. 1980, 467-479.

ZAJDSZNAJDER, L. **Ética, estratégia e comunicação: na passagem da modernidade à pós-modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ZANLORENZI, C. M. P. **A expressão do liberalismo na Revista A Escola (1906-1910) no Paraná**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

ZORZETTO, A. F. **Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: A Organização de associações de apoio à imigração de pequenos proprietários Norte- Americanos – Análise de uma colônia**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

Bibliografias Consultadas:

ALMEIDA, M. S. de. **Livros e leitores: Saberes e práticas educacionais e religiosas na coleção folhetos evangélicos (1860-1938)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes. Aracaju, 2013.

ATHAYDE, F. L. O. **Educar Mentes e Salvar Almas: Ação Missionária Protestante na escolarização de Indígenas no Sul de Mato Grosso (1928-1950)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.

BITTENCOURT FILHO, J. **Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e mudança social**. São Paulo: Vozes, 2003.

CÂNDIDO, R. A. **A complexidade plural das "pedagogias" reformada-Presbiteriana e norte-americana no Brasil: Um estudo de suas origens**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CLARK, J. U. **Presbiterianismo do Sul em Campinas: primórdio da educação liberal**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COBRA, E. C. **Julio Ribeiro educação e religião no Brasil oitocentista**. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2011.

CORRÊA, M. E. L. **O Propósito dos alunos adventistas: A transformação de uma ideologia religiosa em sistema educacional, sob a influência dos ideais liberais, e seu transflante para o Brasil, em Curitiba, em fins do século XIX e início do século XX**. 2005.

Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Curitiba. Curitiba, 2005.

DIAS, A de C. **O papel educador do ecumenismo**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2003. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2003.

DIAS, K. G. **Educação Presbiteriana Em Jataí (Go): O Instituto Samuel Graham (1942-1971)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2016.

FERRARESE, E. da S. R. **Práticas socializadoras da Igreja Sara Nossa Terra: Afinidades eletivas entre Neopentecostalismo e sociedade escolarizada**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2016.

FERREIRA, J. F. S. P. de B. **A evangelização pela educação escolar: Embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924-1933)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

FREITAS, L. C. de. **Filosofia da educação presbiteriana: Sua função ideologia e suas possibilidades utópicas**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1993.

GOMES, M. de L. S. **Origem, fundação e consolidação de uma instituição escolar: o Colégio Presbiteriano Mackenzie-Tamboré: anos 80 do século XX**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2007.

GUTIERRES, E. A. **Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) e o projeto educacional presbiteriano no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

LOPES, L. de P. **Protestantismo, Educação e Sociedade: Um estudo sobre o Seminário Teológico de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2013.

MARTINS, L. C. **A relação entre protestantismo e sociedade brasileira no final do século XIX frente ao tema da educação e escravidão**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

MEIRA, J. N. **Ciência e prática: ensino agrícola na educação presbiteriana em Minas Gerais (1908-1938)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORAIS, L. C. de. **Educação como direito: um diálogo entre João Calvino e Anísio Teixeira**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, B. M. de. **Circulação de impressos protestantes e a Implantação de Escolas Presbiterianas no Brasil (1818-1884)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes. Aracaju, 2019.

OLIVEIRA, E. A. M. de. **“Um Bello Horizonte” para o projeto educacional batista: o Collegio Baptista Americano Mineiro e a disputa pela oferta da educação privada na cidade (1948-1929)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

PIERUCCI, A. F. E; PRANDI, R. **A Realidade Social das Religiões no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

REIS, R. dos. **Jornal expositor cristão: Educação e civilização, um olhar para o Sul de Mato Grosso (1925-1946)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2014.

RIBEIRO, M. **Calvinismo no Brasil e organização: o poder estruturador da educação**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, V. **Da ética protestante à finalidade do trabalho: Os prebiterianos no contexto educacional do Alto Paranaíba MG (1964-1966)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SAMPAIO, C. A. L. **O ato de cuidar em pequenos grupos: um estudo de caso da Igreja Presbiteriana Betânia do Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, G. C. da. **A Associação Cristã de moços e experiências de escolarização da educação física no Brasil: Sujeitos, ideias e práticas acemistas em circulação**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2017.

TABRAJ, M. B. **Edifício Educacional Protestante: Seminário Teológico Presbiteriano do Centenário**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

VERAS, L. A. C. S. **A construção de uma vida e produção de um lugar nas autobiografias de Eva Mills**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2017.

VIEIRA, A. E. **A educação do pastor presbiteriano na sua origem, experiência pioneira do Seminário Presbiteriano do Sul: 1888-1998**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VIEIRA, C. R. A. **Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na reforma Caetano de Campos – 1890**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2006.